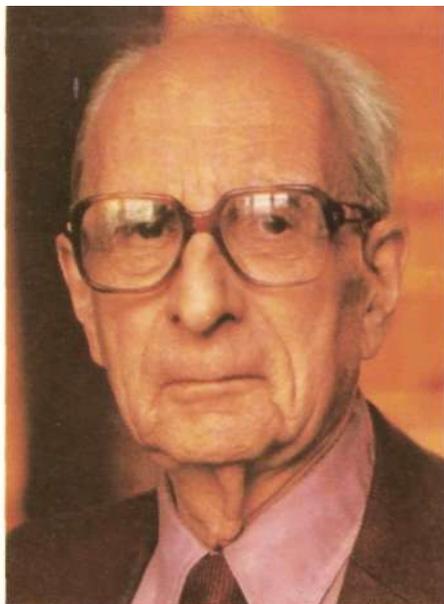
CLAUDE
LÉVI-STRAUSS
DIDIER
ERIBON

DE PERTO
E
DE LONGE

Relatos e reflexões do mais importante antropólogo de nosso século.

De Perto e de Longe

Claude Lévi-Strauss
Didier Eribon

Digitalizado, revisado e formatado por: Kátia

O antropólogo e escritor francês Claude Lévi-Strauss, que abriu novas perspectivas ao pensamento científico de nosso século, sempre caracterizou-se por um comportamento discreto e raras vezes atendeu solicitações para falar sobre si mesmo. Mas em DE PERTO E DE LONGE, concede longa entrevista a Didier Eribon e fala de seu itinerário intelectual; da gênese de seus livros; suas viagens — inclusive a longa temporada entre 1935 e 1939 passada no Brasil —; seus encontros e opiniões sobre grandes personalidades como Sartre, Lacan, Jakobson, Boas e Raymond Aron e vários outros assuntos do maior interesse.

Dono de uma inteligência marcante e testemunha privilegiada de seu tempo, Lévi-Strauss mostra-se, em DE PERTO E DE LONGE, como um homem apaixonado por seu trabalho, pela cultura em seus múltiplos aspectos. A leitura deste livro, além de profundamente agradável e edificante, consagra definitivamente Lévi-Strauss, não só como um dos mais importantes pensadores da segunda metade de século XX, mas também como um grande humanista.

EDITORA NOVA FRONTEIRA
SEMPRE UM BOM LIVRO

ISBN 85-209-0189-1

SUMÁRIO

PRÓLOGO

D.E.: O senhor sempre manteve diários, cadernetas, "guias de marcha", como os que são citados em *Tristes trópicos?*[1]

C.L. -S.: Em expedição, claro, eu fazia muitas anotações. Em *Tristes trópicos* existem algumas passagens transcritas com muita exatidão.

D.E.: Mas o senhor não manteve um diário no sentido em que Malinowski o fez com seu *Diary in the strict sense of the term?*[2]

C.L.-S.: Eu não dava tanta importância aos meus estados de alma!

D.E.: Fiz-lhe essa pergunta porque em *Tristes trópicos* o senhor afirma que não tem memória...

C.L.-S.: Tenho uma memória devastadora, autodestruidora. Suprimo passo a passo os elementos da minha vida pessoal e profissional. E depois não consigo reconstituir os fatos.

D.E.: E para remediar este defeito, se é que o senhor considera isto um defeito...

C.L.-S.: ...Em todo caso, é bastante incômodo na vida.

D.E.: ...O senhor nunca ficou tentado a anotar diariamente seus atos e gestos?

C.L.-S.: Jamais. Talvez por uma espécie de desconfiança instintiva com relação ao que faço e ao que sou.

D.E.: Uma desconfiança?

C.L.-S.: Eu disse em *Tristes trópicos* que tenho a inteligência neolítica: não sou do tipo que capitaliza, que faz frutificar seu conhecimento; sou antes alguém que se desloca em direção a uma fronteira sempre instável. Só conta o trabalho do momento. E muito rapidamente ele desaparece. Não tenho inclinação nem sinto necessidade de conservar vestígios dele.

D.E.: E quase paradoxal ouvi-lo dizer que só contam o momento e o acontecimento para o senhor.

C.L.-S.: Subjetivamente, sim, é isto que conta. Mas eu me saio bem no trabalho acumulando fichas: um pouco sobre tudo, idéias apanhadas de relance, resumos de leituras, referências de obras, citações... E quando quero fazer alguma coisa, tiro do meu armário um pacote de fichas e as distribuo como num jogo de paciência. Esse tipo de jogo, onde o acaso representa seu papel, ajuda-me a reconstruir uma memória debilitada.

3 Agradecemos à Srta. Éva Kempinski que, além de bater o manuscrito, muito contribuiu para pôr ordem na transcrição crivada de rasuras, acréscimos e emendas que lhe entregamos.

PRIMEIRA PARTE

QUANDO DOM QUIXOTE VOLTA

CAPÍTULO 1

DE OFFENBACH A MARX

D.E.: O senhor nasceu em Bruxelas, em 1908.

C.L.-S.: Por acaso. Meu pai era pintor. Principalmente retratista. Tinha amigos de juventude na Bélgica, que lhe conseguiram algumas encomendas, e foi instalar-se com sua jovem esposa em Bruxelas. Eu nasci durante essa estada. Meus pais voltaram para Paris quando eu tinha dois meses.

D.E.: Eles moravam em Paris?

C.L.-S.: Meu pai era parisiense. Minha mãe nasceu em Verdun e foi criada em Bayonne.

D.E.: Então o senhor passou a infância em Paris. No XVI distrito, parece-me.

C.L.-S.: Num prédio que existe até hoje, 26 rua Poussin, perto da porta de Auteuil. Quando passo por lá, revejo a varanda do apartamento, no 5º andar, onde vivi meus primeiros vinte anos.

D.E.: E hoje o senhor também mora no XVI distrito. É um bairro do qual o senhor gosta?

C.L.-S.: É um bairro que amei na infância, porque conservava muito de pitoresco. Lembro-me de que junto da

rua Poussin, na esquina da rua La Fontaine, via-se ainda uma espécie de granja. A rua Raynouard era meio campestre. Ao mesmo tempo havia ateliês de artistas, pequenos antiquados... Agora, é um bairro que me entedia.

D.E.: Sua família era muito ligada às artes?

C.L.-S.: Havia todo um atavismo! Meu bisavô, pai da mãe de meu pai, chamava-se Isaac Strauss. Nascido em 1806 em Estrasburgo, ele subiu, como se diz, muito jovem em Paris. Era violinista e tinha criado uma pequena orquestra. Empenhou-se na divulgação da música de Beethoven, Mendelssohn e alguns outros. Em Paris, colaborou com Berlioz, que fala dele nas suas *Memórias;* e também com Offenbach, para quem escreveu algumas de suas famosas quadrilhas. Sabíamos Offenbach de cor na minha família; ele embalou toda a minha infância.

Strauss tornou-se maestro dos bailes da corte no fim do reinado de Luís-Filipe. Depois, sob Napoleão III, organizador do Cassino de Vichy, que dirigiu durante muito tempo. Em seguida, sucedeu Musard na direção dos bailes da Opera. Ao mesmo tempo era uma espécie de Cousin Pons, apaixonado por antigüidades, com as quais negociava.

D.E.: Sua família conservou algumas?

C.L.-S.: Havia uma coleção importante de antigüidades judaicas que se encontra atualmente no Museu de Cluny. Diversos objetos, que passaram por suas mãos, foram adquiridos por mecenas que os doaram ao Louvre. O que se conservou foi vendido quando ele morreu, ou dividido entre as filhas. O resto foi pilhado pelos alemães durante a ocupação. Eu conservo alguns fragmentos; como o bracelete que Napoleão III ofereceu à minha bisavó para agradecer-lhe a hospitalidade da Villa Strauss, em Vichy. Esta Villa Strauss, onde o imperador passou uma temporada, ainda existe. Transformou-se em bar ou restaurante, não sei mais, mas conservou seu nome.

D.E.: A memória deste passado era transmitida na tradição familiar?

C.L.-S.: Claro, porque este foi o período glorioso da família: ela estava perto do trono! Meu bisavô freqüentava a princesa Matilde. Minha família vivia da lembrança do segundo Império. Que, aliás, não estava distante: criança, vi — com meus próprios olhos — a imperatriz Eugênia.

D.E.: O senhor me disse que seu pai era pintor.

C.L.-S.: Sim, e dois de meus tios também. Próspero no começo, meu avô paterno morreu arruinado. De forma que um dos seus filhos — ele tinha quatro meninos e uma menina — teve que trabalhar muito cedo para ajudar os seus.

Mandaram meu pai para a Escola de Altos Estudos. Comerciais. No início de sua vida profissional, ele começou a trabalhar na Bolsa, em empregos modestos. Lá ele conheceu Kahnweiler, e os dois tornaram-se amigos. Assim que pôde, encaminhou-se para a pintura, pela qual era apaixonado desde a infância.

Por outro lado, acontece que meu pai e minha mãe eram primos em segundo grau. Em Bayonne, a irmã mais velha de minha mãe casou-se com um pintor que teve seu momento de celebridade, Henry Caro-Delvaille; uma outra irmã casou também com um pintor, Gabriel Roby, que era basco. Para este, de saúde frágil e que morreu jovem, a vida foi ainda mais difícil que para meu pai.

Foi devido aos laços de família, ou por causa da relação entre pintores, que meus pais se conheceram? Não sei mais. A verdade é que minha mãe, antes do casamento, vivia em Paris, parte do tempo na casa dos Caro-Delvaille. Para tomar-se secretária, ela aprendia estenodatilografia.

D.E.: Seu pai não ganhou muito dinheiro com seu ofício de pintor.

C.L.-S.: Cada vez menos, à medida que o gosto do público mudava.

DE.: Então sua infância não foi a de um filho da burguesia parisiense?

C.L.-S.: Foi, pela cultura, pela vida num ambiente artístico; foi intelectualmente muito rica. Mas nos debatíamos em dificuldades materiais.

D.E.: O senhor tem lembranças precisas?

C.L.-S.: Lembro-me da ansiedade que podia nascer em determinados momentos, quando não havia mais encomendas. Então, meu pai, que era um grande biscateiro, inventava todo tipo de pequenas ocupações. Durante uma época, todo mundo lá em casa pôs-se a estampar tecidos. Gravávamos as placas de linóleo, besuntávamos os espaços salientes com uma cola que imprimíamos sobre o veludo para fixar os pós metálicos de diversas cores que espalhávamos em cima.

D.E.: E o senhor participava dessas atividades?

C.L.-S.: Até criei modelos! Houve outra época em que meu pai fabricava mesinhas imitando laca, de estilo chinês. Fez também luminárias com estampas japonesas baratas, coladas sobre vidros. Qualquer coisa servia para garantir os finais do mês.

D.E.: O senhor conservou alguns quadros que ele pintou?

C.L.-S.: Poucos, pois, devido às espoliações, nada restou a meus pais no fim da guerra; nem mesmo uma cama...

D.E.: O senhor falou da coleção de antigüidades judaicas organizada por seu bisavô. Seus pais mantiveram uma inclinação religiosa?

C.L.-S.: Meus pais eram completamente descrentes. Mas minha mãe, filha de rabino, cresceu numa outra atmosfera.

D.E.: O senhor conheceu seu avô rabino?

C.L.-S.: Muito bem. Vivi na casa dele durante a Primeira Guerra. Minha mãe e suas irmãs instalaram-se lá com os filhos, enquanto os maridos estavam mobilizados.

D.E.: Fora este período em que o senhor viveu na casa de seu avô, o senhor foi criado numa atmosfera sem fé religiosa, mas, apesar de tudo, será que a tradição judaica não continuava presente?

C.L.-S.: Não sem problemas. Minha avó paterna ainda era praticante. Contudo, desse lado, dormia uma semente de

loucura que se manifestou de maneira meio trágica, meio cômica. Um irmão de meu pai, obcecado pela exegese bíblica, e que não tinha a mente sólida, suicidou-se; eu tinha três anos. Muito antes do meu nascimento, um outro irmão de meu pai ordenou-se padre para vingar-se de seus pais depois de uma briga. Durante certa época, a família contou com um abade Lévi em seu seio... Lembro-me dele mais tarde, empregado subalterno da Companhia do Gás, sempre vestido com apuro, bigode louro retorcido, beatamente satisfeito consigo mesmo e com sua situação.

Do lado materno, meu avô rabino era um santo homem, de temperamento retraído, em cuja casa observavam-se escrupulosamente os ritos. Durante três ou quatro anos seguidos assisti a todas as festas. Quanto à sua mulher, até as filhas duvidavam que ela tivesse fé. Em Bayonne, matriculou-as na escola das freiras porque era o melhor colégio. A mais velha das meninas preparou-se para Sèvres, ou até foi admitida lá, não sei mais, numa época em que a província bem-pensante encarava as sevreanas como possessas pelo demônio. A mulher do rabino tinha idéias avançadas.

Mesmo sem crença religiosa, ainda assim meus pais ficaram, por sua infância, próximos da tradição judaica. Eles não comemoravam as festas, mas falavam nelas. Em Versalhes, fizeram-me passar pelo Bar'mitsva, invocando, como única razão para que eu me submetesse, não dar um desgosto ao meu avô.-

D.E.: O senhor nunca foi perturbado pelo sentimento religioso?

C.L.-S.: Se por religião você entende uma relação com um Deus pessoal, nunca.

D.E.: Esta "descrença" desempenhou um papel na sua evolução intelectual?

C.L.-S.: Não sei. Na adolescência, eu era muito intolerante quanto a este assunto; hoje, depois de ter estudado e ensinado a história das religiões — todos os tipos de religião — tornei-me mais respeitoso do que quando tinha de-

zoito ou vinte anos. E depois, mesmo continuando surdo às respostas religiosas, cada vez mais sou invadido pelo sentimento de que o cosmos e o lugar do homem no universo ultrapassam e ultrapassarão sempre nossa compreensão. Acontece que me entendo melhor com os crentes do que com os racionalistas empedernidos. Pelo menos os primeiros têm o sentido dó mistério. Um mistério que, a meu ver, o pensamento parece constitucionalmente incapaz de resolver. É preciso contentar-se com as mordidelas infatigáveis que o conhecimento científico dá em suas bordas. Mas eu não conheço nada mais estimulante, mais enriquecedor para o espírito, do que tentar seguir este processo — como profano; permanecendo consciente de que cada avanço faz surgir novos problemas, e de que a tarefa não tem fim.

D.E.: O senhor passou a Primeira Guerra inteira na casa de seu avô, em Versalhes?

C.L.-S.: De 1914 a 1918. Foi lá que comecei minha escolaridade: na escola pública, depois no Liceu Hoche. Quando voltamos a Paris, entrei na sexta série no Janson-de-Sailly.

D.E.: O senhor sofreu muito com a guerra?

C.L.-S.: Não. Meu pai, que sempre teve saúde delicada, foi posto no serviço auxiliar, como enfermeiro no hospital militar de Versalhes. Um primo, muito mais velho do que eu, brilhante normalista, foi o único morto em nossa família. Maurice Barres cita e comenta suas cartas de guerra em *As diversas famílias espirituais da França.*

D.E.: E aí, depois da guerra, o senhor entrou para Janson-de-Sailly.

C.L.-S.: Fiquei lá até o fim do segundo grau.

D.E.: Alguns de seus professores o impressionaram?

C.L.-S.: Acho que não. Todos me inspiraram mais ou menos simpatia, mas nenhum deles desempenhou o papel de mestre espiritual.

D.E.: Então foi por outros canais que o senhor entrou em contato com o pensamento de Marx?

C.L.-S.: Já mencionei a ligação de meu pai com uma família belga. Na realidade, eram amigos íntimos; passavam todas as férias juntos. Um verão, eles convidaram um amigo deles, jovem militante socialista belga, já conhecido no seu país. Interroguei-o sobre autores dos quais não se ouvia falar no âmbito dos estudantes secundários: Marx, Proudhon... Ele pediu que eu os lesse.

D.E.: Que idade o senhor tinha?

C.L.-S.: Dezesseis anos. E Marx me fascinou imediatamente.

D.E.: Por qual obra começou?

C.L.-S.: Não sei mais, mas logo eu estava lendo *O capital*.

D.E.: O senhor não hesitou diante da dificuldade?

C.L.-S.: Eu não entendia tudo. Na verdade, o que eu descobri em Marx eram também outras formas de pensamento que eram novidade para mim: Kant, Hegel...

D.E.: Talvez tenha sido esta leitura de Marx que o orientou para os estudos de filosofia.

C.L.-S.: Não sei. Em todo caso, eu tinha começado muito mal meu curso de filosofia e foi ao longo do ano que realmente me envolvi.

D.E.: Quais eram as tendências filosóficas de seu professor?

C.L.-S.: Ele era bergsoniano. Socialista e bergsoniano.

D.E.: O senhor nunca se sentiu tentado pelo bergsonismo?

C.L.-S.: Não, até sentia hostilidade com relação ao pensamento bergsoniano, que parecia preocupado demais com as aparências, com a consciência imediata... Mais tarde compreendi melhor e prestei-lhe homenagem em *Totemismo, hoje ?*

D.E.: O senhor se tornou marxista por intermédio desse amigo belga. Mas também tornou-se militante.

C.L.-S.: Ele me converteu. Ou será que eu me orientei espontaneamente para essa conversão? Não saberia dizer; mas ele fez de mim, durante algum tempo, uma espécie de

pupilo do Partido Operário Belga. Meu primeiro texto publicado foi impresso pela editora do POB, *L´Églantine:* uma brochura sobre Gracchus Babeuf, cuja existência prefiro esquecer. E tornei-me ativo dentro do Partido Socialista Francês, que se chamava então SFIO (Seção Francesa da Internacional Operária).

D.E.: Quais eram as tendências políticas de sua família?

C.L.-S.: Ninguém tinha engajamento político. Do lado materno, na casa do grande rabino de Versalhes, estava-se a mil léguas de qualquer preocupação desta ordem. Do outro lado: boa família burguesa que conhecera dias melhores, dotada de um temperamento conservador. A não ser, provavelmente, na juventude de meu pai e de meus irmãos, no tempo do caso Dreyfus. Eles contavam que tinham ido a uma manifestação dreyfusista, em que Jaurès falava. Aproximaram-se no fim para agradecer-lhe e Jaurès lhes deu uma resposta equívoca. "Espero — disse — que os senhores se lembrem disto." O que significava: "Vocês vêm a nós, mas se afastarão logo depois. " Era a pura verdade.

D.E.: Seu engajamento militante foi bastante arrojado.

C.L.-S:: Fui secretário do Grupo de Estudos Socialistas das Cinco Escolas Normais Superiores, mesmo não sendo normalista, e fui até secretário-geral da Federação dos Estudantes Socialistas.

D.E.: Existem pessoas que o senhor conheceu naquela época e com quem se encontra até hoje?

C.L.-S.: Aqueles a quem eu era mais ligado morreram: Pierre Boivin, mais tarde Georges Lefranc, a quem, aliás, tinha perdido de vista. Conheci bem Marcel Déat também.

D.E.: O senhor era ligado a ele?

C.L.-S.: Não efetivamente. Eu o conheci quando, para ganhar um pouco de dinheiro, fui, nos anos que precederam meu concurso para o magistério, secretário de um deputado socialista; chamava-se Georges Monnet. Portanto, eu freqüentava a Câmara dos Deputados na época em que Marcel Déat era secretário do grupo socialista.

D.E.: Em que ano?

C.L.-S.: De 1928 a 1930. No ano em que fiz o concurso, larguei, porque não tinha mais tempo.

D.E.: Voltemos aos seus estudos. O senhor deixou o Janson depois do seu curso de filosofia e dedicou-se a estudos de filosofia.

C.L.-S.: Porque não sabia fazer outra coisa.

D.E.: É uma escolha puramente negativa?

C.L.-S.: Sim. Depois do Janson, primeiro fiz um ano de estudos preparatórios para o magistério em Condorcet. Mas choquei-me com as dificuldades do grego e das ciências matemáticas, entre os quais era preciso escolher. Então resolvi embarcar no estudo do direito.

D.E.: Quem era seu professor de filosofia em Condorcet, no curso preparatório?

C.L.-S.: André Cresson. Ele me disse, quando decidi abandonar o preparatório: "O senhor não foi feito para a filosofia, talvez para alguma coisa próxima." E sugeriu-me o direito. Na verdade, seria a etnologia, mas ele procurou próximo demais.

D.E.: Onde o senhor fez seus estudos de direito?

C.L.-S.: Na Faculdade de Direito de Paris, que ficava na Praça do Panteão, e que hoje é a primeira das Sorbonne, Paris I, parece-me.

D.E.: Durante quanto tempo?

C.L.-S.: Até e durante a licenciatura. Ao mesmo tempo, fiz uma licenciatura em filosofia.

D.E.:Onde?

C.L.-S.: Na Sorbonne.

D.E.: O senhor enfrentou as duas ao mesmo tempo?

C.L.-S.: Naquela época, era comum os estudantes de direito deixarem de assistir às aulas. Decoravam-se os resumos. Mas o direito me entediava e eu enveredei pela filosofia. Como vê, são sempre razões negativas.

D.E.: E lá, alguns professores o impressionaram ou influenciaram?

C.L.-S.: Receio ter de responder-lhe não mais uma vez. Não com um espírito crítico com relação a eles: antes com relação a mim mesmo. Eu freqüentava as aulas de Brunschvicg, mas não compreendia nada.

D.E.: Durante quanto tempo freqüentou suas aulas?

C.L.-S.: Muitos anos, até fazer concurso para o magistério.

D.E.: Sempre sem entender nada?

C.L.-S.: Sempre com a impressão de entender tudo! Também tive como professores Albert Rivaud, Jean Laporte, Louis Bréhier, Léon Robin para a filosofia grega, Fauconnet e Bouglé para a sociologia, Abel Rey em história das ciências... No fundo, quase passei através daquilo tudo como um zumbi. Com a sensação de ficar de fora.

Para mostrar-lhe até que ponto eu me sentia pouco envolvido: no mesmo dia em que foram divulgados os resultados do concurso para o magistério, fui a uma livraria especializada presentear-me com um livro de astrologia. Não que eu acreditasse em astrologia: por represália, e a fim de provar a mim mesmo que eu não tinha perdido minha independência de espírito.

D.E.: O senhor não era apaixonado pelos seus estudos?

C.L.-S.: Decididamente, não. Eu era apaixonado pela política, pela reflexão política. Como consegui passar no concurso? É um mistério. Mas, enfim, passei sem problema, em terceiro lugar, no meu primeiro concurso. Milagre para o qual só encontro duas explicações. Tinha sido ajudado por um colega muito brilhante, católico fervoroso, que provavelmente acariciava a idéia de uma conversão. O grego era seu forte e ele me ajudou a preparar os textos. Não sei o que ele é hoje, mas devo-lhe muito. A segunda explicação é muito cômica. Um médico amigo de minha família presenteara-me com uma ampola — morfina? cocaína? — que segundo ele me inspiraria se eu a bebes se antes da aula. Para preparar esta prova definitiva, fechavam-nos durante sete horas na biblioteca da Sorbonne. Apressei-me a beber o con-

teúdo da ampola num copo d'água, e me senti tão mal que tive de passar as horas de preparação estirado sobre duas cadeiras. Sete horas de enjôo! Além do mais, o tema que eu sorteei era o mais catastrófico que se possa imaginar: "Existe uma psicologia aplicada?" Henri Wallon era membro da banca, devia-se a ele este tipo de tema. Compareci desvairado, sem ter conseguido preparar coisa alguma, e improvisei uma aula que foi julgada brilhante, na qual acho que só falei de Spinoza. Afinal, talvez a droga tenha cumprido seu papel...

D.E.: Quem se apresentou para o concurso naquele ano?

C.L.-S.: Ferdinand Alquié, que se classificou em primeiro. Também, entre outros, Simone Weil.

D.E.: O senhor a conheceu bem?

C.L.-S.: Seria um exagero dizer isso. Nós conversávamos nos corredores da Sorbonne. Seus julgamentos cortantes me confundiam. Com ela, era sempre tudo ou nada.

Eu a revi mais tarde, nos Estados Unidos, onde ela fora passar uma breve temporada antes de ir para a Inglaterra e lá morrer. Ela me chamou, marcou encontro comigo sob as colunas de um enorme edifício, a Biblioteca de Colúmbia ou a Biblioteca Pública, não sei mais. Conversamos sentados nos degraus. As mulheres intelectuais de nossa geração eram freqüentemente exageradas. Eu a classificava nesta categoria. Mas Simone Weil acentuou este rigorismo a ponto de se deixar destruir.

D.E.: O senhor fez seu estágio de magistério com Simone de Beauvoir e Maurice Merleau-Ponty.

C.L.S.: Na época fazia-se estágio antes do concurso. Era um estágio pedagógico de três semanas. Eu me reencontrei por acaso no Janson-de-Sailly com meu antigo professor, em companhia de Simone de Beauvoir e de Maurice Merleau-Ponty. Nós dávamos aula alternadamente.

D.E.: Era a primeira vez que o senhor se encontrava com eles?

C.L.-S.: Sim, e logo nos perdemos de vista, por vários anos.

D.E.: Simone de Beauvoir evoca este episódio nas suas memórias. Ela escreveu a seu respeito: "Ele me intimidava com sua fleuma, mas usava-a com habilidade e eu o achava muito engraçado quando, com uma voz neutra, o rosto sem expressão, falava ao auditório sobre a loucura das paixões..."[4]

C.L.-S.: Não me lembro de nada disto.

D.E.: Suas relações com ela eram boas?

C.L.-S.: Acho que sim. Ainda tenho na memória a imagem de Simone de Beauvoir naquela época: muito jovem, com uma pele fresca, corada, de camponesinha. Lembrava uma maçã.

D.E.: E Merleau-Ponty?

C.L.-S.: Como eu o conheci muito bem depois, isto apagou as lembranças mais antigas.

D.E.: Retrospectivamente, este encontro durante três semanas deve parecer-lhe muito estranho, premonitório.

C.L.-S.: Parece-me sobretudo longínquo, quase espectral.

D.E.: O senhor nunca se tornou amigo de Simone de Beauvoir?

C.L.-S.: Nunca. Mas não por hostilidade.

D.E.: Não engrenou entre o senhor e ela?

C.L.-S.: Tarnpouco é isto. Sartre e ela tornaram-se logo famosos, ocupavam uma posição muito acima da minha na vida intelectual. Eles me intimidavam e não precisavam de mim. Quando Margareth Mead veio a Paris, em 1949, parece-me, arrisquei-me a reunir a *First Lady* da vida intelectual americana com a *First Lady* da vida intelectual francesa. Dei uma pequena recepção em homenagem a elas. Elas não se dirigiram a palavra!

D.E.: Talvez devido à barreira dos idiomas?

C.L.-S.: Cada uma ficou num canto da sala, rodeada por sua corte.

D.E.: Os senhores fizeram seu estágio juntos, mas ela passou no concurso em 1929, segundo suas memórias, e o senhor em 1931.

C.L.-S.: A licenciatura em direito durava um ano a mais. E além disso eu tinha ocupações paralelas, para aliviar o orçamento familiar. Apesar de tudo, passei com menos de vinte e três anos.

Quando soube do resultado, precipitei-me num táxi para dar a notícia a meus pais, mas reinava um clima de luto na casa. O último irmão vivo de meu pai estava lá. Uma grande fortuna conseguida na Bolsa permitia-lhe há muito tempo sustentar sua mãe e ajudar meus pais nos momentos difíceis. Ele estava começando a contar que a crise o havia arruinado definitivamente. Soube quase ao mesmo tempo que tinha uma profissão e que a subsistência dos meus pais seria, de agora em diante, uma preocupação constante para mim.

D.E.: Depois do concurso o senhor foi nomeado para Mont-de-Marsan.

C.L.-S.: Não imediatamente. Primeiro fiz meu serviço militar. Em Estrasburgo, durante quatro meses; depois, graças a amizades políticas, no Ministério da Guerra, com alguns outros convocados. Entre eles estava Paul Gadenne.

D.E.: O senhor simpatizou com ele?

C.L.-S.: Não, era um rapaz muito cortês, mas reservado e pouco sociável.

D.E.: O que é que o senhor e ele faziam?

C.L.-S.: O serviço de imprensa do ministro: líamos os jornais e recortávamos o que podia interessar-lhe. O gabinete também descarregava em cima de nós a correspondência considerada insignificante.

D.E.: Naquele momento, *o* senhor tinha abandonado toda a atividade política?

C.L.-S.: Claro. Isso não seria permitido. Se cruzássemos com o general Weygand num corredor sem ficar em posição de sentido, seríamos despachados imediatamente para a guarnição.

D.E.: Que imagens guardou desse período?

C.L.-S.: Estrasburgo não me deixou uma lembrança ruim. Eu era soldado de segunda classe, mas lá conheci pessoas

bem interessantes. Além disso, encontrei uma parte da minha farnílja que eu não conhecia. Entupiam-me os bolsos de provisões. Em Paris, havia pouco trabalho, bastava que um de nós estivesse presente enquanto os outros cuidavam de seus assuntos.

D.E.: Então, depois do serviço militar, o senhor foi nomeado professor no Liceu de Mont-de-Marsan.

C.L.-S.: Eu podia escolher entre Aubusson e Mont-de-Marsan. Escolhi Mont-de-Marsan. Foi ao mesmo tempo meu primeiro cargo e minha viagem de núpcias. Casei-me na véspera de partir.

D.E.: E o senhor se instalou lá.

C.L.-S.: Comecei a trabalhar no dia lº de outubro de 1932, e logo me envolvi com a política local. Candidatei-me às eleições cantonais. O caso deu uma guinada porque tive um acidente de carro. Eu estava dirigindo sem carteira. Meu amigo de infância e camarada de partido socialista, Pierre Dreyfus, que mais tarde tornou-se presidente da Renault, depois ministro da Indústria de François Mitterrand, tinha comprado aquele carro de segunda mão: um Citroen cinco cavalos. Trouxe o carro até Mont-de-Marsan e saímos juntos para fazer campanha. Uma hora depois enfiei o carro numa vala. Foi o primeiro dia da campanha, e o último também.

D.E.: Como foi aquele ano letivo?

C.L.-S.: Muito bem. Era o primeiro ano, e isso me divertia.

D.E.: Seus engajamentos políticos interferiam na escolha dos temas de que tratava?

C.L.-S.: Ah, não! Absolutamente! Eu era perfeitamente neutro em relação ao que ensinava. Para mim, tratava-se de dois compartimentos estanques. Eu não procurava doutrinar meus alunos. Seguia o programa e somente o programa.

D.E.: O senhor guardou recordações dessa estada?

C.L.-S.: Mais dos meios socialistas do que do liceu. As reuniões políticas eram acompanhadas freqüentemente por

festas gastronômicas. São as lembranças mais precisas que guardei. Outras me ocorreram quando fui eleito para a Academia. O pequeno jornal das Landes procurou meus antigos alunos e publicou seus depoimentos. Alguns me escreveram.

D.E.: O senhor só ficou um ano em Mont-de-Marsan?

C.L.-S.: Fui nomeado para Laon. Minha mulher, que tinha passado no concurso para o magistério, foi nomeada para Amiens. Morávamos na casa de meu pai, na rua Poussin, e procurávamos agrupar nossos cursos na mesma parte da semana.

D.E.: O senhor começou a achar o magistério menos divertido?

C.L.-S.: No segundo ano, realmente, comecei a me aborrecer, e depois, principalmente, eu tinha vontade de mudar de lugar, de ver o mundo.

D.E.: E em Laon, o senhor prosseguiu com suas atividades políticas?

C.L.-S.: Mais em Paris do que em Laon, onde eu não me demorava, embora a cidade, com sua rudeza austera, tivesse atrações. Sua catedral, atarracada e parecendo acocorada, tem um aspecto surpreendente.

D.E.: Como em Mont-de-Marsan, o senhor só ficou lá um ano?

C.L.-S.: Um ano e alguns meses. Parti para o Brasil no começo de 1935.

D.E.: Em *Tristes trópicos* o senhor contou sua partida para o Brasil.

C.L.-S.: Sim. Célestin Bouglé mandou-me procurar Georges Dumas, que eu conhecia por ter seguido seus cursos em Sainte-Anne. Dumas estava à testa da missão universitária, concordou em incluir-me nela.

D.E.: O senhor tinha continuado em contato com Bouglé?

C.L.-S.: Ele tinha sido meu diretor de dissertação de estudos superiores...

D.E.: Sobre que versava essa dissertação?

C.L.-S.: Intitulava-se, parece-me, "Os postulados filosóficos do materialismo histórico". Tratava-se de Marx, visto sob o ângulo filosófico.

D.E.: O senhor mesmo escolheu o tema?

C.L.-S.: Certamente.

D.E.: Nessa época, era comum diplomar-se escolhendo Marx como tema?

C.L.-S.: Bastante raro, mas com Marx descobri um mundo, e eu estava sob o impacto dessa revelação.

D.E.: O senhor teve vontade de transformá-lo em seu tema de estudo?

C.L.-S.: Confesso que naquele momento eu me via claramente transformando-me no filósofo do partido socialista.

D.E.: E pensando nisto, hoje, o senhor acha engraçado?

C-L.-S.: Não, não posso dizer que veja ironia nisso. O Partido Socialista era um ambiente muito vivo, no qual a gente podia sentir-se à vontade. A idéia de lançar uma ponte entre a grande tradição filosófica, quero dizer Descartes, Leibniz, Kant, e o pensamento político, como Marx o encarnava, era muito sedutora. Mesmo hoje, entendo como pude sonhar com isso.

D.E.: Bouglé aceitou seu tema sem hesitação?

C.L.-S.: Sim, mas equilibrado por um outro. Além da dissertação, havia uma prova oral sobre um tema determinado. Bouglé escolheu uma questão sobre o saint-simonismo, o que não estava muito longe das minhas preocupações, mas as desviava para um sentido mais de acordo com a orientação dele.

D.E.: Por que o senhor escolheu Bouglé para orientar seu trabalho?

C.L.-S.: Naquele momento, ele era praticamente o único a quem se podia submeter este tipo de tema. Havia Fauconnet, também, mas este evoluía para uma tendência durkheimiana contra a qual eu estava me insubordinando. Nessa época, Bouglé era diretor da Escola Normal e encarava os que não

eram normalistas com um pouco de condescendência. Apesar disso, ele me aceitou. Isto explica por que, depois do concurso para o magistério, eu lhe contei que gostaria de ir para o exterior.

D.E.: Por que ele tinha um cargo público no Ministério das Relações Exteriores?

C.L.-S.: Não, mas ele era meio protetor de todos os jovens sociólogos.

D.E.: E o senhor queria ser sociólogo?

C.L.-S.: Eu queria ser etnólogo e, naquela época, a fronteira entre a etnologia e a sociologia era porosa.

D.E.: Já era comum que as pessoas que tinham passado no concurso para filosofia se orientassem para outras disciplinas, para o que chamamos hoje "ciências humanas", como acontecerá freqüentemente depois da Segunda Guerra?

C.L.-S.: O fenômeno começava a produzir-se, ainda que em pequena escala.

D.E.: Por que o senhor decidiu tornar-se etnólogo?

C.L.-S.: Digamos que foi um conjunto de circunstâncias. Desde criança, eu era apaixonado por curiosidades exóticas; minhas pequenas economias ficavam todas nos bricabraques.

Junte a esta tendência o fato de que, em torno de 1930, começava-se a saber, entre os jovens filósofos, que existia uma disciplina chamada etnologia e que ela aspirava a adquirir um estatuto oficial. Não havia a cadeira de etnologia nas universidades francesas, mas fundou-se o Instituto de Etnologia, o velho Museu de Etnografia do Trocadero transformava-se no Museu do Homem. Por este lado, as coisas andavam. Jacques Soustelle foi o primeiro a dar o exemplo de um concursado de filosofia passando para a etnologia.

A este respeito, li uns dois ou três livros de etnologia anglo-saxões, principalmente o *Tratado de sociologia primitiva*, de Robert Lowie, que me conquistou, porque nele o teórico se confundia com o trabalhador de campo. Eu vislumbrava o modo de conciliar minha formação profissional

com meu gosto pela aventura. Pois, criança e adolescente, quantas expedições organizei no interior da França e até na periferia de Paris!

Enfim, Paul Nizan, que encontrei duas ou três vezes em reuniões de família (ele tinha casado com uma das minhas primas), disse-me que também se sentira tentado pela etnologia. Isto me encorajou.

D.E.: Que tipo de pessoa era ele?

C.L.-S.: Tanto quanto me lembro, um pouco frio e na defensiva no meio burguês em que seu casamento o imergia de vez em quando. É claro que eu tinha lido *Aden-Arabie*, que eu admirava.

D.E.: O senhor leu os outros livros dele?

C.L.-S.: Sim, em seguida li *Antoine Bloyé, Les chiens de garde...*

D.E.: Um livro como *Les chiens de garde* devia causar uma impressão muito forte num jovem filósofo. Ele o influenciou?

C.L.-S.: Na medida em que entrava no quadro de uma crítica marxista da filosofia institucional, sim. Mas eu respeitava os mestres que ele atacava com tanta violência. Porque tínhamos tido os mesmos professores, com alguns anos de diferença. Eu respeitava Brunschvicg, Laporte, Robin...

D.E.: Por que o senhor não tentou conhecer melhor Nizan? Muitas coisas pareciam aproximá-los.

C.L.-S.: Ele era mais velho do que eu e nunca fez nada para facilitar nosso relacionamento. Além disso, com ele como com os outros, eu tinha a sensação de não estar à altura. Para dar-lhe um exemplo: eu não teria ousado entrar no Colégio de França para fazer um curso. A meu ver, era um lugar de prestígio, reservado aos melhores do que eu.

CAPÍTULO 2

O ETNÓLOGO EM CAMPO

D.E.: Então, em fevereiro de 1935 o senhor tomou o navio em Marselha. Destino: São Paulo. Foi graças a Georges Dumas que o senhor conseguiu um cargo na universidade da cidade. Quais eram as ligações do grande psicólogo com o Brasil?

C.L.-S.: A influência da França era muito forte no Brasil, desde o comtismo. Para os brasileiros cultos, o francês era uma segunda língua. Georges Dumas estivera várias vezes lá e tinha ligações com a aristocracia local, sobretudo em São Paulo. Quando os brasileiros quiseram criar uma universidade naquela cidade, naturalmente dirigiram-se a ele para que constituísse uma missão francesa.

D.E.: Quando foi criada a universidade?

C.L.-S.: Um ano antes da minha chegada. Eu fiz parte da segunda fornada.

D.E.: Fora os franceses, houve outras missões estrangeiras?

C.L.-S.: Houve uma missão italiana. Com Ungaretti, especialmente. Convém esclarecer que os italianos eram muito numerosos em São Paulo. A metade da cidade, ou quase.

Havia alguns professores alemães, mas a título individual, porque já era a época do hitlerismo.

D.E.: Quando o senhor chegou, qual era a atmosfera da universidade?

C.L.-S.: A universidade tinha sido criada por grandes burgueses, num momento em que a tensão entre o poder paulista e o governo federal ainda era muito forte. Tão forte que quase desembocou numa secessão. Os paulistas consideravam-se a ala ativa de uma nação adormecida num torpor colonial. Foi para pôr a juventude paulista no nível da Cultura Européia que aqueles aristocratas burgueses decidiram criar a universidade.

Mas, por uma espécie de paradoxo, os estudantes vinham de classes modestas, porque havia um grande desnível entre a elite e a massa da sociedade, que continuava pobre e de espírito provinciano. Os estudantes, freqüentemente homens e mulheres já empenhados numa vida profissional, desconfiavam dos grandes burgueses que tinham fundado a universidade. E até nós nos encontrávamos entre dois campos. Ao mesmo tempo que nos consideravam pessoas de valor, os estudantes às vezes nos encaravam como servidores da classe dominante.

D.E.: Mesmo assim, os senhores não eram "os cães de guarda da burguesia"?

C.L.-S.: Não, e devíamos tomar cuidado para não parecê-lo.

D.E.: Como eram as aulas?

C.L.-S.: Os estudantes tinham um colossal apetite de saber. Aliás, num certo sentido, eles sabiam mais do que nós, porque, como autodidatas, eles tinham lido tudo, devorado tudo, mas em obras de segunda ou terceira mão. Nossa tarefa era menos ensinar-lhes as coisas que eles ignoravam do que dar-lhes uma disciplina intelectual.

D.E.: Onde ficava a universidade?

C.L.-S.: No centro da cidade, em velhos prédios, nos quais ainda se respirava uma atmosfera colonial. Enquanto

que hoje a universidade, atingida como outras pelo gigantismo, está instalada em construções estilo Jussieu ou Nanterre, no meio de um vasto campo quase pelado.

D.E.: Quantos estudantes havia?

C.L.-S.: Algumas dúzias.

D.E.: O que é muito.

C.L.-S.: Ah, sim! Era toda a juventude paulista, ou pelo menos aqueles que tinham um mínimo de meios. Meus colegas que ensinavam a literatura francesa tinham mais alunos, porque a boa sociedade ia ouvi-los.

D.E.: E o senhor, dava um curso de sociologia?

C.L.-S.: Este era o nome da cadeira.

D.E.: Mas já que a sociologia e a etnologia não se distinguiam muito uma da outra, o senhor poderia ter dado etnologia?

C.L.-S.: Não se esqueça de que a burguesia brasileira tinha uma longa tradição que se originava em Auguste Comte. O pensamento dele teve uma enorme influência sobre o Brasil do século XIX, a tal ponto que na bandeira do Brasil está inscrita sua fórmula: *Ordem e Progresso.*

D.E.: Sentia-se ainda esta influência de Auguste Comte?

C.L.-S.: Ainda havia igrejas positivistas muito ativas naquela época. Mas os brasileiros cultos tinham passado de Comte a Durkheim, que representava para eles um positivismo modernizado. Era, pois, sociologia que eles queriam.

D.E.: O que devia ser um pouco incômodo para o senhor.

C.L.-S.: Fui para o Brasil porque queria ser etnólogo. E eu tinha sido conquistado pela etnologia em rebelião contra Durkheim, que não era um homem de campo, ao passo que eu descobria a etnologia de campo através dos ingleses e americanos. Eu estava, portanto, numa posição falsa. Chamaram-me para perpetuar a influência francesa, por um lado, e a tradição Comte-Durkheim, por outro. E eu chegava conquistado, naquele momento, por uma etnologia de inspiração anglo-saxônica. Isto me criou sérias dificuldades.

D.E.: De que tipo?

C.L.-S.: Georges Dumas tinha empregado na universidade, desde o primeiro ano, um jovem parente que era sociólogo. Quando cheguei, este quis colocar-me numa posição subordinada. Não fiquei satisfeito, e como resistisse, esforçou-se para que me despedissem em nome da tradição comtista, em que era especialista, e que meu ensino traía. Os donos da universidade, que também eram donos do grande jornal *O Estado de S. Paulo,* ouviam-no com complacência. Devo o fato de ter ficado à solidariedade de alguns colegas, hoje mortos: Pierre Monbeig e Fernand Braudel, que me apoiou com a autoridade de que gozava. Relembrei este episódio em 1985, na alocução que proferi quando lhe entregaram a espada de acadêmico.[5]

D.E.: O senhor ficou no Brasil, mas não partiu imediatamente em expedição às tribos indígenas?

C.L.-S.: A partir do fim do primeiro ano letivo. Em vez de voltar para a França, minha mulher e eu fomos para o Mato Grosso, para as aldeias cadiveu e bororo.[6] Mas eu já tinha começado a fazer etnologia com os meus alunos: sobre a cidade de São Paulo e sobre o folclore dos arredores, do qual minha mulher se ocupava mais especificamente.

D.E.: Restou alguma coisa desses trabalhos?

C.L.-S.: Talvez sob a forma de pesquisas, que eu mandava meus alunos fazerem. Há alguns dias eu revi, com surpresa, um pedaço de documentário que nós rodamos numa festa campestre. Os brasileiros projetaram-no no Beaubourg, com o que ainda existe de meus documentários filmados nas tribos cadiveu e bororo.

D.E.: Quais foram suas impressões quando fez sua primeira experiência de campo?

C.L.-S.: Eu estava num estado de excitação intelectual intensa. Sentia-me revivendo as aventuras dos primeiros viajantes do século XVI. Por minha conta, descobria o Novo Mundo. Tudo me parecia fabuloso: as paisagens, os animais, as plantas...

D.E.: Então o senhor fez alguns meses de trabalho de campo, depois ensinou durante um ano letivo...

Ç.L.-S.:... e voltamos para a França nas férias seguintes. Em 1936-1937, durante o verão de lá, que corresponde ao nosso inverno.

D.E.: E foi nessa época que o senhor organizou sua primeira exposição. Foi no Museu do Homem?

C.L.-S.: Não exatamente no Museu do Homem, porque estavam reconstruindo o velho Trocadero para a exposição de 1937, e tudo estava em obras. Georges-Henri Rivière, que encontrei pela primeira vez, conseguiu que a Galeria Wildenstein emprestasse suas instalações na esquina da rua do Faubourg Saint-Honoré com a rua La Boétie.

D.E.: Que continha a coleção que sua mulher e o senhor trouxeram?

C.L.-S.: Era uma boa coleção etnológica — posso dizê-lo agora, que tenho termos de comparação. Tínhamos recolhido entre os cadiveu cerâmicas decoradas e peles pintadas com motivos singulares que só existem lá na América. Os objetos bororo eram principalmente enfeites de pluma, dentes e unhas de animais, pois os bororo decoram ricamente até suas armas de caça e utensílios. Havia peças espetaculares.

D.E.: Qual foi a acolhida a essa exposição?

C.L.-S.: Um sucesso de crítica. Mas acho que mesmo assim foi visitada.

D.E.: E o senhor ficou amigo de Georges-Henri Rivière.

C.L.-S.: Não nesta época, porque assim que as férias terminaram eu voltei para o Brasil. Quando voltei definitivamente para a França, houve logo a mobilização, a guerra... Depois, minha partida para o Estados Unidos. Só me liguei a Rivière em 1949 ou 1950.

D.E.: Quando partiu de novo para o Brasil, depois das férias daquele inverno de 1936-1937, o senhor não retomou suas aulas?

C.L.-S.: Eu precisava fazer minhas provas de etnologia, porque não tinha formação alguma. Graças à expedição de

1936, consegui créditos do Museu do Homem e da Pesquisa Científica, ou do que acabaria chamando-se assim. Com este dinheiro, organizei a expedição nambiquara.

D.E.: Expedição que durou mais de um ano.

C.L.-S.: Só voltei para a França no início de 1939.

D.E.: É preciso muita coragem e saúde física para agüentar firme durante expedições. O senhor narra, em *Tristes trópicos,* as cavalgadas em lugares impossíveis, a travessia dos rios, as viagens de piroga...

CL.-S.: Quando se é jovem, todo mundo tem este tipo de resistência.

D.E.: Lendo seu texto, tive a impressão de que o senhor tinha uma resistência especial.

C.L.-S.: Acho que não. Mas é verdade que eu não adoeci. Fui principalmente protegido, como freqüentemente na minha existência, pela falta de imaginação.

D.E.: A inconsciência do perigo?

C.L.-S.: Exatamente.

D.E.: Contudo, em certos momentos o senhor parece ter tido muito medo.

C.L.-S.: Eu tive medo retrospectivamente. Na hora eu nem percebia. De qualquer maneira, é bom não exagerar: não acho que tenha arriscado minha vida com freqüência.

D.E.: No Brasil, como disse há pouco, o senhor conheceu Fernand Braudel.

C.L.-S.: Sim, ele chegou um ano depois de mim.

D.E.: O senhor encontrou-se com ele assim que chegou?

CL.-S.: Claro. Os professores franceses formavam uma pequena comunidade.

D.E.: Como foi seu encontro com ele?

C.L.-S.: Braudel era seguro de si, da diferença de idade, da sua posição mais elevada na hierarquia universitária.

D.E.: Mas naquela época ele ainda não era famoso.

C.L.-S.: Ia tornar-se! Nós sabíamos que ele já estava destinado ao ensino superior. Era mais velho, mais adiantado do que nós na carreira e na sua tese. Ele ainda não a tinha escrito, mas transportava consigo o material que usaria. Antes de alugar uma casa, precisou de mais um quarto de hotel para instalá-lo!

D.E.: Por que ele foi para o Brasil?

C.L.-S.: Imagino que para alguém que se interessava pelo Mediterrâneo e pelo mundo ibérico, conhecer a América Latina, que foi sua província, tinha alguma importância.

D.E.: Parece que suas ligações não foram muito estreitas.

C.L.-S.: Ele nos tratava com certa superioridade. O que não impede que, quando eu tive os problemas de que lhe falei há pouco, ele tenha usado toda sua influência.

D.E.: O senhor e ele alguma vez falaram sobre seus respectivos trabalhos?

C.L.-S.: Eu lhe disse que os professores formavam um pequeno grupo, mas é preciso esclarecer que esse grupo era muito centrífugo. Cada um de nós tinha a sensação de arriscar o sucesso ou fracasso de sua carreira no Brasil. Então, cada um procurava cercar-se de uma corte que fosse exclusivamente a sua, e que fosse mais conseqüente que a do vizinho. Era bem francês, bem universitário, mas, transportado para os trópicos, um pouco ridículo e não muito saudável.

D.E.: E Ungaretti, o senhor o conheceu?

C.L.-S.: Mal. O que era verdade dentro de cada missão universitária era-o mais ainda entre as missões. Sentiam-se concorrentes e freqüentavam-se com discrição.

D.E.: O senhor deixou o Brasil em 1939.

C.L.-S.: No começo do ano. Eu queria voltar para a França com meus materiais de expedição, retomar a vida universitária, preparar uma tese...

D.E.: E depois disso o senhor nunca voltou ao Brasil.

C.L.-S.: Nunca, até 1985...

D.E.: Quando o senhor esteve lá com François Mitterrand.

C.L.-S.: Apenas por alguns dias.

D.E.: Antes de voltar, não sentia uma certa nostalgia por aquele país de que tanto tinha gostado?

C.L.-S.: Certamente. Mas eu sabia que tudo lá mudava com tal velocidade, que se eu voltasse seria só para lamentar meu passado. Foi, aliás, o que aconteceu quando revi o Brasil depois de quase meio século.

D.E.: Durante sua estada no Brasil, entre 1935 e 1939, o senhor escreveu alguns artigos?

C.L.-S.: Um grande artigo sobre os bororos, que foi publicado no *Journal de Ia Société des Américanistes.* E vários, muito insignificantes, para diversas revistas.

D.E.: O senhor não se sentia tentado a escrever um livro a partir de suas experiências de campo?

C.L.-S.: Naquela época, tinha a sensação de que era incapaz de escrever um livro.

D.E.: Seja como for, quando o senhor voltou para a França já tinha muita coisa publicada.

C.L.-S.: Sim, mas muito pouco material, a não ser o artigo sobre os bororos. Era mais jornalismo do que etnologia.

D.E.: Esses artigos foram notados?

C.L.-S.: Foi graças ao artigo sobre os bororos que consegui partir para os Estados Unidos. Tinha chamado a atenção de Alfred Métraux e de Robert Lowie, que tiveram um papel determinante.

D.E.: Na realidade, desde seu primeiro trabalho o senhor encontrou um certo eco.

C.L.-S.: Sim, mas isto se deve menos a meus modestos méritos do que a uma ajuda das circunstâncias: os etnólogos americanos começavam a pensar que já tinham percorrido todos os índios da América do Norte, e que precisavam encontrar outra coisa. Voltavam-se para o hemisfério Sul. Meu trabalho chegou na hora certa.

D.E.: Quando o senhor voltou para a França, não tinha um ponto de apoio na universidade?

C.L.-S.: Eu ainda estava licenciado; pedi um cargo para o início do período escolar.

D.E.: Não tinha pensado em assumir um posto imediatamente?

C.L.-S.: Eu precisava instalar minhas coleções no Museu do Homem, fazer uma ficha para cada objeto, o que significava um trabalho longo e minucioso.

D.E.: Como eram essas coleções?

C.L.-S.: Eram volumosas, mas menos espetaculares do que as precedentes. E não houve exposição. Quando acabei de classificá-las e analisá-las, a guerra estourou. Foi também neste momento que Dina, minha primeira mulher, e eu nos separamos.

CAPITULO 3

A BOÊMIA EM NOVA IORQUE

D.E.: O senhor foi convocado.

C.L.-S.: Tinha terminado meu serviço militar na tropa de manutenção. Nessa condição, inicialmente fui designado para o Ministério das Comunicações (PTT), serviço de censura de telegramas. Passei alguns meses nessa função, mas entediava-me, e pedi para passar a agente de ligação com o corpo expedicionário britânico. Mandaram-me primeiro para a escola de agentes de ligação, em algum lugar na Soma, e fui submetido a exames. Meu inglês era rudimentar, assim mesmo passei. Expediram-me para a fronteira luxemburguesa, atrás da linha Maginot, num ponto onde não havia ingleses, mas onde poderia haver. Fiquei lá, com três ou quatro agentes, para acolhê-los eventualmente. Não tínhamos nada para fazer. Eu passeava no campo o tempo todo.

Finalmente, quando a ofensiva alemã começou, chegou um regimento escocês. Mas tinha seus próprios agentes de ligação. Recebeu ordem de avançar em linha e nos dispensou polidamente: agentes de ligação em dobro iriam atrapalhar. O

que talvez tenha salvo nossa vida, porque o regimento foi dizimado alguns dias mais tarde.

Abandonados a nós mesmos, partimos em busca da nossa unidade, encontrando-a finalmente numa aldeia da Sarta. Como os alemães avançassem, embarcaram-nos num trem rumo a Bordéus. Este trem ziguezagueou através da França, devido a um conflito de que logo tomei conhecimento: parece que o comandante da unidade queria obedecer às ordens, com risco de entregar todo seu pessoal aos alemães, que já estavam em Bordéus. Seus oficiais se opunham. Daí o trajeto caótico. No final das contas, o trem parou em Béziers.

D.E.: Então o senhor jamais foi envolvido numa batalha?

C.L.-S.: Não. Deixando de lado um ataque aéreo de metralhadora que quebrou as telhas em cima de minha cabeça, nunca fui exposto.

D.E.: E que fez em Béziers?

C.L.-S.: Ficamos acantonados no planalto de Larzac. Sentia-me quase em casa, já que meus pais possuíam, há doze anos, uma casinha nas Cevenas. Depois encalhamos em Montpellier.

D.E.: E lá, que aconteceu?

C.L.-S.: Fugi da caserna e fui à reitoria propor meus serviços, caso precisassem de um examinador de filosofia para a argüição final do segundo grau, cujas provas estavam começando. Saí na hora certa, tinham-me desmobilizado alguns dias antes.

D.E.: E o senhor ficou em Montpellier?

C.L.-S.: Não. Fui encontrar-me com meus pais, refugiados na sua casa das Cevenas. Foi lá que recebi cartas dos Estados Unidos convídando-me a beneficiar-me do plano de salvamento dos sábios europeus, organizado pela Fundação Rockefeller. Anteriormente, em setembro de 1940, com total inconsciência, fui a Vichy pedir para reassumir meu cargo no Liceu Henrique IV, para o qual tinha sido nomeado. O Ministério de Instrução Pública ocupava uma escola. Fui recebido pelo diretor do Ensino Secundário na sala de aula que

lhe servia de escritório. Disse-me que, com o nome que eu usava, recusava-se a enviar-me para Paris.

D.E.: Passado tanto tempo, sua tentativa parece surpreendente. A situação era tão pouco evidente para as pessoas que a viviam?

C.L.-S.: Eu lhe disse, nunca tive imaginação; foi o que me ajudou nas minhas expedições: eu não percebia o perigo. Pois bem, era a mesma coisa. Mas minha sorte provavelmente foi lançada naquele momento.

D.E.: Então a gravidade da situação dos judeus não era conhecida?

C.L.-S.: Talvez alguns a conhecessem, pelo menos o alto funcionário que me recebeu. Eu queria voltar para Paris, simplesmente para cumprir minhas obrigações profissionais.

D.E.: E que lhe aconselhou o funcionário que lhe proibia voltar para Paris?

C.L.-S.: Disse-me que voltasse para as Cevenas, que eu receberia outra designação. Realmente, alguns dias mais tarde fui nomeado professor no que era então o colégio, hoje transformado em liceu, de Perpignan.

D.E.: O senhor foi?

C.L.-S.: Claro. Começava a compreender que as coisas não iam bem, porque já se falava em leis raciais. A atitude de meus novos colegas foi um sinal de alerta. Comigo, evitavam as conversas sobre esse assunto. Menos o professor de Educação Física, que fazia questão de manifestar-me sua simpatia: futuro resistente, sem dúvida.

Quinze dias depois recebi uma nova nomeação em Montpellier. Eu tinha uma classe de filosofia e uma preparatória para a Escola Politécnica. Esta muito pitoresca, porque os candidatos à Politécnica desprezavam totalmente as duas horas de filosofia que lhes infligíamos semanalmente. Não me prestavam a mínima atenção. Resolvia-me e dava minha aula em meio ao tumulto...

D.E.: Como se eles não estivessem lá?

C.L.-S.: Exatamente. Esse joguinho durou três semanas, porque fui atingido pelas leis raciais e minha nomeação foi revogada. Voltei então para as Cevenas.

D.E.: Como é feita uma revogação?

C.L.-S.: Por carta. Tinha-se o direito de receber seus vencimentos durante um tempo proporcional aos anos de serviço. Depois que eu fui para os Estados Unidos, isto permitiu que meus pais sobrevivessem.

Resumindo, eis-me nas Cevenas, onde a correspondência com os Estados Unidos se desenvolvia.

D.E.: O senhor já estava em contato com etnólogos americanos?

C.L.-S.: Sim, com Alfred Métraux, que era suíço, mas radicado nos Estados Unidos, e com Robert Lowie, que se interessara pelo meu trabalho sobre os bororos. Por outro lado, eu tinha uma tia lá, a viúva de Henry Caro-Delvaille; ela empenhou-se muito. Graças a seus esforços conjugados, recebi um convite da New School for Social Research.

D.E.: Que tipo de instituição era?

C.L.-S.: Um estabelecimento orientado para a esquerda, na medida em que esta qualificação tinha algum sentido nos Estados Unidos, naquele momento. Era freqüentada por pessoas que vinham à noite completar sua formação. Desde a chegada ao poder dos fascistas na Itália, depois dos nazistas na Alemanha, a Fundação Rockefeller estabelecera um plano de salvamento dos intelectuais ameaçados. Estendia-o, agora, à França. A New School servia de centro de acolhida e estação de triagem, para dar aos que chegavam o tempo de instalar-se em outros estabelecimentos. Alguns, aliás, preferiam ficar lá.

D.E.: Quando o senhor recebeu o convite, decidiu partir imediatamente?

C.L.-S.: Depois de não ter conseguido voltar para o Brasil. Contei em *Tristes trópicos* como o embaixador, que queria dar-me o visto, foi impedido por um de seus conselheiros.

D.E.: Por que o senhor preferia o Brasil?

C.L.-S.: Eu não preferia! Este episódio aconteceu antes do convite para os Estados Unidos.

D.E.: O senhor obteve com facilidade seu visto para os Estados Unidos?

C.L.-S.: Nada é mais complicado do que ser admitido como imigrante nos Estados Unidos. Havia inúmeras formalidades a cumprir. Era preciso a justificativa de uma profissão, era preciso que uma instituição apresentasse a prova de que você ia realmente trabalhar lá. Era necessário, também, encontrar uma pessoa disposta a depositar uma caução bastante substancial.

D.E.: Quem depositou a caução para o senhor?

C.L.-S.: Uma americana rica, que por acaso era amiga de minha tia.

D.E.: E antes das formalidades a cumprir nos Estados Unidos?

C.L.-S.: Era preciso um visto de saída dado pelas autoridades francesas. O que não era problema: todos ficavam contentes por livrar-se das pessoas em situação espinhosa. Sobretudo, era preciso encontrar um navio.

D.E.: E esse navio...

C.L.-S.: Chamava-se *Capitão Paul-Lemerle.* A bordo estavam Anna Seghers, André Breton, Victor Serge...

D.E.: O senhor os conheceu durante a travessia?

C.L.-S.: Aos poucos. Ignorava que André Breton estava a bordo. Foi numa escala no Marrocos, na qual, apenas os franceses tinham autorização para desembarcar que, na fila para mostrar os passaportes, eu o ouvi, na minha frente, dizer seu nome.

D.E.: Na época ele tinha uma notoriedade considerável.

C.L.-S.: Sim, então imagine o choque que eu tive. Apresentei-me a ele, e nós simpatizamos um com o outro.

D.E.: Ele era caloroso?

C.L.-S.: Não é exatamente a palavra. De extrema cordialidade, é certo, mas sempre com um ar *Grand Siècle.*

D.E.: Mesmo numa situação como essa?

C.L.-S.: Sim, ele tinha sempre um ar muito digno.

D.E.: E Victor Serge?

C.L.-S.: Conversamos um pouco, mas não posso dizer que nos tornamos amigos. Há alguns anos, no México, revi seu filho, que naquela época era criança e também estava no barco.

D.E.: Era um barco de muito prestígio.

C.L.-S.: Havia outras pessoas a bordo, que se tornaram célebres mais tarde. Conto, em *Tristes trópicos*, que os passageiros ficavam amontoados nos porões. Como antigo cliente da companhia quando ia ao Brasil, fizeram-me o favor de dar-me um leito em uma das duas únicas cabines. Um outro leito foi ocupado por um estranho personagem, que se dizia tunesino. Um dia ele me mostrou um Degas, que transportava em sua mala. Gozava de facilidades especiais, porque para ele os desembarques nas escalas não eram problema. Ia e vinha à vontade. Eu sabia seu nome: Smadja; ele me intrigava. Muito mais tarde, quando morreu o fundador do *Combat* e os jornais publicaram sua foto, eu o reconheci: era ele. Provavelmente estava em missão mais ou menos secreta; por conta de quem, ignoro.

D.E.: Também foi nessa época que o senhor conheceu Soustelle.

C.L.-S.: Eu o conheci em 1936, quando trouxe minhas primeiras coleções do Brasil. Quando, após ter saído da Martinica, consegui chegar a Porto Rico a bordo de um navio bananeiro sueco, as autoridades americanas decidiram que meus papéis não estavam em ordem. Puseram-me em prisão domiciliar num albergue bastante sórdido, por conta da companhia de navegação. Foi enquanto eu me encontrava nesta situação desagradável que Soustelle desembarcou em Porto Rico como emissário do general de Gaulle, para conseguir a adesão da colônia francesa. Consegui que meus guardiães me conduzissem a Soustelle. Muito gentilmente, ele explicou que eu não era um espião. Esperei em paz que

me enviassem os documentos exigidos e parti para Nova Iorque a bordo de um navio comum.

D.E.: Num texto reeditado em *O olhar distanciado* o senhor relembrou sua instalação em Nova Iorque.

C.L.-S.: Num estúdio de Greenwich Village, na rua Onze, quase na esquina da Sexta Avenida. Soube muito mais tarde que Claude Shannon, o fundador da cibernética, morava na mesma casa, na época.

D.E.: O senhor nunca se encontrou com ele?

C.L.-S.: Nunca. Uma jovem refugiada belga, também locatária da mesma casa de tijolos vermelhos — que ainda existia em 1972, fui revê-la —, disse-me um dia que um de nossos vizinhos "fabricava um cérebro artificial". Soube muitos anos depois que se tratava de Shannon.

D.E.: É realmente uma pena que o senhor não o tenha conhecido.

C.L.-S.: Na verdade é uma pena, mas na época eu não teria compreendido.

D.E.: Seu inglês tinha melhorado? Para dar aulas...

C.L.-S.: Não, ainda era bastante rudimentar, mas eu cheguei na primavera e os cursos já tinham terminado. Fui apresentar-me à New School, onde me disseram sem cerimônia: "O senhor não pode chamar-se Lévi-Strauss de jeito nenhum. Aqui o senhor vai chamar-se Claude L. Strauss." Perguntei por quê, e me responderam: "The *students would find it funny."* Por causa dos *blue-jeans!* Assim eu vivi muitos anos nos Estados Unidos, com um sobrenome mutilado.

Desde então, esta homonímia infeliz continuou me assombrando. Como um fantasma! Não se passa um ano sem que eu receba, em geral da África, uma encomenda de *jeans.* Pouco depois de 1950, em Paris, um desconhecido, dizendo-se comerciante de tecidos, me visitou. Ele tinha notado meu nome no catálogo telefônico e veio me propor usá-lo como a razão social de uma fábrica de calças que seria criada. Contestei, alegando minha condição de universitário e de pesquisador, pouco compatível com aquele gênero de

empreendimento. Ele me disse que eu não me preocupasse e me explicou que o negócio jamais seria criado, e que bastava falar sobre ele. "Para não perder a exclusividade de sua marca, o fabricante tradicional nos cobrirá de ouro para que não prossigamos com o projeto. Aí nós dividimos o lucro." Recusei polidamente.

Há alguns anos eu estava em Berkeley, como professor convidado pela Universidade. Uma noite, minha mulher e eu quisemos jantar num restaurante para o qual não tínhamos reserva. Havia uma fila de espera; um garçom perguntou nosso nome para chamar quando chegasse nossa vez. Quando acabou de escutá-lo, ele fez a seguinte pergunta *"The pants or the books?"*, saborosa demais no seu laconismo para que eu a traduza!

Prestemos homenagem à cultura dos garçons californianos, porque em Paris, quando minha mulher encomenda alguma coisa numa loja e as pessoas se admiram de um nome tão conhecido, é sempre por causa das calças; nunca dos livros...

D.E.: E depois desta mudança de identidade?

C.L.-S.: Mandaram-me para casa, com um subsídio mensal. E eu passei o verão escrevendo A *vida familiar e social dos nambiquaras*, para aprender a língua...

D.E.: Este texto não foi publicado logo.

C.L.-S.: Não, apareceu na França, em 1948. Foi minha tese complementar.[8]

D.E.: Desde sua chegada a Nova Iorque, o senhor freqüentou os meios surrealistas no exílio.

C.L.-S.: Fiquei amigo de Breton. Ele me introduziu no círculo dos surrealistas, que acabava de reencontrar.

D.E.: O senhor era um jovem universitário, desconhecido, e chegava num grupo de artistas muito famosos. Estrelas, mesmo: Breton, Tanguy, Duchamp...

C.L.-S.: E Leonora Carrington, Max Ernst, Dorothea Tanning, Matta, Wilfredo Lam... Masson e Calder moravam no campo. Fui à casa deles um fim de semana.

D.E.: O senhor simpatizou com os membros do grupo?

C.L.-S.: De maneira desigual. Simpatizei imediatamente com Max Ernst, que foi de quem mais me aproximei. Tanguy, cuja pintura eu admirava muito, rião era um personagem fácil. Duchamp era muito afável, e durante um tempo Masson e eu fomos bastante amigos. Liguei-me também a Patrick Waldberg. Nossa amizade continuou depois da guerra.

D.E.: Peggy Guggenheim financiava a existência desse grupo?

C.L.-S.: Ajudava materialmente este ou aquele, mas Max Ernst, com quem tinha casado, era mais próspero do que os outros: eles levavam uma vida de boêmia em Greenwich Village. Até o momento em que Max Ernst abandonou Peggy Guggenheim. Um dia, Breton telefonou-me perguntando se eu não dispunha de uma pequena quantia para comprar um dos objetos indígenas de Max Ernst, que não tinha mais um tostão. Esse objeto histórico está hoje no Museu do Homem.

D.E.: Todo esse pequeno mundo funcionava como um "grupo"?

C.L.-S.: Encontrávamo-nos uns na casa dos outros. O "jogo da verdade" estava muito em moda. E nós explorávamos juntos os restaurantes exóticos de Nova Iorque.

D.E.: Jogar o "jogo da verdade" com pessoas como Breton não devia ser muito fácil!

C.L.-S.: Tinham consideração pelos alienígenas: eu, Pedro Lazareff, que vinha de vez em quando; Denis de Rougemont também.

D.E.: Por que estavam em contato com Lazareff?

C.L.-S.: Breton, Duthuit e eu trabalhávamos no rádio para melhorar nosso orçamento, no serviço que era dirigido por Lazareff, no OWI, Office of War Information: tratavam-se de emissões destinadas à França. Convivíamos com pessoas de meios diferentes, que ocasionalmente se freqüentavam fora de lá. Fiquei amigo de Dolores Vanetti, por quem Sartre apaixonou-se alguns anos depois.

D.E.: Em que consistia sua atividade no rádio?

C.L.-S.: Tinha uma antiga experiência de rádio porque, quando estudante, uma de minhas atividades de sustento consistia em ler todo dia no microfone da Rádio Torre Eiffel, no subsolo do Grand Palais, o boletim da Organização Mundial do Trabalho. Por este motivo, meu pai me pintou como locutor nos enormes painéis de 30 x 5m que fez para o Pavilhão de Madagascar (país em que jamais tinha posto os pés) durante a Exposição Colonial.

Em Nova Iorque, duas ou três vezes por semana, André Breton, Georges Duthuit, Robert Lebel e eu dialogávamos a quatro vozes para ler os textos de informações e de propaganda que saíam dos escritórios de Lazareff. Confiavam-me os discursos de Roosevelt porque, parece, minha voz atravessava melhor as interferências.

D.E.: Como encontrou esse trabalho no rádio?

C.L.-S.: Através de Patrick Waldberg, de quem já falei. Ele também trabalhava lá. Era ao mesmo tempo poeta, crítico de arte... Mais tarde ele escreveu sobre Max Ernst e publicou livros muito bonitos sobre a época de 1900. Naquele momento não imaginávamos que mais tarde, em Paris, ele seria correspondente do Instituto! Ele bebia, levava uma vida desregrada, freqüentava uns botequins do Harlem, aonde me levava às vezes.

D.E.: A crer em seu texto sobre Nova Iorque, uma de suas atividades principais na época era a aquisição de objetos de arte.

C.L.-S.: Max Ernst era apaixonado por arte primitiva e tinha descoberto na Terceira Avenida — bem diferente do que é hoje — um pequeno antiquário alemão, que lhe vendeu um objeto indígena. Naquela época, este tipo de objeto não existia no comércio. Max Ernst alertou-nos. Tínhamos muito pouco dinheiro e quem dispunha de alguns dólares comprava o objeto cobiçado. Prevenia os outros quando estava sem dinheiro. Nosso antiquário tinha encontrado um expediente, os objetos tornavam-se progressivamente mais numerosos.

Na verdade — posso contar a história, pois foi publicada — vinham de um grande museu, que se livrava do que considerava duplicatas. Como se nisso pudesse haver duplicatas! Logo que este pequeno antiquário percebeu que tinha um mercado para seus objetos, ficou de intermediário entre o museu e nós.

D.E.: O senhor sabia?

C.L.-S.: Ficamos sabendo logo. Logo mesmo, com a cumplicidade do guarda, ele nos levou ao acervo do museu, que ocupava um prédio isolado na periferia de Nova Iorque. Escolhíamos e, alguns dias mais tarde, os objetos apareciam na loja.

D.E.: Que fim levaram os objetos que o senhor comprou?

C.L.-S.: Trouxe-os para a França. Mas tive problemas pessoais, precisei vendê-los a Drouot em 1950. O Museu do Homem e o Museu de Leyde compraram vários; particulares, como Lacan, e acho que Malraux, ficaram com outros. Ainda tenho dois ou três.

D.E.: Depois da guerra, sua ligação com o grupo dos surrealistas continuou?

C.L.-S.: Com Ernst, Breton e Waldberg, sim. Com os outros perdi contato. André Breton reinstalou-se na França antes de mim, já que em 1945 me mandaram de novo para Nova Iorque, como conselheiro cultural.

Só nos reencontramos três anos depois. íamos ritualmente ao Mercado das Pulgas todos os sábados, com seu grupinho de fiéis. Ser admitido no séquito de Breton, naquela oportunidade, representava uma grande honra.

D.E.: O senhor nunca foi excomungado?

C.L.-S.: Naturalmente houve um drama, do qual carrego a responsabilidade inocente. Breton tinha recebido a encomenda de uma obra que deveria chamar-se *A arte mágica.* Faltava-lhe inspiração. Como se faz freqüentemente em tal conjuntura, ele aplicou um questionário, que eu recebi ao mesmo tempo que outras pessoas. Eu admirava Breton, rendia homenagem ao seu olho infalível quando percor-

ríamos os bricabraques: ele nunca errava quanto a um objeto, nunca hesitava em seu julgamento. Mas para mim o termo "mágico" tinha uma definição precisa, fazia parte do vocabulário etnológico. Não gostava que fosse usado de qualquer maneira. Para não ter que me opor a Breton sobre uma questão de princípios, preferi não responder. Breton procurou-me insistentemente. Eu estava nas Cevenas com meu filho (do segundo casamento), então com sete anos. O questionário era acompanhado de algumas reproduções de obras de arte, que deveriam ser classificadas como "mais ou menos mágicas". Mesmo recusando a tarefa, pareceu-me curioso ver a reação de uma criança, e eu achei que Breton se interessaria por ela, como eu próprio me interessava,, visto que meu filho fez a classificação sem a mínima hesitação. Mandei-a para Breton, que me respondeu com uma carta ressentida. O livro apareceu, as respostas do meu filho estavam lá. Mas o exemplar que eu recebi estava secamente dedicado a ele...

D.E.: E o senhor e ele não se reviram mais?

C.L.-S.: Nós quase nos reconciliamos, mas nunca mais foi a mesma coisa.

D.E.: E com Max Ernst?

C.L.-S.: Nossa amizade continuou depois de Nova Iorque, nunca houve problemas. Quando o Colégio de França me convidou a fazer as conferências da Fundação Loubat — eu ainda não era membro, foi até na época em que fui derrotado —, Max Ernst veio me ouvir. Num determinado momento, descrevi uma divindade Hopi e lamentei não poder projetar um diapositivo para ilustrar minha exposição. Na semana seguinte, Max Ernst trouxe um desenho, grande o bastante para ser afixado no quadro. Eu ainda o tenho. A atitude de Max Ernst em relação à etnologia era o oposto da de Breton. Este desconfiava da etnologia, não gostava que considerações eruditas se interpusessem entre o objeto e ele. Max Ernst colecionava os objetos, mas também queria saber tudo sobre eles.

D.E.: A convivência com os surrealistas o marcou? Quero dizer: no seu trabalho? Num artigo publicado em 1984 no *Times Literary Supplement*, Rodney Needham aproxima sua obra das pesquisas surrealistas.

C.L.-S.: Em certo sentido, aceito esta aproximação. É verdade que os surrealistas e eu nos ligamos a uma mesma tradição intelectual, que se origina na segunda metade do século XIX. Breton era apaixonado por Gustave Moreau, por todo aquele período do simbolismo e do neo-simbolismo. Os surrealistas ficaram atentos ao irracional, procuraram explorá-lo do ponto de vista estético. É quase o mesmo material de que me sirvo, mas para tentar submetê-lo
a análise, compreendê-lo, permanecendo sensível à sua beleza.

Acrescentarei que reinava neste grupo um clima de exalta• ção intelectual, do qual me beneficiei muito. No contato com os surrealistas, meus gostos estéticos se enriqueceram e refinaram. Muitos objetos, que eu teria tido tendência a rejeitar como indignos, apareceram-me sob uma outra luz, graças a Breton e a seus amigos.

D.E.: O senhor diz num texto de *O olhar distanciado* que suas *Mitologias* foram construídas como Ernst!

C.L.-S.: Foi com os surrealistas que eu aprendi a não temer as aproximações abruptas e imprevistas como as que Max Ernst usou nas suas colagens. A influência é perceptível em *O pensamento selvagem*. Max Ernst construiu mitos particulares por meio de imagens tomadas de empréstimo a uma outra cultura: a dos velhos livros do século XIX, e ele fez estas imagens expressarem mais do que significavam quando eram vistas com um olhar ingênuo. Em *Mitologias*, eu também recortei uma imagem mítica e recompus seus fragmentos para fazer com que deles brotasse mais sentido.

*
* *

D.E.: O mês de setembro chegou e o senhor começou suas aulas na New School.

C.L.-S.: Durante o verão eu tinha entrado em contato com meus colegas americanos. Com Métraux, claro, desde que cheguei; Lowie, a quem devia em grande parte o fato de ter sido convidado. Ele vivia em Berkeley, mas ia de vez em quando a Nova Iorque. Fui apresentar-me a Boas que, como é hábito nos Estados Unidos entre os professores aposentados — e Boas estava aposentado há trinta anos —, conservava seu escritório em Colúmbia.

D.E.: O senhor simpatizou com Métraux?

C.L.-S.: Sim, ele tornou-se um amigo muito querido.

D.E.: Quando é que o senhor o conheceu?

C.L.-S.: No retorno da minha expedição aos nambiquaras. Eu estava quase voltando para a França. Métraux, com quem eu tinha relações epistolares intermitentes, avisou-me que, na volta da Argentina, faria uma escala de algumas horas em Santos — é o porto de São Paulo — e que poderíamos enfim nos conhecer. Durante meio dia nós passeamos pelas praias desertas sobre as quais pairava a lembrança dos viajantes do século XVI.

D.E.: Ele vivia em Nova Iorque?

C.L.-S.: Em Washington. Mas ia freqüentemente a Nova Iorque. Passava então a noite na minha casa. Dividíamos o mesmo quarto.

D.E.: Ele era caloroso?

C.L.-S.: Muito caloroso. Ao mesmo tempo profundamente neurótico, passando de estados de euforia à depressão mais negra. Era também um escravo do trabalho: se não escrevesse o tempo todo, sentia-se muito infeliz.

D.E.: Em que trabalhava?

C.L.-S.: Trabalhava no Bureau of American Ethnology, onde estava-se começando o *Handbook of South American Indians*, para o qual fui imediatamente convidado a colaborar.

D.E.: E isto foi importante na sua formação?

C.L.-S.: Na minha formação, não. Alfred Métraux não era um teórico, mas um grande erudito e trabalhador de campo, o que não excluía uma curiosidade intelectual muito viva em outros domínios. Devo-lhe inúmeras informações. Ele próprio estivera ligado aos surrealistas num período anterior. Era muito próximo de Bataille e de Leiris. Mais tarde, em Paris, nós nos víamos constantemente. O que durou até sua morte, que me comoveu, como a todos os seus amigos. Mas hoje, quando penso nisso, parece-me que sua vida particular foi uma adaptação progressiva ao suicídio.

D.E.: O senhor disse que foi ver Franz Boas.

C.L.-S.: Desde minha chegada a Nova Iorque, pedi para vê-lo. Ele era o mestre da antropologia americana e gozava de um prestígio imenso. Era um daqueles titãs do século XIX, como não existirão mais, que tinha acumulado uma obra considerável não só pelo volume, mas também pela diversidade: antropologia física, lingüística, etnografia, arqueologia, mitologia, folclore, nada lhe era estranho... Sua obra cobre a totalidade do domínio etnológico. Toda a antropologia americana sai dele.

D.E.: Ele participou do salvamento dos sábios e artistas europeus, já que Jimmy Ernst, filho de Max Ernst, conta no seu livro de memórias que foi graças a Boas que ele pôde entrar nos Estados Unidos?[9]

C.L.-S.: A vida de Boas foi problemática. No começo da Primeira Guerra Mundial, ele continuou alemão de coração e lutou contra a participação dos Estados Unidos no conflito. Quando a guerra acabou, essa posição custou-lhe a hostilidade de numerosos colegas. Durante a Segunda Guerra, já muito velho, aposentado há muito tempo, sua autoridade era sobretudo moral. Agia pessoalmente em favor de antigos compatriotas. E, claro, como um dos primeiros e mais convincentes adversários das idéias racistas, ressentia-se dolorosamente do que se passava no seu país natal.

D.E.: Quando o senhor chegou aos Estados Unidos, já tinha lido as obras dele?

C.L.-S.: Não tinha lido todas, mas conhecia algumas. Boas me recebeu com afabilidade, e nada mais. Evidentemente, eu era um desconhecido para ele.

Mas voltei a vê-lo logo depois. Primeiro com Jakobson, porque eles tinham uma porção de interesses lingüísticos em comum, e discutiam-nos freqüentemente. Boas uma vez convidou-nos para jantar na sua casa em Grantwood, do outro lado do Hudson. Havia na sala de jantar uma magnífica arca esculpida e pintada pelos índios quaquiutle, aos quais ele consagrou grande parte de sua obra. Admirei o móvel e disse, desastradamente, que viver com indígenas capazes de fazer tais obras-primas devia ter sido para ele uma experiência única. Respondeu-me secamente: "São índios como os outros." Seu relativismo cultural não lhe permitia, imagino, estabelecer uma hierarquia de valores entre os povos. Ele tinha um puritanismo intelectual muito rígido.

Algumas semanas depois, o Dr. Rivet, refugiado na Colômbia, passou por Nova Iorque antes de ir para o México. Boas organizou um almoço em sua homenagem.

D.E.: Rivet ainda era diretor do Museu do Homem?

C.L.-S.: Sim, era professor no Museu desde 1928 e tinha reformado o Museu de Etnografia do Trocadero para fazer dele o Museu do Homem, no Palácio de Chaillot, construído para a Exposição Universal de 1937. Ele teve que fugir depois que os alemães desmantelaram a rede de resistência do Museu do Homem. Muitos de seus colaboradores foram executados ou deportados. Ele próprio escapou por pouco.

O almoço acontecia no Faculty Club de Colúmbia. Era inverno, fazia um frio incrível e Boas chegou com um velho gorro de pele, que devia ser da época de suas expedições às aldeias esquimós, sessenta anos antes. Estavam lá a filha de Boas e vários colegas de Colúmbia, todos seus antigos alunos: Ruth Benedict, Ralph Linton, e outros. Boas estava muito alegre. No meio de uma conversa, empurrou violentamente a mesa e caiu para trás. Eu estava sentado ao lado dele e precipitei-me para levantá-lo. Rivet, que tinha come-

çado sua carreira como medico militar, esforçou-se inutilmente para reanimá-lo: Boas estava morto.

D.E.: A obra dele teve muita importância para o senhor?

C.L.-S.: Ela foi essencial. Sempre me interessei pelos indígenas do litoral nordeste, sobre os quais ele escreveu muita coisa. Hoje ficou muito em moda criticar Boas. Censuram-lhe a falta de espírito sistemático, sua aversão em relação à teoria, a desorganização de sua obra. Mas Boas vira-se diante da massa prodigiosa de materiais que ele recolhia ou mandava recolher por indígenas alfabetizados — recebia textos escritos em várias línguas indígenas e traduzia-os pessoalmente! Censuram-lhe, também, o fato de ter adotado posições heteróclitas, conforme o domínio em que trabalhava.

Parece-me, ao contrário, que esta diversidade de interesses de Boas deve-se à riqueza da etnologia americana durante seu melhor período: desde o empirismo crítico de Lowie até às configurações culturais de Ruth Benedict, ou à atenção dada por Margareth Mead à psicologia individual no seu relacionamento com a cultura... Tudo isto já estava em Boas. Na, ou melhor, nas gerações que ele formou, cada um pôde extrair um aspecto de seus ensinamentos, ou de sua obra, e desenvolvê-lo. Exceto Kroeber, que tentou manter a unidade de todos esses aspectos.

D.E.: Encontrar um homem assim devia ser apaixonante para um homem como o senhor, que ainda estava nos anos de formação.

C.L.-S.: E a Boas que se devem algumas idéias fundamentais. Foi ele, por exemplo, que demonstrou nos seus trabalhos de antropologia física que o índice cefálico, considerado pelos antropólogos como um traço invariável que podia servir para definir as raças, era função da influência do meio. Estudando nos Estados Unidos as gerações sucessivas de imigrantes, ele estabeleceu que diferenças anatômicas, inicialmente nítidas entre os grupos étnicos, desapareciam progressivamente. O mesmo em relação ao ritmo diferen-

ciado das crianças. A crítica ao racismo tem sua origem em Boas.

Sua obra lingüística também foi imensa. Sozinho, Boas provavelmente escreveu mais gramáticas de línguas indígenas — cerca de uma dúzia — do que qualquer lingüista que jamais viveu. Foi graças a ele que se compreendeu que é inútil querer relacionar a gramática das línguas exóticas a modelos indo-europeus.

Boas foi, igualmente, um dos primeiros — uma vez escrevi que foi Saussure, mas na realidade Saussure não falou sobre isso, deduz-se indiretamente de sua obra — a insistir sobre um fato essencial para as ciências humanas: as leis da linguagem funcionam ao nível do inconsciente, fora do controle dos sujeitos que falam, pode-se então estudá-las como fenômenos objetivos, representativos, como tal, de outros fatos sociais. Boas enunciou este princípio capital em 1911, no seu com justiça famoso prefácio ao *Handbook of American Indian Languages.*

Enfim, no domínio do folclore e da mitologia, ele acumulou uma massa fantástica de materiais dos quais se zombou de maneira ridícula. Assim, Boas estimulou um de seus informantes a escrever todas as receitas culinárias de sua tribo, e ele as traduziu e publicou, dentro da concepção de que não se pode prejulgar o que é importante e o que não é. Para o estudo de uma cultura pouco conhecida ou desconhecida, detalhes aparentemente insignificantes são às vezes os mais reveladores.

Zombaram desta minúcia. Entretanto, as receitas quaquiutle forneceram-me a chave para certos problemas mitológicos, revelando as relações de compatibilidade ou de incompatibilidade entre as substâncias alimentares, relações que não são apenas uma questão de gosto.

A obra de Boas não é fácil de consultar. É preciso ter trabalho. Mas ela é de uma riqueza extraordinária.

D.E.: Entre 1941 e 1944 o senhor freqüentou todo o círculo etnológico americano.

C.L.-S.: Sim. Também conheci bastante Ralph Linton e Ruth Benedict. Um me convidava para almoçar, para falar de tudo que achava de errado no outro. Era a piada de Colúmbia; eles se odiavam.

D.E.: E Kroeber?

C.L.-S.: Vivia na Califórnia, como Lowie, e de vez em quando ia a Nova Iorque. Coisa estranha: assisti à morte de Boas e quase assisti à de Kroeber. Ele estava de passagem por Paris com sua mulher e os dois vinham jantar na minha casa. Na manhã do jantar, a Sra. Kroeber telefonou para dizer-me que seu marido tinha morrido durante a noite. Ela não conhecia ninguém em Paris. Corri ao seu hotel no cais Voltaire para ajudá-la.

D.E.: A escola americana de antropologia era particularmente ativa.

C.L.-S.: Como a escola inglesa; mas os Estados Unidos são um país imenso e, conseqüentemente, tinham muitos etnólogos, como tinham muito de tudo.

D.E.: Voltemos ao outono de 1941: o senhor começou suas aulas na New School.

C.L.-S.: Encarregaram-me — era o começo da política de boa vizinhança — de dar um curso sobre a sociologia contemporânea da América Latina. Exceto o Brasil, eu não conhecia nada. Então eu ia todos os dias à Biblioteca Pública de Nova Iorque instruir-me sobre as realidades sociais e a vida política da Argentina, do Peru e dos outros países...

D.E.: Como era o seu auditório?

C.L.-S.: Como o de meus colegas. O público era composto em parte de refugiados que falavam inglês tão mal quanto nós, e de nova-iorquinos que iam lá para adquirir cultura. Parecia-se muito com uma universidade popular. Dei aula durante muitos anos, sempre sobre a América Latina contemporânea. Durante o inverno de 1941-1942 fundou-se a escola livre de Altos Estudos de Nova Iorque onde eu ensinava, em francês, sobre temas etnológicos que escolhia livremente.

D.E.: Então o senhor dava os dois cursos ao mesmo tempo?

C.L.-S.: Isto mesmo.

D.E.: Como tinha sido fundada essa escola?

C.L.-S.: Acho que a primeira idéia ocorreu a Boris Mirkine-Guetzévitch. Era um jurista de origem russa que, aparentemente, tinha desempenhado um papel no começo da revolução russa, no campo dos liberais. Logo saiu da Rússia para refugiar-se na França, e era naturalizado. Sua filha, Vitia Hessel, de quem eu era muito amigo em Nova Iorque, escrevia. Ela morreu recentemente. *Os tempos modernos* acabaram de publicar uma novela dela.

Mirkine-Guetzévitch tinha o espírito fértil. Gostava de conceber e fundar todos os tipos de organismos, sob a égide de alguma celebridade. Contentava-se com a vice-presidência, mas permanecia dono da obra:- Sabia melhor do que ninguém conseguir recursos. A língua inglesa tem um nome para esse gênero de homem: *go-between,* intraduzível porque tem duplo sentido: elogioso, mas também um pouco irônico. Mirkine-Guetzévitch reuniu no seu projeto personalidades ilustres: Jacques Maritain, Henri Focillon, Jean Perrin, o bizantinista belga Henri Grégoire; esqueço-me dos outros.

D.E.: Onde conseguiu os recursos?

C.L.-S.: O dinheiro veio de alguns mecenas, e da França Livre. Os americanos ajudaram a resolver os problemas administrativos e práticos.

D.E.: Onde se instalou a escola?

C.L.-S.: Bem ao lado da New School, na Quinta Avenida, quase na esquina da rua Doze.

D.E.: E o senhor foi logo convidado a participar dela?

C.L.-S.: Por Mirkine-Guetzévitch, que queria que eu fosse o secretário-geral da nova instituição. Mas Alexandre Koyré queria o posto. Nós nos dávamos bem e eu cedi.

D.E.: E parece-me que foi Koyré quem o apresentou a Jakobson, que também foi convidado a dar aulas.

C.L.-S.: Ele pressentiu que entre mim e Jakobson havia uma certa comunhão de idéias.

D.E.: Esse encontro foi decisivo para o senhor?

C.L.-S.: E como! Na época, eu era uma espécie de estruturalista ingênuo. Fazia estruturalismo sem sabê-lo. Jakobson revelou-me a existência de um corpo de doutrina já constituído numa disciplina: a lingüística, que eu nunca tinha praticado. Para mim, foi uma iluminação.

D.E.: O começo de uma grande amizade.

C.L.-S.: Ambos ao mesmo tempo. Logo nos sentimos intelectualmente próximos, predestinados a tornar-nos amigos. Se houve um mal-entendido no princípio? Jakobson contou que pensou, ao ver-me: "Enfim alguém com quem vou poder beber a noite inteira!" Bem, eu não suporto álcool e não gosto de deitar tarde. Seja como for, foi o começo de uma amizade fraterna, embora ele fosse doze anos mais velho do que eu.

D.E.: Uma amizade jamais desmentida.

C.L.-S.: Uma amizade sem falhas, uma amizade de quarenta anos. Uma ligação que nunca enfraqueceu e, de minha parte, uma admiração que jamais cessou.

Alguns dias antes de sua morte, recebi dele um trecho de um artigo com a seguinte dedicatória: "A meu irmão Claude".

D.E.: Que tipo de homem era ele?

C.L.-S.: Era um pensador de tal potência intelectual, que captava tudo ao seu redor. Dominava uma dezena de línguas, tinha uma erudição prodigiosa, que ia dos antigos lingüistas da índia a Husserl... Interessava-se por tudo, pintura, poesia de vanguarda, etnologia, informática, biologia...

D.E.: Tinha sido etnólogo na juventude.

C.L.-S.: Tinha começado a carreira, ainda adolescente, pesquisando o folclore na região de Moscou, com Bogatyrev, o grande etnólogo russo. Também participou do movimento modernista de pintores e poetas russos.

D.E.: Depois o senhor o encontrou várias vezes.

C.L.-S.: Regularmente, quando vinha à França, e ele viajava muito! Nos anos cinqüenta, minha terceira mulher, Monique, e eu morávamos num pequeno apartamento no começo da rua Saint-Lazare, perto da Igreja Notre-Dame-de-Lorette. Não podíamos hospedar Jakobson, e reservávamos um quarto para ele num hotel vizinho. Cada uma de suas estadas dava-nos uma grande alegria; um pouco de medo também, porque não tínhamos a resistência física dele, nem sua vitalidade intelectual: ele tocava a campainha às oito horas para o café da manhã, passava o dia conosco, e às vezes ficava conversando até o meio da noite.

Logo depois as coisas se organizaram. Apresentei-o a Lacan, de quem eu era muito amigo. Como seria de esperar, Lacan foi conquistado imediatamente, e Sylvia, sua mulher, também. Eles tinham apartamentos contíguos na rua de Lille, e aceitaram minha sugestão de hospedar Jakobson quando ele viesse a Paris. Assim, durante muitos anos, Jakobson teve "seu quarto" na casa de Sylvia Lacan.

D.E.: Em Nova Iorque ele também dava aulas na escola livre.

C.L.-S.: Suas aulas eram um deslumbramento. Ele se exprimia em francês com facilidade, quase sem anotações. Tirava do bolso um pacotinho de fichas, que olhava de vez em quando. Tinha, sobretudo, um dom dramático incomparável, arrebatava os ouvintes, a quem dava o sentimento justificado de viverem um momento decisivo na história do pensamento.

D.E.: Sobre que eram seus cursos?

C.L.-S.: Seus cursos foram publicados há alguns anos sob o título *Seis lições sobre o som e o sentido.*[10] A seu pedido, já que eu os havia freqüentado, redigi o prefácio.

D.E.: Ele assistia aos seus cursos?

C.L.-S.: Eu dava um curso sobre os problemas do parentesco. Jakobson assistia às minhas aulas, como eu assistia às dele. Disse-me um dia que eu deveria escrever tudo aquilo. Nunca tinha pensado no assunto, e foi sob seu incentivo que

comecei, em 1943, *As estruturas elementares do parentesco.* Terminei em 1947.

*

D.E.: O senhor dava aulas, escrevia... Como organizava seus dias?

C.L.-S.: Todas as manhãs eu ia à Biblioteca Pública de Nova Iorque. O que sei de etnologia foi durante aqueles anos que aprendi. Chegava lá na hora em que abria e só saía em torno de meio-dia ou uma hora. Almoçava num bistrô e ia para casa escrever.

D.E.: A Biblioteca Pública de Nova Iorque devia ser um lugar impressionante.

C.L.-S.: Havia muito público, mas viam-se poucos universitários: estes preferiam a Biblioteca de Colúmbia. Eu gostava mais da rua Quarenta e Dois porque era mais perto da minha casa. O lugar tinha um ar imponente; um pouco antiquado, como grande parte das instituições nova-iorquinas, mas cheio de encanto.

D.E.: Ela dispunha de um acervo de etnologia importante?

C.L.-S.: Considerável. Mesmo essa biblioteca, destinada à divulgação da cultura, tinha um acervo muito rico, e mantinha-se atualizada. Grande parte das fontes que usei em *As estruturas* encontrei-as lá.

D.E.: E uma objeção que lhe fazem freqüentemente: o senhor leu muitos livros, mas fez pouco trabalho de campo.

C.L.-S.: As circunstâncias assim o decidiram. Se eu tivesse obtido um visto para o Brasil em 1940, teria voltado aos locais das minhas expedições anteriores à guerra e teria feito trabalho de campo. Se não tivesse havido a guerra, provavelmente eu teria partido novamente em missão. A sorte levou-me para os Estados Unidos, onde eu não tinha condições de montar expedições, por falta de meios e devido à conjuntura internacional, mas onde, em contrapartida, eu

tinha toda liberdade para realizar um trabalho teórico. Lá, as possibilidades eram, posso dizê-lo, ilimitadas.

Também tomei consciência de que nos vinte ou trinta anos precedentes o material tinha-se acumulado em proporções consideráveis, mas em tal desordem que não se sabia por onde começar a explorá-lo. Parecia-me urgente esclarecer para que aquela massa de documentos tinha contribuído. Enfim, por que não confessá-lo? Logo percebi que era mais homem de gabinete do que de campo. Dito sem nenhuma intenção pejorativa, muito pelo contrário, o trabalho de campo é um pouco "tarefa de damas" (razão provável pela qual as mulheres têm tanto sucesso nele). A mim, faltavam-me dedicação e paciência.

D.E.: No entanto, apesar dos perigos que já evocamos, o senhor parecia extrair dele muito prazer.

C.L.-S.: Efetivamente. Mas eram minhas primeiras expedições. Não estou certo de que se tivessem acontecido outras eu não teria sentido uma exasperação crescente diante da desproporção entre o tempo útil e o tempo perdido.

Era verdade na época, e depois só piorou. Há alguns dias enviaram-me do Canadá, a título de curiosidade, os questionários, formulários, e outros documentos que agora é preciso preencher, em várias vias, antes que um "bando" (é a denominação oficial) de índios da Colúmbia britânica o autorizem a ir trabalhar junto deles. Não lhe contarão uma lenda a menos que o informante receba, por escrito, a garantia de que detém sua propriedade literária, com todas as conseqüências jurídicas que isso implica. Convenhamos que essa burocracia tacanha, esse gosto pela papelada — caricatura de nossos próprios hábitos — tiram do trabalho de campo muito de seus antigos atrativos!

D.E.: O senhor também experimentou as sensações que Malinowski descreve no seu diário? Aqueles sentimentos de irritação, de nojo até?

C.L.-S.: Certamente. Alguns etnólogos indignaram-se hipocritamente quando o diário apareceu, afirmando que ele

contradizia sua obra. Mas, quem não os atravessou, esses momentos de depressão? Métraux, que fez muitíssimo trabalho de campo, evoca-os de bom grado. Sabe, quando se perdeu quinze dias numa tribo indígena sem ter conseguido extrair o que quer que seja das pessoas que nos rodeiam, simplesmente porque as aborrecemos, começamos a detestá-las.

D.E.: Isso aconteceu com o senhor?

C.L.-S.: Nas savanas ingratas do Brasil central, quantas vezes não tive a impressão de estar jogando minha vida fora! Voltando ao que você dizia há pouco, sem querer comparar-me a Malinowski, fiz mais trabalho de campo do que afirmam meus críticos. Em todo o caso, o suficiente para aprender a compreender o que é o trabalho de campo, condição indispensável para julgar corretamente e aproveitar o trabalho feito pelos outros. Digamos que minhas experiências de campo representaram o que os psicanalistas chamam de "didática". Ao mesmo tempo, acredito ter feito algumas descobertas, relatado fatos novos.

*

D.E.: O senhor desenvolveu, em Nova Iorque, alguma atividade política? Freqüentou, por exemplo, os meios gaullistas?

C.L.-S.: Tinha-me alistado nas Forças Francesas Livres. Mantiveram-me no que se chamava a Missão Científica Francesa nos Estados Unidos. Soustelle, de passagem por Nova Iorque, insistiu cordialmente para que eu o acompanhasse a Londres. Mas eu tinha vontade de estudar, e logo me veio a vontade de escrever. Assisti a algumas reuniões gaullistas, mas não fui muito atuante.

D.E.: Foi nesse momento que seu engajamento político cessou?

C.L.-S.: Digamos que se esfiapou.

D.E.: E depois, um belo dia, o senhor soube do desembarque aliado na Normandia.

C.L.-S.: Lembro-me daquele dia. Eu estava no meu estúdio em Greenwich Village e, ao acordar de manhã, liguei meu rádio e soube das novidades em curso. O que eu ouvia era tão estranho que a princípio me pareceu ininteligível. Pouco a pouco compreendi, e desatei a soluçar.

D.E.: Quando houve a Desocupação, o senhor pediu seu repatriamento para a França?

C.L.-S.: As coisas não se passaram exatamente assim. Koyré tinha-se demitido do seu posto de secretário-geral da Escola Livre. Houvera atritos. Dois tipos de atitude surgiram entre os professores, cujo número aumentara muito. Os que se consideravam integralmente franceses só tinham uma idéia na cabeça: voltar para a França, retomar sua carreira. A seu ver, depois da guerra a Escola não teria mais razão de existir; era preciso dissolvê-la. Outros colegas, naturalizados recentemente, ou estrangeiros que se tinham refugiado na França antes da guerra, estavam inseguros quanto ao destino que lhes estaria reservado. Perguntavam-se o que iria acontecer na França e preferiam esperar, continuar a Escola que mantinha sua ligação com a França e ao mesmo tempo permitia que ficassem a salvo nos Estados Unidos. Koyré sentia-se ardentemente francês, mas tomar partido por um ou outro campo repugnava-lhe. Eu o sucedi, como representante do primeiro.

Na França, conhecia-se bem o problema, porque o próprio Henri Laugier, nomeado diretor de Relações Culturais, tinha sido refugiado no Canadá. Ele me chamou para tentar encontrar uma solução. Voltei então a Paris, após uma viagem difícil num comboio da marinha americana (a guerra ainda não tinha terminado). Desembarcaram-nos em sei lá que porto inglês; fui para Londres, onde caíam algumas V2, depois para Dieppe, e de lá para Paris, num caminhão americano. Era o princípio de janeiro de 1945. Eu ocupava um escritoriozinho na Diretoria de Relações Culturais,

que se instalara numa mansão — não uma mansão particular, mas um antigo hotel mobiliado — da rua Lord-Byron, perto dos Champs-Elysées.

D.E.: Qual era o seu titulo?

C.L.-S.: Meu único título era secretário-geral da Escola Livre de Altos Estudos de Nova Iorque.

D.E.: Mas o que é que o senhor fazia?

C.L.-S.: Eu era encarregado de receber pessoas que queriam visitar os Estados Unidos. Só guardei duas lembranças nítidas. Foi lá que reatei meu conhecimento com Merleau-Ponty, que era uma delas.

D.E.: O senhor não o tinha mais visto desde o concurso para o magistério?

C.L.-S.: Era a primeira vez que o revia.

D.E.: Como correu o reencontro?

C.L.-S.: Muito bem. Como eu não sabia nada, ou quase nada, do que se passava na França, perguntei-lhe o que era o existencialismo. Respondeu-me: uma tentativa de restabelecer a grande filosofia, na tradição de Descartes e Kant.

D.E.: E o senhor discutiu o assunto com ele?

C.L.-S.: Eu não estava a par. Nem sequer tinha lido *L´Etre et le néant.*

D.E.: E a segunda lembrança?

C.L.-S.: Recebi também a visita de Jeanine Micheau, na época famosa cantora. Ela chegou ao meu escritório toda perfumada, trazendo pela coleira dois enormes cães.

CAPÍTULO 4

VOLTA AO VELHO MUNDO

D.E.: O senhor só ficou alguns meses em Paris, e voltou para Nova Iorque...

C.L.-S.: ... como conselheiro cultural. Laugier queria nomear-me para o México. Mas eu estava escrevendo *As estruturas elementares do parentesco,*[11] e precisava das bibliotecas americanas. Insisti para que me pusesse no lugar de Ilenri Seyrig, que era muito amigo meu. Seyrig também queria.

D.E.: O pai da atriz?

C.L.-S.: Sim, o pai de Delphine, que eu encontrava desde garota na casa dos pais. Seyrig era um arqueólogo de renome; foi logo nomeado diretor dos museus de França. Nossos esforços conjugados convenceram Laugier a dar-me o posto.

D.E.: Quando voltou para lá?

C.L.-S.: Na primavera de 1945.

D.E.: Em que consistiam suas atividades?

C.L.-S.: Essencialmente em arrumar um edifício!

D.E.:O atual?

C.L.-S.: Não, a atual sede do Consulado Geral. Às vésperas da guerra, a França tinha comprado, na Quinta Avenida, uma mansão esplêndida, que tinha sido construída por um banqueiro americano no estilo de um palácio romano. O prefeito de Nova Iorque, muito antivichyísta, tinha impedido os representantes da França de entrarem nela. Quando de Gaulle assumiu o poder, o prefeito finalmente deu permissão para ocupá-la. O imóvel não era nada adequado às necessidades dos serviços culturais. Entregaram-no a mim, com a missão de transformá-lo. Jacques Carlu, o arquiteto do Palácio de Chaillot, refugiado nos Estados Unidos, concordou em ajudar-me. Nós refizemos todo o interior.

D.E.: Deve ter sido um trabalho enorme.

C.L.-S.: Sim, mas é um tipo de trabalho que me diverte. Mais do que a função de conselheiro cultural. Procurar idéias, traçar planos, participar da vida de um canteiro de obras, meter ocasionalmente a mão na massa, tudo isso me encanta.

D.E.: Mas o senhor tinha que exercer também as funções de conselheiro cultural!

C.L.-S.: Realmente, eu me beneficiava de certa indulgência, porque, durante os trabalhos, a totalidade dos serviços estava acampada no que tinha sido o grande salão: quase um verdadeiro salão de baile.

D.E.: E em Nova Iorque, o senhor reviu seus amigos?

C.L.-S.: Os centros de emigração começavam a dispersar-se. Eu tinha freqüentado muitos grupos, que não se misturavam muito: os surrealistas, os universitários; os psicanalistas, também, porque na casa de Raymond de Saussure (filho do grande lingüista) encontrava muitas vezes Loewenstein, Kris, Nunberg, e até, uma vez, Marie Bonaparte. Minhas funções de conselheiro cultural orientavam-me para outro meio, o dos ricos americanos amigos da França. Foi-me revelada uma sociedade nova-iorquina diferente.

D.E.: O senhor ficou três anos.

C.L.-S.: Voltei a Paris no final de 1947.

D.E.: Quando o senhor era conselheiro cultural, Sartre visitou os Estados Unidos.

C.L.-S.: Sim, mas ele não precisava de mim para "organizar sua estada. Almoçamos sozinhos uma vez.

D.E.: O senhor não o conhecia?

C.L.-S.: Não. Tinha-o visto de longe quando estava preparando meu concurso para o magistério, porque eu freqüentava alguns cursos na Normal Superior. Alguém mo indicou, dizendo: "É Sartre." Na época já era importante saber quem era Sartre!

D.E.: Em Nova Iorque, o senhor também se encontrou com Simone de Beauvoir.

C.L.-S.: Ela veio sozinha, um pouco mais tarde, mas também não precisava dos serviços culturais da embaixada. Como eu a conhecia um pouco, retomamos o contato. Convidei-a para almoçar na minha casa. Lembro-me muito bem — meu filho tinha acabado de nascer — com que repugnância olhou para o berço: realmente, um bebê não era coisa que se devesse mostrar a ela!

D.E.: E parece que o senhor recebeu Camus.

C.L.-S.: Ele precisava mais dos serviços culturais. Passeei com ele pela cidade, levei-o para jantar em Chinatown... E passamos uma noite num cabaré da Lower Broadway onde exibiam — para ridicularizá-las — velhas cantoras. O cômico feminino é um gênero tipicamente americano que se deve conhecer, mas que sempre me enojou.

D.E.: O senhor recebeu outras personalidades?

C.L.-S.: Jules Romains. Mas na época eu ainda tinha princípios. Às vésperas da guerra ele tinha publicado um livro equivocado, muito distante de *Os homens de boa vontade,* do qual eu tinha sido um leitor fervoroso. Além do mais, Romains não foi acolhido pelos serviços culturais da embaixada, e sim por organismos franco-americanos cujas posições durante a guerra não tinham sido das mais corretas.

Convidaram-me a fazer um discurso no decorrer do qual eu disse coisas desagradáveis a Jules Romains. Elogiei *Os homens de boa vontade* e relembrei que seus dois heróis, Jallez e Jerphanion, de quem minha geração ainda se sentia próxima, prometiam a si mesmos jamais entrar para a Academia Francesa, que acabara de eleger Jules Romains. André Maurois, que assistiu à reunião, menciona nas suas *Memórias* o discurso ácido do conselheiro cultural.

Recebi também uma missão de jovens médicos entre os quais figurava Yves Laporte, hoje administrador do Colégio de França. Recebi Jean Delay, de quem me tornaria confrade na Academia. E Gaston Berger, que seria mais tarde diretor do Ensino Superior.

D.E.: O pai de Maurice Béjart.

C.L.-S.: O próprio. Naquela ocasião, acho que ele era professor em Aix. Quando chegou, eu estava fazendo as malas. Desculpei-me por recebê-lo mal, e expliquei-lhe que estava de partida. Respondeu-me: "Eu sei. O senhor vai para o Colégio." Como já lhe contei, eu mal sabia o que era o Colégio de França: local temível, proibido, onde, estudante, eu não me permitia entrar. Então, não dei a menor importância às palavras de Gaston Berger. Assim que cheguei a Paris, Laugier, que gostava de mim, avisou-me que Henri Piéron queria ver-me. Você sabe quem era Piéron: ilustre psicólogo, comunista, professor do Colégio de França. Marquei um encontro com ele. Disse-me: "Nós temos a intenção de fazê-lo entrar no Colégio." Eu não sabia quem era "nós", mas ele tinha um ar muito seguro, e eu pensei que tudo tinha sido arranjado por forças misteriosas; bastaria que eu me deixasse levar. Tinha vivido treze anos fora da França e não estava em condições de entender que ia ser objeto de disputa de facções no interior do Colégio, entre conservadores e liberais. Fui derrotado. Coisa inconcebível, quando se conhecem os hábitos do Colégio, persuadiram-me a me reapresentar alguns meses mais tarde, por ocasião do aparecimento de uma outra cadeira, e fui novamente derrotado.

D.E.: Em que ano aconteceu esse duplo infortúnio?

C.L.-S.: Em 1949 e 1950.

D.E.: Foi nessa época que Dumézil foi eleito. Tendo contra ele, também, a hostilidade do administrador, Edmond Faral.

C.L.-S.: Que me prevenira friamente de que eu jamais entraria para o Colégio! Os esforços conjugados de Dumézil, Bataillon, Benveniste não conseguiram demover a assembléia. Falei-lhe, a propósito de Max Ernst, das conferências Loubat: paradoxalmente, na mesma época em que iria ser derrotado, convidaram-me a fazer uma série de conferências. Dumézil assistiu a elas. Foi nessa ocasião que realmente o conheci.

D.E.: O senhor levou dez anos para apresentar-se outra vez — que seria a definitiva.

C.L.-S.: Fui ingênuo, precipitado à revelia numa disputa entre antigos e modernos: a facção tradicionalista incluía ainda homens que, pelo espírito e pela arrogância, pertenciam a um outro século. Devo dizer que assim que Marcel Bataillon sucedeu Faral como administrador do Colégio, estes conflitos entre tendências começaram a desaparecer. Em vinte e dois anos de Colégio sob a administração de Bataillon e de seus sucessores, jamais voltaram a acontecer.

Depois deste duplo fracasso, eu estava convencido de que jamais faria o que se chama uma carreira. Rompi com meu passado, reconstruí minha vida privada, e escrevi *Tristes trópicos*, que jamais teria ousado publicar se estivesse envolvido em qualquer competição por um cargo universitário.

D.E.: Em Nova Iorque, o senhor deu os últimos retoques em *As estruturas elementares do parentesco.*

C.L.-S.: Eu tinha uma combinação com Louis Joxe, sucessor de Laugier nas Relações Culturais. Ele me permitiria ser conselheiro meio expediente: de manhã no escritório, de tarde na minha casa para escrever. E bem verdade que eu morava com minha segunda mulher na cobertura do prédio.

Em caso de necessidade, bastava descer. Assim pude acabar meu livro.

D.E.: O senhor o apresentou como tese, assim que voltou a Paris.

C.L.-S.: Como tese principal. E *A vida familiar e social dos nambiquara,* como tese complementar.

D.E.: Como era formada sua banca?

C.L.-S.: Fui visitar Davy, que era decano da Sorbonne, com meu manuscrito debaixo do braço, para pedir-lhe que fosse meu diretor de tese (se é que se pode dizer assim, uma vez que a tese já estava pronta). Recebeu-me com boa vontade, o que não era habitual nele (tinha um temperamento intratável). E ele concordou. O mesmo aconteceu com a tese complementar, que foi aceita por Griaule. Então eu as defendi na Sorbonne, tendo como banca: Davy, Griaule, Benveniste, Bayet e Escarra, um jurista sinólogo. Foi em 1948.

D.E.: O senhor conhecia Benveniste?

C.L.-S.: Logo que voltei para a França, visitei-o, assim como a Dumézil. Jakobson havia-me encarregado de várias encomendas para eles.

Como as estruturas cobriam o mundo inteiro, era necessário um membro da banca para cada área geográfica maior. Para a índia, sugeri a Davy que convidasse Benveniste.

D.E.: O senhor se relacionou com ele logo depois?

C.L.-S.: Já a partir da defesa de tese e das observações que ele me fez, nós nos correspondemos longamente. Em seguida, mas muito mais tarde, quando entrei para o Colégio, eu o conheci melhor. Benveniste era muito reservado, não se relacionava facilmente. Uma vez convidei-o para jantar na minha casa, foi preciso gastar tesouros de diplomacia para convencê-lo. Segundo Jakobson, ele não fora sempre tão fechado. Alguma coisa havia mudado depois de seus anos de juventude, durante os quais, contava Jakobson, Benveniste era um homem alegre e espontâneo.

D.E.: O senhor publicou *As estruturas elementares do parentesco* em 1949.

C.L.-S.: Sim, na Presses Universitaires de France.

D.E.: Mas antes o senhor tinha publicado *A vida familiar e social dos nambiquaral*

C.L.-S.: Este texto tinha sido publicado como uma dissertação de uma centena de páginas no jornal da Sociedade dos Americanistas. Teve uma tiragem à parte, por causa da defesa de tese. *As estruturas* apareceu pouco depois. Sustentei a tese com exemplares datilografados.

D.E.: E Simone de Beauvoir fez uma resenha do seu livro quando foi lançado.

C.L.-S.: Ela estava terminando *O segundo sexo.* Michel Leiris tinha-me falado do livro um dia, no Museu do Homem. Disse a Leiris que eu também acabara de escrever uma obra, quase sobre os mesmos problemas. Leiris contou a Simone de Beauvoir, que veio ler as provas de *As estruturas* na minha casa, porque queria conhecer o estágio mais atual da pesquisa antropológica antes de encerrar seu livro. Quando *As estruturas* apareceu, ela fez a resenha em *Os tempos modernos}*[1]

D.E.: De forma muito elogiosa.

C.L.-S.: Calorosa até. Observe que, naquela época, *Os tempos modernos* queria entrar no centro da vida intelectual. Todos estavam prontos a acolher-me, sem se preocuparem com o fato de eu ser existencialista ou não.

D.E.: Qual foi a acolhida de *As estruturas,* de modo geral?

C.L.-S.: O livro foi muito bem recebido no meio dos antropólogos. Mas não posso dizer que fora dos círculos profissionais tenha suscitado muito interesse.

D.E.: É preciso reconhecer que é um livro muito técnico.

C.L.-S.: Eu o reconheço sem discutir. Aliás, minha idéia era escrever um segundo volume, no qual já tinha começado a pensar, e que se chamaria *As estruturas complexas de parentesco.*

D.E.: O senhor o deixou de lado?

C.L.-S.: Logo percebi que não se podia tratar desses sistemas complexos com métodos artesanais: era preciso recorrer à informática. Eu não dispunha dos meios práticos, nem — sobretudo — dos intelectuais.

D.E.: Em *As estruturas elementares do parentesco*, já existe um "Apêndice matemático" escrito por André Weil.

C.L.-S.: Historicamente falando, aquelas páginas têm uma grande importância. Toda a matemática do parentesco, que depois se desenvolveu bastante, saiu de lá. E assim continua.

D.E.: Foi nos Estados Unidos que o senhor conheceu André Weil, irmão de Simone Weil?

C.L.-S.: Irmão de Simone e um dos fundadores do grupo Bourbaki. Eu trabalhava com problemas de parentesco australianos tão complicados que, dizia a mim mesmo, precisaria de matemáticos para resolvê-los. Procurei Hadamard, que também estava refugiado nos Estados Unidos: já muito velho, mas matemático ilustre. Apresentei-lhe o problema e — acho que já contei isto em algum lugar — ele me respondeu que os matemáticos só conheciam as quatro operações, e que o casamento não podia identificar-se com nenhuma. Aí encontrei André Weil, outro refugiado. Falei-lhe da minha visita a Hadamard, e ele reagiu de maneira bem diferente. Não há necessidade, disse-me, de definir o casamento sob um ponto de vista matemático. Só as relações entre os casamentos oferecem algum interesse. Apresentei-lhe os dados do problema, e ele produziu a análise que você acaba de evocar.

D.E.: Para o senhor, foi uma maneira de mostrar o caráter científico de seu trabalho?

C.L.-S.: Aquela demonstração matemática ia mais longe, mas harmonizava-se com as que eu tentava por sistemas menos complicados, por meios modestos. Sobretudo, originava-se em princípios aparentados com os que Jakobson aplicava em lingüística, já que, nos dois casos, desloca-se a atenção dos termos para as relações que prevalecem entre os

termos. Ora, era exatamente o que eu tentava fazer, para resolver os enigmas que as regras do casamento apresentavam aos etnólogos.

*
* *

D.E.: Falamos de seus malogros no Colégio de França. Quais eram suas funções universitárias, desde seu regresso à França, em 1948?

C.L.-S.: Durante alguns meses fui diretor de Pesquisas no CNRS (Centro Nacional de Pesquisas Sociais). Era uma posição de espera. Em seguida, subdiretor do Museu, subdiretor do Museu do Homem.

D.E.: Quem o levou para o Museu do Homem?

C.L.-S.: O Dr. Rivet. Às vésperas de aposentar-se, chamou-me para o cargo de subdiretor de Etnologia. André Leroi-Gourhan, subdiretor de Pré-História, ensinava em Lyon, e nem sempre estava lá. Durante um ano, e ainda que o Museu tenha designado um diretor responsável, até que Rivet tivesse um sucessor, tive que enfrentar a maior parte dos problemas.

D.E.: Foi então que o senhor conheceu Leiris, que também trabalhava no Museu do Homem.

C.L.-S.: Eu não conhecia sua obra e a li com deleite. Monique, minha mulher (nós já vivíamos juntos e nos casamos em 1954), conhecia os Leiris. Ela, conheci-a na casa de Lacan.

D.E.: Como foi que o senhor conheceu Lacan?

C.L.-S.: Foi Koyré que nos reuniu uma noite. Data também dessa época minha amizade com Georges-Henri Rivière. Ele tinha um lugar à nossa mesa, na rua Saint-Lazare, e vinha quando sua solidão de celibatário lhe pesava.

D.E.: Nessa época o senhor tinha abandonado totalmente suas atividades políticas?

C.L.-S.: Ah, totalmente.

D.E.: O senhor não conheceu a tentação gaullista?

C.L.-S.: Não. Eu ainda estava demasiado impregnado de socialismo para passar para o gaullismo. E, ao mesmo tempo, todas as posições políticas me pareciam contraditórias. Distanciei-me durante os anos no Brasil. Aliás, não apenas por minha culpa. Nos anos que precederam o concurso para o magistério, eu tinha sido, lembre-se, colaborador de Georges Monnet, o deputado socialista. Em 1936, eu já estava no Brasil, ele se tornou ministro do governo da Frente Popular. Esperava que ele me chamasse. Evidentemente, meus antigos camaradas, todos em posição vantajosa, tinham-me esquecido. Os acontecimentos, o novo rumo que minha vida tomava, fizeram o resto...

D.E.: Mas o senhor continuou a interessar-se pela vida política?

C.L.-S.: Claro, e até hoje estou sempre atento.

D.E.: Depois dos anos passados no Museu do Homem, o senhor ensinou na Escola de Altos Estudos.

C.L.-S.: Desde meu regresso ensinei no Instituto de Etnologia, que funcionava no Museu do Homem. Depois fui eleito para a Escola de Altos Estudos, na cadeira de Maurice Leenhardt, que ia aposentar-se e não tinha a menor vontade que eu o sucedesse. Ele favorecia um de seus alunos. Era uma situação delicada, porque na Escola, geralmente, leva-se em consideração a opinião do professor que se aposenta. No entanto, fui escolhido, em grande parte graças ao apoio de Dumézil. Mas, como a gente não se candidata à Escola;— o costume é ser chamado —, só nestes últimos anos tomei conhecimento do papel que ele desempenhou.

D.E.: Na seção de Ciências Religiosas? A Quinta Seção?

C.L.-S.: Isto mesmo.

D.E.: Que funcionava na Sorbonne.

C.L.-S.: Ainda funciona, escada E.

D.E.: Sobre que era seu curso?

C.L.-S.: A cadeira chamava-se: "Religiões dos povos não-civilizados", como na época em que Mauss a ocupava.

Tive que mudar rapidamente este título, pelo seguinte: um dia, quando falava dos costumes de uma população africana, um ouvinte negro, que eu não conhecia, levantou-se e disse-me: "Eu pertenço a esta sociedade e não concordo com a sua interpretação." Dois ou três incidentes deste tipo levaram-me a mudar o nome da cadeira para: "Religiões dos povos sem escrita." Não se podia dizer que pessoas que iam discutir conosco na Sorbonne fossem "não-civilizadas"! Que não possuíam uma escrita própria, era um fato.

D.E.: Em *Minhas palavras*, onde o senhor reuniu o resumo de suas aulas na Escola de Altos Estudos e no Colégio de França, encontra-se uma nota que conta uma história curiosa; o senhor evoca um encontro em Paris, em 1953, com Talcott Parsons, que não só lhe propõe um cargo em Harvard, como lhe apresenta o contrato já pronto.[13]

C.L.-S.: Conheci Talcott Parsons em Harvard, onde fiz uma conferência no tempo em que era conselheiro cultural...

D.E.: E o senhor e ele permaneceram em contato...

C.L.-S.: ... absolutamente. Fiquei mesmo surpreso que aquele sociólogo famoso me propusesse um encontro, ainda mais que ele não dizia por quê. Na verdade, a idéia partira de Clyde Kluckhohn, o antropólogo de Harvard com quem eu sempre me entendi muito bem.

A nota de *Minhas palavras* aparece em homenagem a uma dama americana que maldosamente escreveu num livro que eu voltara para a França porque não encontrara nenhum cargo nos Estados Unidos. Na perspectiva americana, a volta à Europa não tinha outra explicação! O mesmo equívoco aconteceu com Robert Redfield. Simpatizávamos um com o outro, até hospedei-me na casa dele. Faço alusão a ela sem citar o nome dele num texto: "Nova Iorque pós e pré-figurativa",[14] onde evoco a casa de pioneiro muito pitoresca que um sociólogo americano tinha nos arredores de Chicago. Ele me pressionava para que me fixasse nos listados Unidos, e como eu fazia ouvidos moucos, ele disse a Métraux que eu era *"a case of European tiredness"*. Na

realidade, eu poderia ter-me estabelecido nos Estados Unidos muito antes. Logo no começo, Kurt Lewin oferecera-me um posto estável; depois de meus fracassos no Colégio, Kroeber também me fez uma proposta. Parsons oferecia-me agora condições excepcionais. O contrato tornava-me *full professor* com *tenure*, isto é, eu seria titular de uma cadeira, e não podiam despedir-me. Mas eu não tinha vontade alguma de retomar uma vida de exilado.

A opção que várias vezes fiz de retornar à França, ou de lá ficar, em nada modifica os sentimentos de profundo reconhecimento que tenho pelos Estados Unidos. Sua ajuda muito provavelmente salvou-me a vida, e encontrei lá, durante muitos anos, um clima intelectual e meios para trabalhar, aos quais, em muito grande parte, devo o que sou. Simplesmente, eu sabia que pertencia com todas as minhas fibras ao Velho Mundo; irrevogavelmente.

D.E.: No entanto, profissionalmente, deve-se defini-lo como um americanista!

C.L.-S.: Tornei-me assim por acaso. O primeiro posto que me ofereceram no exterior foi no Brasil. Naquela época, eu tinha sobre a América do Sul as mais vagas noções. Na realidade, eu teria partido para qualquer lugar.

Pergunte-me, antes, por que continuei americanista. Primeiro, parece-me, devido à impressão indelével provocada pelo contato com o Novo Mundo, onde tudo é em escala incomensurável, comparada à do Velho. Some-se a isto a comoção, sob cujo impacto continuo, causada pelo contato com uma natureza virgem e grandiosa, quando eu só conhecia uma natureza de proporções modestas, onde até os aspectos aparentemente mais "selvagens" traem o paciente trabalho do homem, exposto há séculos, milênios, mesmo.

Enfim — e talvez esta seja a maior razão — o estudo de nenhum outro continente exige, parece-me, mais imaginação. A América foi povoada essencialmente por povos vindos da Ásia, que atravessaram as terras que emergiram

sobre a localização atual do Estreito de Bhering. Mas quando? As melhores estimativas variam numa margem de cinqüenta milênios. E dessas passagens, repetidas em épocas diferentes, não resta o menor vestígio. Devido às variações do nível do mar, os itinerários provavelmente se perderam, seja no alto das montanhas costeiras, seja sob as águas. E não é tudo: a América oferece o espetáculo assombroso de culturas altamente desenvolvidas, vizinhas de outras de baixíssimo nível técnico e econômico. Além do mais, estas altas culturas conheceram uma existência efêmera: cada uma nasceu, desenvolveu-se, morreu no lapso de alguns séculos; e as que tinham desaparecido quando os espanhóis chegaram eram, provavelmente, mais cultas e mais refinadas do que as que eles conheceram já no declínio, e que mesmo assim os deslumbraram.

Na verdade, e apesar de todos os trabalhos acumulados, continuamos sem saber, não compreendemos o que foi a América. Como para os descobridores dos séculos XV e XVI, ela continua sendo um outro planeta. A cada ano, ou quase, surge uma nova descoberta que recoloca em discussão tudo o que acreditávamos estabelecido. O americanismo está sempre no estado daquelas ciências do século XIX, ricas em esperança de achados ao alcance da mão. É isto que o torna tão atraente.

D.E.: Mas então, por quê, depois de seu duplo fracasso no Colégio de França, o convite de Talcott Parsons não o estimulou a partir de novo?

C.L.-S.: Uma coisa é apaixonar-se pelo Novo Mundo de antes de 1492, outra é desarraigar-se para ir viver no Novo Mundo de hoje. O convite de Harvard tinha tanta possibilidade de levar-me a fazer esta última escolha que, antes de recusar, pedi conselhos a Gaston Berger, então diretor de Ensino Superior. Ele me disse: "Sem hesitar, aceite." Eu era feliz na minha vidinha boêmia, gostava mais de ir ao Mercado das Pulgas todos os sábados do que de viver em Cambridge, Massachusetts*

A propósito do Mercado das Pulgas, termino por uma história curiosa. Pierre Mendès-France, que eu havia conhecido nos Estados Unidos, pediu-me um dia que eu o levasse até lá. Nutria a esperança de descobrir documentos antigos sobre sua família, do tempo em que ela estava estabelecida nas Antilhas. Desnecessário dizer que voltamos de mãos abanando...

CAPÍTULO 5

OS MISTÉRIOS DO NÚMERO 8

D.E.: Em 1955, o senhor publicou *Tristes trópicos.* Que o instigou a lançar-se numa obra como essa?

C.L.-S.: No começo, uma proposta de Jean Malaurie, que eu não conhecia e que fundou a coleção *Terra humana.* A idéia de contar minhas viagens nunca tinha me ocorrido.

No entanto, na fase que eu atravessava, convencido de que não tinha mais futuro universitário, fiquei tentado pelo projeto a escrever pelo menos uma vez sem policiamento, a dizer tudo que me passava pela cabeça.

Enfim, com o tempo, tinha conseguido um certo distanciamento. Não se tratava mais de transcrever uma espécie de diário de expedição. Eu deveria repensar minhas velhas aventuras; precisaria refletir e filosofar sobre elas, fazer um balanço.

D.E.: *Tristes trópicos é* um livro que o senhor escreveu bem rápido, acredito.

C.L.-S.: Em quatro meses. Sentia remorso por não estar trabalhando no meu segundo volume sobre as estruturas

complexas de parentesco, que eu ainda achava que poderia escrever. Tinha a sensação de estar interrompendo meu trabalho com um entreato, que deveria ser tão curto quanto possível. Achava que estava pecando contra a ciência. O livro ressentiu-se disto, pelo menos na primeira edição, que estava cheia de erros grosseiros. Eu não me dava nem o trabalho de verificar a ortografia das palavras em português: eu as escrevia como soavam aos meus ouvidos. Essa primeira edição é um monstro.

D.E.: Um monstro que teve uma acolhida calorosa. Houve artigos de Leiris, Blanchot...

C.L.-S.: De Georges Bataille, de Raymond Aron também. Sim, foi bem recebido, mas vendeu devagar. Você sabia que a Academia Goncourt — o livro apareceu às vésperas da atribuição do prêmio — publicou um comunicado lamentando não poder distinguir *Tristes trópicos* porque não era um romance?

Recebi cartas, das quais uma me tocou especialmente: era de Pierre Mac Orlan, autor que adorei na adolescência. Eu sabia que tinha escrito *Tristes trópicos* lembrando-me de Mac Orlan. Provavelmente ele tinha gostado do meu livro porque, sem percebê-lo, via ali coisas que provinham dele.

D.E.: Acolhida muito calorosa nos meios universitários, mas e nos meios etnológicos?

C.L.-S.: A acolhida foi mais reservada. No dia em que abriu *Tristes trópicos*, Paul Rivet fechou-me sua porta. Ele tinha um temperamento fogoso, deve ter lido a primeira linha: "Odeio as viagens e os exploradores", parou ali e concluiu que eu o traía. Nunca mais o revi até seus últimos dias. Ele estava no hospital e chamou-me à sua cabeceira para fazer as pazes.

D.E.: Apesar disso, era um livro de etnólogo, não?

C.L.-S.: Páginas inteiras de *A vida familiar e social dos nambiquara* foram copiadas tal e qual.

D.E.: A seu ver, era uma espécie de síntese do que o senhor tinha feito?

C.L.-S.: Sim, uma síntese do que eu tinha feito naquela época. De tudo em que eu acreditava, ou com que sonhava, também.

- *

D.E.: Qual era a atmosfera intelectual na França entre sua volta em 1948 e o aparecimento de *Tristes trópicos!* Era o triunfo do existencialismo...

C.L.-S.: Sim, mas eu estava muito longe de tudo aquilo. Lia os livros, mas nem sequer conhecia os autores. Só encontrei Sartre duas ou três vezes, e num almoço na casa de Jean Pouillon, por acaso.

D.E.: Mas Merleau-Ponty, sim.

C.L.-S.: Sua eleição para o Colégio de França seguiu de perto meus fracassos. Esta coincidência nos reaproximou. Como você sabe, uma eleição no Colégio acontece em diversas etapas: os professores votam pela criação de uma cadeira, depois, um pouco mais tarde, elegem o titular e designam, pró-forma, um outro candidato em segunda linha. A Academia competente do Instituto deve se pronunciar em seguida. Via de regra, sanciona pura e simplesmente a ordem escolhida pelo Colégio. Então, tudo vai para a decisão do ministro. No caso de Merleau-Ponty, a Academia de Ciências Morais inverteu a ordem do Colégio e pôs Gaston Berger em primeiro lugar. Merleau-Ponty não estava a par dessas sutilezas. Mas como tinham explicado quando eu era candidato, pude ajudá-lo a adotar uma linha de conduta. Estas peripécias lhe foram úteis, porque o ministério, segundo a tradição em casos de conflito entre o Colégio e o Instituto, apressou-se a decidir em favor do primeiro, quando, habitualmente, uma nomeação é mais lenta.

D.E.: O senhor e ele tornaram-se muito amigos.

C.L.-S.: Sim, nós nos víamos muito, com nossas mulheres. E visitávamos bastante os Lacan, os Leiris...

D.E.: Ele lhe falava de suas atividades?

C.L.-S.: Nós falávamos pouco de filosofia, mas foi Merleau-Ponty quem teve a idéia de que eu me apresentasse ao Colégio, e isso desde 1954.

Lembro-me muito bem, porque lhe respondi: "Estou escrevendo um livro *(Tristes trópicos)* e quando você e os professores do Colégio o tiverem lido, nem sonharão mais em tentar eleger-me." Eu me abria demais, como Métraux gostava de dizer.

D.E.: Apesar de tudo, em 1959 ele apresentou sua candidatura.

C.L.-S.: Não apenas apresentou, como sacrificou três meses de uma vida cujo fio ia romper-se muito brevemente. Ele sabia muito bem que havia obstáculos. A velha facção Faral ainda tinha partidários. Merleau-Ponty empenhou-se muito, fez visitas, escreveu cartas, tão bem que não houve proposta de criação de cadeira em oposição à dele.

D.E.: A eleição aconteceu sem problemas?

C.L.-S.: Houve votos contrários; alguns, porque eu era o único candidato. Os eleitores sempre gostam que se lhes deixe certa liberdade de escolha.

D.E.: Sua entrada no Colégio modificou muito suas condições de trabalho?

C.L.-S.: Claro. Esqueci de contar-lhe que, durante o período que vai de 1953 até esta eleição, eu exercia uma atividade suplementar: era secretário-geral do Conselho Internacional de Ciências Sociais, organização não-governamental, posta sob a égide da UNESCO. Evidentemente, aquilo me tomava tempo.

D.E.: Que é que o senhor fazia?

C.L.-S.: Esforçava-me para dar impressão de que um organismo sem objetivo e sem função tinha uma razão de ser.

D.E.: Sem objetivo, sem função, mas com dinheiro?

C.L.-S.: Sim, alguns meios que era preciso justificar com um ar de atividade.

D.E.: O senhor recebia professores, pesquisadores...

C.L.-S.: Recebia muita gente. Sobretudo, era preciso organizar reuniões internacionais e inventar temas de discussão.

D.E.: Foi nesse quadro que o senhor apresentou seu texto intitulado *Raça e história*,[15] em 1952?

C.L.-S.: *Raça e história* é um opúsculo que me tinha sido encomendado pela UNESCO, antes que eu entrasse para o Conselho de Ciências Sociais. Devo tê-lo escrito em 1951, já que foi publicado em 1952, antes que eu assumisse minhas funções no Conselho. Foi por intermédio de Métraux, então na UNESCO, que me chegou a encomenda.

D.E.: Como foi sua aula inaugural no Colégio de França? O senhor a deu no dia 5 de janeiro de 1960.

C.L.-S.: Melhor do que eu podia esperar, depois de um passado tão penoso. Minha aula tinha passagens só decifráveis por iniciados. Como as bizarras considerações sobre o número 8, às quais eu me entregava logo no princípio. Merleau-Ponty não gostava que lhe lembrassem que nós tínhamos nascido no mesmo ano — 1908. Achava que eu parecia mais velho do que ele, o que era verdade. Via-se envelhecer em mim. Aliás, e apesar da generosidade que provou ter para comigo, ele mal disfarçava o medo de ter chocado um ovo de pato. Achava-me capaz das mais extravagantes invenções.

Profetizando sobre todas as relações imagináveis de minha cadeira com o número 8, fazia-o esperar — e temer — que eu chegasse ao nosso ano comum de nascimento, já que eu devia a cadeira a ele. Era uma impertinência inocente.

E quando, perto do fim, lamentei que a cadeira tivesse sido criada tão tarde (sob o pretexto de que desde o século XVI teria sido possível atribuí-la a um dos primeiros viajantes ao Brasil), lembrei a alguns de meus novos colegas que aquela aula, que eles agora aplaudiam, poderia ter sido proferida dez anos antes.

D.E.: Era realmente a primeira cadeira de Antropologia do Colégio de França?

C.L.-S.: Não se pode dizer que fosse a primeira, porque houve Marcel Mauss. Sua cadeira chamava-se Sociologia, mas na realidade era Antropologia.

D.E.: Como foi recebida a sua aula?

C.L.-S.: Merleau-Ponty espreitava a reação dos que me tinham sido mais hostis. Disse-me depois que tínhamos ganho a partida.

D.E.: No Colégio, o senhor reencontrou Braudel.

C.L.-S.: Que eu não voltara a ver desde o Brasil.

D.E.: E Benveniste...

C.L.-S.: ... que tinha sido membro da minha banca examinadora de tese. E Dumézil, que me fez entrar para a Escola de Altos Estudos.

A primeira assembléia dos professores de que o novo eleito participa significa sempre um problema para ele. Quando é apresentado, todo mundo se levanta, desejam-lhe as boas-vindas, convidam-no a sentar-se e ele procura ansiosamente com os olhos uma cadeira vazia em volta da mesa onde cinqüenta pessoas podem acomodar-se. Merleau-Ponty tinha-me prevenido e munido de uma planta da sala, de modo que eu avançasse sem hesitar até o lugar onde ele estava sentado e onde teria o cuidado de reservar-me uma cadeira. Assim, encontrei-me entre ele e Benveniste.

D.E.: Sua relação com Braudel tornou-se mais estreita do que no Brasil?

C.L.-S.: Ele estava muito absorvido por seu trabalho e por diversas responsabilidades. Fora as assembléias do Colégio, não posso dizer que nos víamos muito. A não ser quando ele assumiu a presidência da Sexta Seção da Escola de Altos Estudos, da qual eu também fazia parte.

D.E.: O senhor e ele se entendiam bem?

C.L.-S.: Braudel era profundamente bom, sensível e generoso. Nas grandes ocasiões, podia-se confiar inteiramente nele. Ao mesmo tempo, gostava de dominar e não resistia ao prazer de implicar delicadamente com quem ia procurá-lo.

Seu tom às vezes era desconcertante. Mas também sabia encantar quando queria, tornava-se sedutor.

D.E.: Poderia esclarecer um ponto: Braudel foi presidente da Sexta Seção da Escola de Altos Estudos, o senhor estava na Quinta. Como conseguiram reencontrar-se?

C.L.-S.: Eu pertencia às duas seções. Na verdade, fazia parte da Sexta antes de entrar para a outra. Com um estatuto indeterminado, que eu não saberia mais precisar. Em todo o caso, Lucien Febvre tinha-me pedido que fizesse uns seminários lá, acho que a partir de 1949.

D.E.: Quando o senhor foi eleito para a Quinta Seção, continuou na Sexta?

C.L.-S.: Sim, porque na época as regras administrativas eram muito flexíveis. O presidente da Sexta praticamente fazia o que queria. Era uma monarquia esclarecida.

D.E.: E o senhor continuou nas duas seções depois de sua eleição para o Colégio de França?

C.L.-S.: Continuei durante alguns anos na Quinta Seção, um pouco mais na Sexta, que se transformou na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, onde fiquei até me aposentar, mas sem dar aulas. Fiquei na condição de diretor do Laboratório de Antropologia, subordinado ao mesmo tempo ao CNRS (Centro Nacional de Pesquisas Sociais), ao Colégio de França e à Escola de Altos Estudos.

D.E.: Aliás, desde a sua entrada para o Colégio o senhor fundou esse laboratório, que em seguida tomou um certo vulto.

C.L.-S.: No começo ficávamos num anexo do Museu Guimet, na avenida de Iéna: a antiga mansão de Émile Guimet. Com três ou quatro colaboradores, eu ocupava um cômodo que tinha sido seu banheiro: tocos de canos ainda saíam das paredes revestidas de faiança, e sob os meus pés ficava o que restava do ralo da banheira. Mal se podia circular naquele reduto atravancado. Recebia meus visitantes no patamar da escada, onde tínhamos conseguido colocar duas velhas cadeiras de jardim completamente desconjuntadas.

D.E.: Por que foi parar num anexo do Museu Guimet?

C.L.-S.: O Museu tinha posto a mansão à disposição da Quinta Seção, para lá criar um Centro de Estudos Religiosos, que ainda existe, e a seção concordou em instalar em duas salas meu laboratório recém-criado. A maior, nós a ocupamos inteiramente com os *Human Relations Área Files*, instrumento de documentação enorme, produzido em vinte e cinco exemplares pela Universidade de Yale, financiado pelo Governo dos Estados Unidos. A UNESCO tinha adquirido um exemplar para doá-lo à França, sob a condição de que fosse franqueado a todos os pesquisadores europeus. Depois de várias atribulações, confiaram-no a nós.

D.E.: Neste momento começou para o senhor uma segunda atividade: dirigir uma equipe, um laboratório...

C.L.-S.: Eu sempre tive uma atividade administrativa paralela ao trabalho científico ou intelectual propriamente dito. Durante meus anos de estudante eu era, não esqueça, secretário de grupos políticos, depois de um deputado. Mais tarde, secretário-geral da Escola Livre de Altos Estudos de Nova Iorque, e em seguida conselheiro cultural da embaixada. Enfim, no Museu do Homem tive funções administrativas. O mesmo aconteceu no Conselho Internacional de Ciências Sociais.

D.E.: O senhor quis criar o laboratório porque, a seu ver, a obra antropológica ultrapassa a capacidade de um único homem?

C.L.-S.: Não, sempre concebi e conduzi meu trabalho pessoal e solitariamente. Mas eu tinha a possibilidade de proporcionar meios de trabalho a alguns jovens pesquisadores, graças aos locais, aos recursos que tinha condições de obter. No que me concerne, e excetuando a ajuda de uma secretária, a compra de livros e a disponibilidade de uma fotocopiadora, a direção do laboratório representou antes uma carga que assumi com a maior boa vontade.

D.E.: Quem eram seus colaboradores no laboratório?

C.L.-S.: Desde o início, Isac Chiva e Jean Pouillon. Seguindo suas pegadas, Lucien Sebag, Pierre Clastres, Robert Jaulin, Françoise e Michel Izard... Alguns trabalhavam comigo desde a minha passagem pelo Museu do Homem. Como Lucien Bernot, que se tornou professor no Colégio.

Lucien Febvre tinha-me encarregado de dirigir, com recursos fornecidos pela UNESCO, uma pesquisa monográfica — a primeira, acho, concebida num espírito etnológico — sobre uma aldeia francesa. Para conduzi-la, escolhi Lucien Bernot, que fez dela um livro: *Nouville, uma aldeia francesa,* que apareceu nos *Trabalhos e Dissertações do Instituto de Etnologia.* Nas mesmas condições, Chiva conduziu uma pesquisa na Córsega. Foi, para nós dois, o começo de uma longa colaboração. Durou até a minha aposentadoria. O laboratório e eu próprio temos uma dívida para com ele.

D.E.: Pouco depois da fundação do laboratório, o senhor começa a criar uma revista, *L´Homme.*

C.L.-S.: Chocava-me que na França não existisse um equivalente do *American Anthropologist,* nos Estados Unidos, ou de *Man,* na Inglaterra. Empenhei-me também para que *L´Homme* (título a princípio contestado por uma revista de moda masculina que lhe reivindicava a propriedade; foi preciso consultar um advogado), para que, dizia, *L´Homme* se tornasse o órgão da etnologia francesa e não o órgão de um grupo particular. Para assumir cargos na equipe de redação, imediatamente convocamos colegas sem ligação com o laboratório.

D.E.: O senhor chamou principalmente Benveniste e Pierre Gourou.

C.L.-S.: Parecia-me essencial mostrar certas características originais da pesquisa francesa, principalmente a ligação entre a etnologia e a geografia humana, tal como se afirma na tradição de Vidal de la Blanche. *Os camponeses do delta tonquinês,* que tornou Pierre Gourou célebre, é um

livro de etnólogo, ao mesmo tempo que de geógrafo ou de historiador. Quanto a Benveniste, o convite que lhe fazíamos era uma homenagem à lingüística, particularmente à lingüística estrutural que ele representava na França, e da qual, a meu ver, a antropologia estrutural não podia ser dissociada. Aliás, Benveniste tinha feito muitas reflexões sobre os problemas de parentesco na área indo-européia e eu me sentia próximo dele, mesmo que não interpretasse os fatos da mesma maneira. Mas com Benveniste e Gourou, formamos quase um "Clube Colégio de França". Se *L´Homme* pretendia representar a etnologia francesa, precisava expandir-se. Então apelamos para André Leroi-Gourhan, Georges-Henri Rivière e André-Georges Haudricourt.

D.E.: Leroi-Gourhan ainda não estava no Colégio de França.

C.L.-S.: Entrou em 1969, para suceder Dumézil, que se aposentava.

D.E.: Por que não convocou um historiador?

C.L.-S.: A coisa era mais delicada. Em 1960, a história e a etnologia, que tanto tinham se aproximado, estavam — falando francamente — em concorrência para captar a atenção do público. Não estou certo de que os historiadores teriam ficado muito entusiasmados com a idéia de associar-se a uma revista cuja bandeira não era a deles. As coisas mudaram muito desde que se começou a falar correntemente em antropologia histórica.

D.E.: A propósito de André Haudricourt, talvez já tenha lido seu livrinho de memórias que acabou de sair. Ele fala de Leroi-Gourhan e do senhor e evoca a "cordialidade" de ambos. Acrescentando: "Quanto a Lévi-Strauss, sua cultura filosófica tornava-o menos acessível a mim. Ele não levou a sério as críticas que lhe fiz, com Georges Granai, a propósito das conexões entre as estruturas lingüísticas e as outras estruturas..."[16]

C.L.-S.: Respondi a estas críticas em *Antropologia estrutural,* mas sempre tive muita consideração por Haudricourt.

E um espírito sutil e original que, nas suas pesquisas, soube associar a lingüística, a história das técnicas e a botânica. Devem-se a ele algumas considerações muito penetrantes.

D.E.: Também André Leroi-Gourhan fala de suas relações com o senhor, num livro de entrevistas. Ele diz: "Nós somos meio antípodas, Lévi-Strauss e eu, mas antípodas que acabaram por juntar-se. Há apenas vinte anos tínhamos a sensação de sermos diferentes e de pertencermos a dois mundos incompatíveis: isto durou anos. Pouco a pouco, compreendi melhor o que ele queria, e ele, por seu turno, também compreendeu. E nós nos toleramos com amizade, depois de nos termos aturado com desconfiança. Talvez eu passe meu tempo mergulhado num passado que o estudo dos povos primitivos atuais poderia substituir, se eles ainda existissem. Não se pode negar que eu fiz, no tempo, o itinerário que Claude Lévi-Strauss fez no espaço. Mas no meu caso, talvez não se trate de fuga, já que, na minha casa, desde a idade de doze anos, sempre foi assim."[17] O senhor concorda com estas declarações?

C.L.-S.: De um modo geral, sim. Há alguns meses os alunos dele organizaram um colóquio para homenagear sua memória e pediram-me que dissesse algumas palavras. Ressaltei o paradoxo de que Leroi-Gourhan e eu tenhamos convivido durante anos, bem mais do que nos conhecemos verdadeiramente, quando havia vários pontos em comum entre nossa maneira de ver e de pensar. Cotejei alguns de nossos textos, era impressionante. Minha pesquisa e a dele sempre consistiram em isolar invariantes.

D.E.: Então o senhor tem a sensação de que ele fez no tempo o que o senhor fez no espaço?

C.L.-S.: Ele também o fez no espaço, em épocas passadas. E mesmo na perspectiva em que você me coloca, destaco algumas analogias. A idéia que ele desenvolveu ao longo de sua obra de que a evolução dos utensílios, dos instrumentos da técnica em geral, tem um caráter impessoal, de que ela atravessou, sem conhecê-las, formas diferentes de

humanidade assemelha-se muito ao que eu próprio dizia a respeito dos mitos. Infelizmente, havia na antropologia francesa um clima herdado de nossos antecessores: um clima de suspeita mútua. Cada um instalava-se zelosamente no que considerava ser seu domínio reservado. Durante muito tempo, Leroi-Gourhan desconfiou de mim...

D.E.: Ele era especializado em pré-história, mas grande parte de seu trabalho dizia respeito à etnologia.

C.L.-S.: Ele sempre ponderou que os dois domínios não podiam ser separados. Mas se um clima mais liberal tivesse conseguido existir entre Leroi-Gourhan, Louis Dumont, eu e mesmo alguns outros que, em domínios diferentes, fazíamos coisas tão próximas, a etnologia francesa muito teria ganho em força e influência — embora, sob este aspecto, não tenhamos muito a reclamar. Que nossos sucessores possam compreender a lição.

D.E.: Que acha da frase em que ele parece dizer que para o senhor a etnologia seria um refúgio?

C.L.-S.: Para muitos etnólogos, e não somente para mim, a vocação etnológica talvez tenha sido mesmo um refúgio contra uma civilização, um século, em que a gente não se sente à vontade. Isso não é válido para todos. Margareth Mead, por exemplo, sentia-se solidária com sua sociedade e com seu tempo. Queria ser útil aos seus contemporâneos. Se por prudência eu às vezes apregoei uma posição análoga, foi da boca para fora.

D.E.: Segundo o senhor, a etnologia não pode ser útil?

C.L.-S.: Não digo que não possa ser útil. Mas não é isso que peço a ela, nem é nisso que ela me satisfaz.

D.E.: Essa revista, *L´Homme*, que o senhor lançou em 1961, ainda se ocupa com ela?

C.L.-S.: Eu não me envolvo mais. Não se esqueça de que, depois da minha, uma ou duas gerações surgiram. Se *L'Homme* deve continuar a ser o órgão da etnologia

francesa, é preciso que os mais jovens assumam a responsabilidade. Então eu passei o posto; mas, de vez em quando, ainda publico artigos e resenhas. Com talento e devoção, Jean Pouillon assegura a continuidade.

CAPÍTULO 6

O ESTRUTURALISMO EM PARIS

D.E.: Em 1958, um ano antes de sua eleição para o Colégio de França, o senhor publicou *Antropologia estrutural* ,[18] uma seleção de seus artigos publicados desde 1945.

C.L.-S.: Pensei nisso durante muito tempo e, antes de escrever *Tristes trópicos,* tinha levado o livro, ou melhor, o projeto do livro para a Gallimard. Brice Parrain, que me recebeu, recusou-o. Disse-me: seu pensamento não está maduro. Depois de *Tristes trópicos,* Gaston Gallimard tentou seduzir-me para me recuperar. Plon tinha-me aceito, fiquei lá.

D.E.: O senhor sabia que alguns anos mais tarde Brice Parrain recusaria *A história da loucura?*

C.L.-S.: Não sabia. É um consolo.

D.E.: O título do seu livro soava como uma bandeira. Era um manifesto sobre o seu método?

C.L.-S.: Parecia-me que o título era evidente. Tinha-me reconhecido no estrutufalismo tal como o praticavam os lingüistas. Mas não esqueça que o estruturalismo ainda não era o que a moda fez dele. Queria simplesmente dizer que me situava na mesma região intelectual que Saussure, Troubetz-

koy, Jakobson, Benveniste. Pelo menos essa era minha ambição.

D.E.: Em todo caso, foi um título que teve sucesso.

C.L.-S.: Tanto positivo quanto negativo!

D.E.: O senhor lamenta ter-lhe dado esse título?

C.L.-S.: Absolutamente. Mas a popularidade que o estruturalismo teve implicava numa série de conseqüências deploráveis. O termo foi aviltado, fizeram dele aplicações ilegítimas, às vezes ridículas até. Não posso fazer nada.

D.E.: Como escolheu os artigos que constam da coletânea? O senhor deixou muitos de lado, especialmente o que apareceu em *Os tempos modernos,* em 1951, sobre *O Papai Noel supliciado.*

C.L.-S.: Mantive os artigos que estavam no mesmo nível de reflexão, entre os quais havia uma certa homogeneidade. O que você mencionou pareceu-me um tanto superficial, meio jornalístico, teria significado uma ruptura do tom geral da obra. Mas não o renego.

D.E.: Freqüentemente o senhor diz que não gosta de polemizar, mas há um texto em *Antropologia estrutural* que é polêmico do princípio ao fim.[19]

C.L.-S.: Eu era mais jovem e mais inclinado a reagir. Ressentia-me vivamente dos ataques e críticas. Com a idade, esse ardor se atenua. Por outro lado, tantos livros e artigos ocuparam-se de mim — muitas vezes nada amistosos — que, se eu cedesse à polêmica, ela absorveria todo o meu tempo. Eu não faria mais nada.

D.E.: O senhor lê as críticas que lhe dirigem?

C.L.-S.: Por acaso, pois os autores que escrevem a meu respeito num tom polêmico — particularmente os ingleses e os americanos — em geral evitam mandar-me seus livros. Sei da existência deles pelas revistas profissionais, que os mencionam ou resenham dois ou três anos depois. Lê-los ou discuti-los, então, teria um gosto requentado.

D.E.: Que sensação o senhor tem quando lê um artigo sobre si mesmo?

C.L.-S.: Quando é hostil, irrita-me, porque digo a mim mesmo que seria preciso retificar erros de fato, dissipar mal-entendidos. Entretanto, tenho menos raiva do autor pelas suas declarações, do que da tentação que ele me provoca de interromper meu trabalho para responder-lhe. E então, depois de um momento de agitação, eu me acalmo, sabendo que não o convenceria. Algumas vezes ainda, em presença de inverdades ou de má-fé manifestas, sinto-me obrigado a dar um basta! Mas isto serve de alguma coisa? Acredito cada vez menos.

D.E.: Em *Antropologia estrutural*, o texto contra Gurvitch, Rodinson e Revel foi redigido especialmente para a publicação do volume?

C.L.-S.: Eu tinha conhecido Gurvitch na Escola Livre de Altos Estudos de Nova Iorque, da qual ele também fazia parte. No começo, nós nos entendemos muito bem. Ele me tinha confiado o capítulo sobre a sociologia francesa de uma obra coletiva intitulada *La Sociologie au XX^e^ Siècle.* [x]

D.E.: E nesse capítulo, o senhor falava dele?

C.L.-S.: Evidentemente. Fiz um enorme esforço para compreendê-lo, e ele me disse que nunca tinham escrito nada melhor sobre ele.

D.E.: Na época ele dominava a sociologia?

C.L.-S.: Menos do que ele imaginava.

D.E.: Mas tinha muito poder.

C.L.-S.: Tornou-se professor na Sorbonne e, além do mais, ele tinha um temperamento ansioso, uma suscetibilidade doentia, motivo de reações às vezes violentas e que temíamos. Podia nutrir raivas obstinadas. Ainda mais que estava intimamente persuadido de ter renovado completamente o pensamento sociológico. A contribuição não é negligenciável, mas sua imaginação a amplificava.

D.E.: Ele escreveu o artigo contra o senhor,[21] que foi respondido no capítulo XVI de *Antropologia estrutural.*

C.L.-S.: Esse ataque foi completamente inesperado. Tudo me levava a crer que tínhamos relações compreensivas,

amigáveis até. Deveria ter percebido um sinal de alarma: quando ele me pediu que escrevesse uma introdução às obras escolhidas de Marcel Mauss, numa coleção que ele dirigia, começou a manter distância. Visivelmente, não tinha gostado do meu texto. Depois de tê-lo lido, acrescentou nas provas um curto pós-escrito, através do qual percebia-se sua desaprovação. Foi aí que as coisas começaram a se deteriorar.[22]

D.E.: Como ele reagiu à sua réplica em 1958?

C.L.-S.: Não voltamos a ver-nos.

D.E.: Nesse mesmo texto, o senhor responde ao livro de Jean-François Revel, *Pourquoi des philosophesP*[3] O fato de que ele lhe tenha consagrado quase um capítulo inteiro em 1957 mostra que sua fama começava a atingir meios mais amplos do que os círculos dos especialistas.

C.L.-S.: Isto começou a acontecer depois de *Antropologia estrutural.* Não que o livro tenha tocado o público, mas foi notado e comentado pelos filósofos, sociólogos, historiadores...

D.E.: *Totemismo, hoje*[24] e *O pensamento selvagem*[25], os dois livros que se seguiram, marcam, em 1962, um novo ponto de partida na sua pesquisa.

C.L.-S.: Acho que se deve situar o ponto de partida mais cedo, quando fui eleito para a Quinta Seção da Escola de Altos Estudos. Esta seção é consagrada às ciências religiosas. Ora, até então tinha-me ocupado principalmente com regras do casamento e sistemas de parentesco. De um dia para o outro, tive que mudar meu objetivo. Neste sentido, você tem razão. Estes dois livros de 1962 são importantes para mim porque inicio com eles uma segunda etapa, de longe a mais longa da minha carreira, consagrada ao estudo das representações religiosas. De certa forma, um prelúdio a *Mitologias.*

D.E.: Nos dois casos, atrevo-me a dizer, tratam-se de textos negativos: um trabalho de decapagem.

C.L.-S.: Negativo não é a palavra. Antes diria crítico, no sentido kantiano. Eu precisava livrar a etnologia de um certo

numero de ilusões que obscureciam o estudo dos fatos religiosos nas sociedades sem escrita. Precisava também destacar a problemática que iria seguir no futuro.

D.E.: Com *O pensamento selvagem* desenvolve-se a moda do "estruturalismo"...

C.L.-S.: Para mim é um fenômeno secundário. Cuja extensão, aliás, nunca avaliei. Se eu tivesse me dedicado a explorar esta voga, provavelmente me outorgariam um espaço maior no pensamento contemporâneo; mas ao preço de condescendências para as quais não fui feito.

D.E.: Mas o senhor participou do jogo! Deu muitas entrevistas. Não recusou as oportunidades que lhe ofereceram para falar.

C.L.-S.: Talvez seja verdade quanto aos primeiros anos. Logo me retraí na minha concha.

D.E.: Nos anos sessenta e setenta falava-se "do" estruturalismo como de um fenômeno global e declinava-se sempre uma lista de nomes: Lévi-Strauss, Foucault, Lacan, Barthes...

C.L.-S.: Isso sempre me irritou, porque este amálgama não tem fundamento. Não vejo o que há de comum entre os nomes que você citou. Ou melhor, vejo: são falsas aparências. Sinto que pertenço a uma outra família intelectual: a que Benveniste e Dumézil tornaram ilustre. Sinto-me próximo também de Jean-Pierre Vernant e dos que trabalham ao seu lado. Foucault teve toda a razão ao rejeitar a assimilação.

D.E.: Quais eram suas relações com Foucault?

C.L.-S.: Nós nos víamos de longe nas assembléias do Colégio, e François Jacob nos convidou para jantarmos juntos uma vez. Foi só. Bem entendido, li suas obras, que ele tinha a gentileza de me enviar.

A obra dele me toca pela qualidade do estilo — lembro-me de sua aula inaugural no Colégio de França, literariamente belíssima e de onde fluía a emoção. Em compensação, tenho reservas quanto a um preconceito que consiste em repetir em

todos os tons: atenção, as coisas não são como você pensa, são o contrário. Em suma, consiste em afirmar que o que é preto é branco e o que é branco é preto. Isto me instrui sobre as opiniões do autor, mas não me ensina nada mais: um positivo e um negativo fotográficos contêm a mesma quantidade de informação.

Também não consigo evitar a impressão — não tentarei justificá-la, porque não a controlei — de que Foucault toma certas liberdades em relação à cronologia. Como se soubesse de antemão o que quer provar e em seguida procurasse onde apoiar sua tese. Vindo de um historiador das idéias, isto me incomoda. Talvez eu esteja enganado. É um ponto sobre o qual somente os historiadores por profissão podem pronunciar-se.

Dito isto, ele representou um papel positivo dando a toda uma geração confiança na filosofia. Convenceu seus discípulos de que uma filosofia contaminada pelo existencialismo poderia voltar a caminhar com êxito, desde que se aplicasse como método ao estudo de objetos concretos.

D.E.: O senhor reconheceu, nisso, algo que também queria fazer?

C.L.-S.: Certamente não. Nunca tive a ambição de dar fundamentos ao pensamento filosófico. É verdade que, na minha história pessoal, as razões que me distanciaram da filosofia para conduzir-me à etnologia foram precisamente que, se se quisesse compreender o homem, era preciso evitar o isolamento da introspecção, ou contentar-se em examinar uma única sociedade — a nossa —, ou, ainda, sobrevoar alguns séculos de história do mundo ocidental. Eu queria que as pessoas se debruçassem sobre experiências culturais as mais diversas e mais distantes da nossa. Não era, decididamente, o caminho de Foucault, que se interessava exclusivamente pela nossa cultura, embora incluísse aí seu passado.

D.E.: E com Barthes, quais foram as suas relações? Reeditou-se recentemente um pequeno texto que o senhor lhe mandou a propósito de seu *S/Z*.

C.L.-S.: Um texto que escrevi como uma piada. *S/Z* não me agradou. Os comentários de Barthes pareciam-se demais com os do professor Libellule no *À maneira de Racine,* de Muller e Reboux. Então, mandei-lhe aquelas poucas páginas em que eu "exagerava", um pouco por ironia e — para me livrar de uma situação difícil — em vez dos elogios que me sentia incapaz de fazer. Ele levou a sério. Pediram-me para republicar o texto. Por que não? Concordei.[26]

D.E.: O senhor leu outros livros de Barthes?

C.L.-S.: Claro. Mas nunca me senti próximo dele, e este meu sentimento foi confirmado pela sua evolução posterior. O último Barthes tomou uma direção diametralmente oposta à do precedente e, estou convencido, não estava em seu normal.

D.E.: O senhor conheceu Lacan muito bem.

C.L.-S.: Fomos muito amigos durante alguns anos. íamos com os Merleau-Ponty almoçar em Guitrancourt, onde ele tinha uma casa. Quando minha mulher e eu estávamos procurando uma casa de campo, Lacan tinha acabado de comprar um DS, que queria dirigir. Partimos em expedição a quatro, foi muito divertido. Precisava ver Lacan desembarcando num hotel chinfrim de cidade do interior e ordenando, do alto de sua majestade imperial, que lhe preparassem um banho imediatamente!

Nunca falávamos sobre psicanálise ou filosofia; preferíamos arte e literatura. Sua cultura era muito vasta, adquiria quadros e obras de arte; isto era assunto para nossas conversas.

D.E.: Quando o senhor começou seus cursos na Quinta Seção da Escola de Altos Estudos, ele também começou seu famoso "seminário". O senhor teve oportunidade de assistir a ele?

C.L.-S.: Mais tarde, e apenas uma vez, o primeiro que ele deu na rua de Ulm. Quando lhe fecharam a Escola Normal, mesmo convencido de que ele não tinha razão, intervim junto a Braudel para que a Escola de Altos Estudos p acolhesse.

D.E.: Que acha dos trabalhos dele?

C.L.-S.: Precisaria compreendê-los. E sempre tive a impressão de que, para os seus ouvintes fervorosos, "compreender" não queria dizer a mesma coisa que para mim. Eu precisaria de cinco ou seis leituras. Merleau-Ponty e eu conversávamos às vezes sobre isto, concluindo que nos faltava tempo.

D.E.: No entanto, o senhor o citou...

C.L.-S.: Acho que uma única vez, sobretudo por amizade.

D.E.: Apesar da amizade, o senhor se aborreceu quando associaram o nome dele ao seu na constelação do "estruturalismo".

C.L.-S.: Confesso que sim; mas naquele momento ele tinha se transformado numa espécie de guru e nossas relações tinham esfriado bastante.

D.E.: Elizabeth Roudinesco afirma, na sua *História da psicanálise*,[27] que Lacan sempre se sentiu muito infeliz por sua falta de inserção universitária. Especialmente porque não fazia parte do Colégio de França...

C.L.-S.: Ele nunca abordou este assunto, mas é possível.

D.E.: O senhor nunca pensou em apresentar a candidatura dele ao Colégio de França?

C.L.-S.: A idéia não me ocorreu. E ele, por sua vez, acabei de dizer-lhe, nunca me fez a menor alusão, tampouco a Merleau-Ponty, pelo menos na minha frente.

CAPITULO 7

NO COLÉGIO DE FRANÇA

D.E.: O Colégio de França é uma instituição extremamente prestigiada. O auge de uma carreira universitária. No entanto, um dia o senhor me disse que fez toda a sua carreira fora da universidade tradicional.

C.L.-S.: É uma instituição prestigiada, mas também é verdade que, desde sua criação por Francisco I, ela está, e pretende ficar, fora da universidade. Primeiro eu tinha ensinado no Brasil, nos Estados Unidos; depois na França, na Escola de Altos Estudos. Nunca na universidade.

D.E.: Que vantagens o senhor viu em trabalhar fora da universidade tradicional?

C.L.-S.: Uma grande liberdade e, num certo sentido, uma concessão a um espírito indisciplinado. Obrigações precisas e regulares me enfadam: seguir um programa, dar provas, participar de bancas de teses (de vez em quando não posso evitá-lo). Um professor do Colégio é obrigado apenas a tratar de um tema diferente a cada ano. Isto combinava muito comigo.

D.E.: Foi uma liberdade fecunda, pois seus cursos várias vezes se transformaram em livros, como o senhor lembra no prefácio de *Minhas palavras*.[28]

C.L.-S.: Desde que entrei para o Colégio, o ensino confundiu-se com os livros. Claro que a forma era diferente, mas os cursos do Colégio me serviam de laboratório de testes.

D.E.: O senhor ensinou lá de 1960 a 1982. Que acontecimentos pontuaram esse longo período?

C.L.-S.: O grande acontecimento foi sem dúvida a instalação do Laboratório de Antropologia Social no edifício do Colégio.

Lembro-me de que, quando estava fazendo minhas visitas de candidatura, em 1959, fui recebido pelo titular da cadeira de geologia. Seu laboratório era no último andar e ocupava uma ala do edifício construído no final do século XVIII por Chalgrin. Além do escritório do professor e do sótão, compunha-se essencialmente de duas salas majestosas, onde algumas poucas pessoas trabalhavam em grandes mesas de carvalho. Ao longo das paredes de ângulos ornamentados com pilastras, viam-se móveis de acaju, baixos, de um estilo despojado, mas admiráveis por seu desenho e proporções. Sob a Restauração, eles deviam representar o *nec plus ultra* do que hoje chamamos móveis de escritório. Soube que guardavam as coleções mineralógicas do rei Luís XVIII.

Parece que o titular da cadeira era monarquista. Talvez por isto tivesse querido que seu laboratório guardasse um perfume de tempos antigos. Um busto de Henrique IV em tamanho natural, em mármore negro, ficava de frente para ele, no fundo de um enorme gabinete. As janelas davam para as copas de árvores centenárias.

Senti uma pontada no coração. Em nenhuma outra parte, pensei, eu gostaria mais de passar meus dias do que naquele lugar espaçoso, silencioso, secreto, conservado exatamente como se podia imaginar um local de trabalho coletivo em meados do século XIX. Para mim, aquilo era o Colégio de França, para onde eu aspirava entrar: a casa de Claude Bernard, de Ernest Renan...

Quis a sorte que, pouco depois, a cadeira de geologia mediterrânea vagasse. A assembléia de professores decidiu substituí-la por uma cadeira de astronomia. Mesmo situado no último andar e no alto, o laboratório de geologia não estava bastante perto do céu para proporcionar à astronomia um local apropriado! Mareei Bataille, então administrador do Colégio, concebeu a idéia de instalar-nos lá, e a assembléia dos professores concordou. O milagre, com o qual eu jamais teria ousado sonhar quando entrei naquele lugar onírico pela primeira vez, aconteceu então.

Quando saímos da avenida de Iéna e da velha mansão de Emile Guimet, onde estávamos instalados provisoriamente, para tomar posse do lugar, os preciosos móveis de acaju, as coleções mineralógicas foram levados para Meudon, para as propriedades legadas ao Colégio por Marcelin Berthelot. Arrumamos nossa biblioteca em uma das duas salas, e o Centro Documentário de Etnologia Comparada (nome que havíamos dado aos milhões de fichas dos *Files* vindos de Yale), na outra. Infelizmente, era necessário fazer algumas divisórias, principalmente no andar da água-furtada, para lá instalarmos compartimentos individuais. Seria impossível trabalhar na sala em comum, com o ruído das máquinas de escrever e das conversas. Mas eu quis que pelo menos o gabinete do professor permanecesse intato, com seus armários-biblioteca antigos, e que seu revestimento de madeira fosse pintado imitando carvalho: trabalho artístico, que onerou um pouco o orçamento. Aliás, a reforma do conjunto não era supérflua: há vinte e quatro anos não o pintavam.

D.E.: O laboratório de antropologia ficou no "velho" Colégio durante todo o tempo em que o senhor lecionou?

C.L.-S.: Sim. Mas logo nos deparamos com dificuldades. Pessoal técnico e científico reunido, passávamos de trinta. Na falta de um número de escrivaninhas suficiente, a metade dos pesquisadores vinculados ao laboratório tinha que trabalhar em casa, ou aguardar a partida em missão de um dos mais aquinhoados para ocupar sua mesa durante alguns me-

ses. A biblioteca aumentava; não sabíamos mais onde pôr os livros. Principalmente porque, em nossa condição de assinantes, continuávamos a receber de Yale quilos de fichas. Integrá-los nas gavetas superpostas, que já ultrapassavam a altura de um homem, poria em risco a resistência dos velhos assoalhos. Por todos os cantos acumulavam-se pacotes não abertos. Porque o fichário dos *Files,* de que alguns tolamente zombaram, é antes de mais nada uma biblioteca: nele figuram, indexados página por página, e até linha por linha, milhares de livros e artigos, fotocopiados *in extenso.* O acesso a esse tesouro bibliográfico, que estávamos encarregados de pôr à disposição de todos, ficava cada vez mais restrito.

Foi então que outro milagre aconteceu. Em 1977, o Presidente da República atribuiu ao Colégio uma parte dos antigos prédios da Escola Politécnica, na montanha Santa Genoveva. O Colégio decidiu reunir lá alguns laboratórios de ciências humanas, entre os quais o nosso. Em troca, ganhamos o dobro do espaço. Foram necessários sete anos de esforços para obter recursos e realizar reformas, mas ainda consegui, antes de aposentar-me em 1982, supervisionar a arrumação de um local igualmente dotado de prestígio histórico, tendo a preocupação de que fossem respeitadas a arquitetura metálica e a decoração do venerável anfiteatro Arago, destinado a ser nossa biblioteca e ao redor do qual seriam distribuídas nossas mesas de trabalho.

Françoise Héritier-Augé, titular da cadeira de Estudos Comparados das Sociedades Africanas, convidada a suceder-me na direção do laboratório, mudou-se para lá na primavera de 1985, cercada por uma equipe cada vez mais numerosa, da qual concordou que eu continuasse participando. O Laboratório de Antropologia Social, fundado em 1960, começava sua terceira vida.

D.E.: O senhor não continuou com responsabilidades no Laboratório de Antropologia Social depois de sua aposentadoria como professor?

C.L.-S.: Ah não! Ao contrário, tenho o cuidado de não ser mais do que um membro entre os outros, e até — agora aposentado — mais discreto do que os colegas que continuam em atividade. Quando era jovem, conheci muitos velhos obstinados a perpetuar-se, e prometi a mim mesmo que esse não seria o meu caso. Mas não me nego a dar uma opinião quando a pedem.

D.E.: Como foi que seu laboratório — porque na época era realmente "seu" laboratório — atravessou os acontecimentos de maio de 68?

C.L.-S.: Embora nada de muito grave tenha acontecido, o Colégio de França foi atingido. Era uma situação peculiar. Por sua constituição, o Colégio de França assemelha-se mais a uma academia do que a uma instituição universitária: é constituído por uns cinqüenta professores que se administram a si mesmos. Parece-me até que existia um traje, jamais usado que eu saiba, mas que destacava a diferença: em vez da toga universitária, urna igual à dos membros do Instituto, só que os bordados eram violeta.

Entretanto, as condições de trabalho evoluíram, especialmente para os cientistas que, precisando de colaboradores, encontram-nos em sua maioria junto ao CNRS e outros organismos fora do Colégio. Os cientistas montaram laboratórios e cercaram-se de equipes cada vez mais numerosas. Nos anos sessenta, além de seus professores, o Colégio remunerava ou acolhia um milhar de colaboradores de diferentes classes que gostariam de ser reconhecidos como fazendo parte integrante do estabelecimento, gostariam de ter o direito de falar, de participar da gestão. Dentro de cada laboratório, a reivindicação deles tinha um significado. Formulada em oposição ao Colégio, mudava totalmente a natureza da instituição.

D.E.: O mesmo problema surgiu com a sua equipe?

C.L.-S.: No Laboratório de Antropologia Social imperava um espírito de esquerda e principalmente MLF: lá havia mais mulheres do que homens. Quando percebi chiados, deixei-os

por sua conta e retirei-me em casa sob vários pretextos. Houve uns oito dias de agitação interna; e depois foram procurar-me.

D.E.: Em suas *Memórias*, Raymond Aron menciona uma carta que o senhor lhe enviou em outubro de 1968. Nela o senhor comenta a situação da universidade e, de passagem, fala do seu laboratório e de seu modo de funcionar, "sem distinção de grau ou de função".[29]

C.L.-S.: Isso muito nos ajudou a superar a crise. Para começar, o laboratório era pequeno e não me parecia conveniente pôr em funcionamento órgãos de direção e de gestão. Nós nos reuníamos periodicamente em assembléia de laboratório. Todos participavam em pé de igualdade total, inclusive a faxineira. Vivíamos em democracia direta. Que havia ali para reivindicar? O sistema funcionou, com geral satisfação, até meu afastamento. E ainda funcionaria se o CNRS não tivesse imposto regras de gestão mais complicadas.

D.E.: Como pesquisador, o senhor foi envolvido durante o período de agitação, em 1968?

C.L.-S.: Em momento algum.

D.E.: E quanto às militantes feministas?

C.L.-S.: Uma ou duas damas mais excitadas foram convidadas a deixar o laboratório. Aliás, com a concordância geral.

D.E.: Nesse período, como se passaram as coisas entre o senhor e os outros professores do Colégio?

C.L.-S.: As posições dentro do Colégio eram complicadas, devido à diferença de atitude entre os chamados "cientistas" e os outros. Um biólogo ou um físico não podem trabalhar sem laboratório. Para um diretor de laboratório "literato", como eu, não era o mesmo: se o laboratório deixasse de existir de uma hora para outra, nada mudaria em meu trabalho, ou muito pouco. Portanto, eu tinha uma doutrina oposta à de meus colegas cientistas, que procuravam uma solução aceitável ao mesmo tempo para

suas equipes e para eles próprios. Quanto a mim, eu pleiteava a separação: de um lado, o Colégio tal como devia ser, ou seja, uma comunidade restrita de cinqüenta professores; do outro, os laboratórios, cujos membros os organizavam como queriam. O Colégio propriamente dito nada tinha a ver com os laboratórios, exceto quanto aos recursos que lhes destinava se professores os dirigiam, e às condições de sua hospedagem se o Colégio os alojava.

D.E.: De um modo mais geral, como o senhor viveu maio de 68?

C.L.-S.: Passei pela Sorbonne ocupada. Com um olhar etnográfico. Também participei, com alguns amigos, de umas sessões de reflexão. Houve uma ou duas reuniões na minha casa.

D.E.: Mas o senhor não tomou posição no decorrer dos acontecimentos?

C.L.-S.: Não. Uma vez passado o primeiro momento de curiosidade, uma vez cansado de algumas originalidades, maio de 68 me enojou.

D.E.:Porquê?

C.L.-S.: Porque não admito que se cortem árvores para fazer barricadas (árvores, isto é vida; isto se respeita), não admito que se transformem em lixeiras logradouros públicos, que são patrimônio e responsabilidade de todos, que se cubram de *graffiti* prédios universitários ou outros. Nem que o trabalho intelectual e a gestão dos estabelecimentos sejam paralisados pela logomaquia.

D.E.: Não obstante, foi um momento de ebulição, de inovação, de imaginação... Este aspecto deveria tê-lo seduzido.

C.L.-S.: Sinto muito decepcioná-lo, mas absolutamente não. Para mim, maio de 68 representou a descida de uma marcha suplementar na escada de uma degradação universitária há muito iniciada. Ainda no liceu, dizia-me que minha geração, inclusive eu, não suportava ser comparada com a geração de Bergson, Proust, Durkheim quando tinham a mesma idade. Não acho que maio de 68 tenha destruído

a universidade; acho, antes, que maio de 68 aconteceu porque a universidade se destruía.

D.E.: Essa hostilidade a maio de 68 não significa uma ruptura total com seus engajamentos da juventude?

C.L.-S.: Se eu quiser procurar os traços dessa ruptura, posso encontrá-los muito antes, nas últimas páginas de *Tristes trópicos.* Lembro-me de que me esforcei para manter uma ligação com meu passado ideológico e político. Quando releio aquelas páginas, parece-me que soam falso. A ruptura estava consumada há muito tempo.

D.E.: Há pouco falava de uma carta que o senhor tinha endereçado a Raymond Aron. Quando o conheceu?

C.L.-S.: Não me lembro. Certamente depois da guerra. Talvez o tivesse avistado antes, na casa de Brunschvicg, que recebia aos domingos pela manhã; estive lá uma ou duas vezes.

D.E.: O fato de que lhe escrevia prova uma certa afinidade.

C.L.-S.: Tínhamos laços de simpatia mútua, mas não posso dizer que tenhamos sido verdadeiramente íntimos. Correspondemo-nos em várias ocasiões. Devo ter algumas cartas dele.

D.E.: O senhor conhece a famosa, frase: "Mais vale estar errado com Sartre do que ter razão com Aron." O senhor estava mais ao lado dos que preferiam "ter razão com Aron"?

C.L.-S.: Quanto a isso, não há dúvida.

D.E.: Quando Raymond Aron morreu, o senhor declarou que, ele era um "espírito reto".[30] O senhor acompanhava suas análises?

C.L.-S.: Eu não lia regularmente seus artigos, mas quando me caíam sob os olhos, ficava impressionado com a limpidez de seu raciocínio, com a clarividência de seus juízos.

D.E.: Na mesma entrevista, o senhor o confrontava com Sartre, espírito que, ao contrário, qualificava como "artificial".

C.L.-S.: Sim, claro, mas Sartre tinha gênio, termo que eu jamais aplicaria a Aron. Sartre era um ser à parte, com um enorme talento literário e capaz de tornar-se famoso nos mais diversos gêneros. Dito isto, seu caso demonstra de forma gritante que uma inteligência superior hesita quando quer antecipar a História e, pior do que isso, nela desempenhar um papel. Consegue apenas, como Aron, esforçar-se por compreendê-la posteriormente. As virtudes dos que fazem a História são de natureza completamente diferente.

CAPÍTULO 8

O FARDÃO VERDE

D.E.: Em 1973 o senhor foi eleito para a Academia Francesa. Em sua resposta a Alain Peyrefitte,[31] quando este foi recebido sob a Coupole, o senhor declarava que a idéia de entrar para a Academia "jamais lhe atravessara o espírito". Como aconteceu isso?

C.L.-S.: Há alguns anos, de tempos em tempos, faziam-me acenos que a princípio não levei a sério. O primeiro que me falou foi André Chamson. Conhecia-o de longa data. Em 1928-1930 ele era secretário do grupo radical no Palácio Bourbon. Déat, secretário do grupo socialista, ocupava o gabinete vizinho, onde eu ia com freqüência. Nas Cevenas, a residência da família de Chamson ficava a três ou quatro quilômetros da que meus pais possuíam. Após o armistício de 1940, ambos de volta às Cevenas, percorríamos juntos os caminhos e discutíamos os acontecimentos. Essas relações continuaram no mesmo plano depois da guerra. Foi então que Chamson me falou da Academia. Aquilo me pareceu inverossímil, creditei-o a uma gentileza gratuita e não lhe dei atenção.

Logo depois entrou em cena uma eminente personalidade que eu mal conhecia: Wladimir d'Ormesson, que me escreveu uma ou duas vezes. Novamente, fiz ouvidos moucos. Finalmente, após a morte de Montherlant, Jean d'Ormesson, que ainda não pertencia à Academia, mas cujo talento já me fascinava, e com quem eu tinha tido boas relações de vizinhança (quando, na UNESCO, me ocupava com o Conselho Internacional da Filosofia e das Ciências Humanas, que ele continua a dirigir), organizou um encontro com Maurice Druon. Ambos disseram-me: é a hora, é preciso ir para lá. Insistiram para que eu visitasse Maurice Genevoix, então secretário perpétuo, o que fiz. Este falou-me a mesma coisa. Mandei minha carta de candidatura às vésperas de minha partida para a Colúmbia Britânica.

D.E.: O senhor era o único candidato.

C.L.-S.: Um outro retirou-se.

D.E.: Então tudo correu sem problemas.

C.L.-S.: Sim, mas não foi triunfal! Fui eleito logo no primeiro turno, por maioria absoluta.

D.E.: Como reagiram seus próximos?

C.L.-S.: Muito mal. Não minha mulher, nem meus filhos, mas meus colaboradores, meus amigos não compreendiam. Tinham a impressão de que eu os traía. Tinham uma idéia mítica a respeito da Academia. Achavam que eu iria abandoná-los, passar para um outro universo.

D.E.: Suponho que era também por hostilidade para com a instituição em si...

C.L.-S.: Sim, e isso parecia-me um tanto pueril. Como gostava deles, quis justificar-me. A abertura de meu discurso de recepção, em que eu comparava os rituais indígenas aos de nossa própria sociedade, dirigia-se a eles. Aron, que assistia à cerimônia, disse-me: "Seu discurso estava bom, mas você se preocupou demais com isso, porque todo mundo esperava alguma coisa do gênero." O que ele não percebera é que aquelas palavras não se destinavam à Academia, nem ao público, mas a meus colegas e colaboradores. Eu lhes dizia:

quando passamos a vida estudando os rituais de populações distantes, não há razão alguma para que não dispensemos a mesma consideração aos ritos da sociedade em que nascemos e na qual vivemos. Falando a etnólogos, eu precisava sustentar a argumentação.

D.E.: Poder-se-ia fazer-lhe a seguinte objeção: pode-se apreciar as instituições, observar como funcionam, estudá-las, sem contudo querer participar delas.

C.L.-S.: Sem dúvida, mas seria uma hipocrisia não reconhecer que, se o convidam, é porque julgam que através de uma participação, certamente modesta, você pode ser útil à preservação da instituição. Quer o tenha desejado ou não, você carrega uma responsabilidade e não pode ser um simples espectador.

Tratava-se da cadeira de Montherlant. Ele tivera e continuava a ter após sua morte um lugar tão destacado, que era difícil para a Academia encontrar-lhe um sucessor na mesma linha. A Academia preferiu o rompimento. Jamais um etnólogo tomara assento na Academia? A originalidade da escolha impressionaria muito mais do que a figura do beneficiário. Foi uma solução engenhosa.

Exceto *Les Jeunes Filies,* pouco contato tivera com a obra de Montherlant. Incumbia-me fazer-lhe o elogio. Li todos os seus livros, fazendo anotações e, seja o que for que tenham dito, concebi pelo autor de *Célibataires* e de *La rose de sable* uma sincera admiração. Nada, portanto, poderia constranger-me: nem a pessoa de meu predecessor, nem minha presença numa instituição que data de três séculos e meio, e que, como tal, inspira respeito.

D.E.: No breve discurso que fez por ocasião da entrega da espada acadêmica a Fernand Braudel, o senhor na verdade invocou, para elogiar a Academia, sua longa duração. Fez isso porque estava diante de Fernand Bràudel, ou essa perenidade realmente o fascina?

C.L.-S.: Não se devem subestimar os rituais, nem sua duração. Uma sociedade não consegue sobreviver se não es-

tiver apegada a valores que, por serem incondicionais, devem ter um aspecto sensível que os proteja do trabalho de sapa da razão. Em Oxford, em Cambridge, e mais generalizadamente na Inglaterra, admirei uma sociedade que ainda sabe dar lugar ao ritual. Na França, a Academia é um dos últimos lugares onde ele subsiste. Achei que era meu dever de cidadão e de etnólogo contribuir para mantê-lo vivo.

D.E.: Por ocasião de sua recepção na Academia, coube a Roger Caillois preparar o tradicional discurso. Ele o cobre de elogios ao longo de sua fala mas, no final, arremessa-lhe algumas setas aguçadas. Parece meio estranho...

C.L.-S.: E uma longa história. Durante minhas estadas no Brasil, tinha ouvido falar muito de Caillois, porque Jean Marx, que dirigia o serviço de Obras do Ministério das Relações Exteriores — hoje chamado de Relações Culturais — e de quem mais tarde me tornaria colega na Quinta Seção da Escola de Altos Estudos, onde ele se ocupava das religiões celtas, tin-ha-se apaixonado por Caillois à primeira vista. O nome dele enchia-lhe a boca a tal ponto, que a princípio achei que sua grafia era alguma coisa como Khaillouah...

- Encontrei Caillois pela primeira vez em Nova Iorque, quando eu era conselheiro cultural. Recebi-o, e, no serviço cultural, ele fez uma conferência que não me agradou. Era, em grande parte, dirigida contra os surrealistas, de quem eu era amigo, e preconizava um "retorno à ordem" intelectual e moral.

Não tinha voltado a ver Caillois, quando ele publicou um artigo inverossímil contra minha plaquete *Race et histoire*, escrita, você se lembra, a pedido da UNESCO. Isso me irritou profundamente e respondi-lhe num tom encolerizado — naquela época, eu ainda acreditava que se devia responder — em *Les temps modemes*, num artigo intitulado "Diógenes adormecido".[32]

D.E.: Que argumentos ele lhe tinha oposto?

C.L.-S.: Opunha-me a superioridade absoluta da civilização ocidental e denunciava meu relativismo. Você pode ver o gênero! Minha resposta foi um tanto áspera. Ora, quando fui candidato à Academia (onde ele me havia precedido em dois anos), fiquei sabendo que ele me apoiava. Isso me comoveu; uma vez eleito, pedi-lhe que me recebesse, dizendo-lhe: a única maneira pela qual posso agradecer-lhe é dar-lhe a última palavra. Ele fez um pouco de fita, depois concordou.

Pensei que com isso enterrávamos um passado desagradável. Nada disso: Caillois retomou suas ofensas e fez um discurso, rangendo na última parte, como você observou (a versão inicial era mais acrimoniosa ainda). Seja como for, mantivemos relações cordiais até seu fim prematuro.

Caillois era homem de grande cultura, um espírito curioso por comparações imprevistas, feitas, como dizia, "em diagonal". Acompanhava os cursos de Marcel Mauss, inspirando-se neles. Deveríamos ter-nos entendido. Mas ele abandonou a pesquisa em favor do estilo. Quis concentrar suas especulações no plano literário e poético: a forma interessava-lhe mais do que a substância. Não tolerava que alguém se esforçasse por tratar o assunto com um certo rigor e com uma preocupação objetiva. Por um curioso paradoxo, invertia, mas sempre com espírito conservador, os termos de sua antiga querela com os surrealistas.

D.E.: O senhor assiste às sessões da Academia?

C.L.-S.: Com muita regularidade.

D.E.: Que se faz lá?

C.L.-S.: Debatem-se assuntos internos, e em seguida passa-se para o dicionário, o que dá uma certa impressão de voltarmos à escola. Definir uma palavra com precisão é um excelente exercício intelectual. Avalia-se a que ponto, no dia-a-dia, faz-se do idioma um uso aproximativo ou mesmo errôneo. Não é raro descobrirmos termos relativos a profissões cujo sentido ignorávamos. Sempre lamento, quando discuto com artesãos, o fato de ser obrigado a usar perífrases pesadas e desajeitadas, quando eles dispõem de termos pre-

cisos para cada instrumento, cada elemento, cada gesto. Parece-me salutar fixar-lhes e divulgar-lhes o uso; numa outra ordem de idéias, evitar empréstimos do inglês ou do americano (não que, em princípio, me oponha a isso), já que existem velhas palavras francesas que dizem exatamente a mesma coisa e que caíram no esquecimento. Em geral, consultam-me a respeito de termos etnográficos. Peço-lhe que acredite que definir em três linhas uma palavra como *boomerang*, sem dar as mesmas mancadas de todos os dicionários, exige uma certa reflexão.

O idioma é o instrumento de trabalho de quem escreve: instrumento complicado e de difícil manuseio. E conveniente conhecer-lhe os recursos e as limitações e, nesse domínio, jamais se chegou ao fim. A confecção do dicionário assemelha-se à ginástica para treinamento do atleta, às escalas do músico. Provavelmente é tão necessária a quem a ela se entrega como a quem se utilizará de seus resultados. Quanto a mim, pelo menos, é assim que penso.

D.E.: Dizem que foi o senhor que, em 1948, redigiu a declaração da Academia Francesa contra as propostas da comissão instalada por Yvette Roudy, então ministro dos Direitos da Mulher, para criar o feminino de algumas palavras.

C.L.-S.: Empunhei a pena. As questões levantadas pela comissão Roudy não eram negligenciáveis. Comprometiam o futuro da língua.

D.E.: Modificar a língua vai contra os seus princípios?

C.L.-S.: Por capricho da moda, sem dúvida. A Academia legisla com toda razão quando observa o uso e, eventualmente, o sanciona (verbo que não emprego no sentido aberrante que lhe dão hoje: sancionar significa aprovar, não punir). Não sou contrário a que se adotem certos derivados femininos, desde que tenham entrado em uso, e desde que não sejam contrários nem ao espírito da língua, nem às regras da formação das palavras. O que me parece inadmissível é o fato de que, para agradar a um grupo de pressão, se promulguem palavras por decreto. Especialmente quando se

comete uma confusão tão grosseira como a confusão entre sexos e gêneros gramaticais. A esse respeito, Dumézil escreveu no *Le Nouvel Observateur* um artigo brilhante, que merece passar para a posteridade.[33]

D.E.: Nesse caso, poderíamos objetar-lhe que o mesmo vale para o que chamamos "franglês": já que o uso impôs *week-end,* por que se deveria dizer *fin de semaine?*

C.L.-S.: Não concordo, é preciso distinguir. Como dizia há pouco, importamos palavras inglesas quando existem palavras francesas que simplesmente esquecemos. Tudo o que temos a fazer é recolocá-las em uso. Os etnólogos franceses achavam-se na obrigação de empregar o inglês *sibling* para designar os filhos dos mesmos pais, sem consideração de sexo. Mostrei-lhes que este é exatamente o sentido de *germain* em francês *(cousins germains* são primos tão próximos que os identificamos a irmãos ou irmãs). Daqui por diante, só os atrasados ainda escreverão *sibling.*

Em outros casos, não existe um termo francês, ou é preciso desfigurá-lo para que possa ser aplicado a alguma coisa que não possuímos na França e que importamos. Adotemo-lo então tal e qual, ou afrancesemos o termo estrangeiro. A língua sempre se enriquece dessa forma. O francês está cheio de palavras tomadas de empréstimo, algumas, até, que encontrei na boca de índios do Brasil Central!

Em contrapartida, é preciso lutar contra a corrupção da sintaxe pelo inglês. Passaram-me pelas mãos muitíssimas teses de doutorado, de Estado até, cujos autores, abarrotados de literatura científica anglo-saxônica, só conheciam o verbo ser e exprimiam-se somente na voz passiva.

D.E.: Já que viveu em Nova Iorque, o senhor fala inglês correntemente? O senhor aprendeu muitas outras línguas?

C.L.-S.: Não. Não tenho o menor dom para idiomas. Escrevo artigos em inglês incorreto, consigo fazer uma conferência em inglês com uma pronúncia horrível.

D.E.: Essa falta de fluência não o perturbou?

C.L.-S.: Sim, muito.

D.E.: O senhor nunca teve, como Dumézil, a obstinação de aprender línguas? Uma paixão devoradora por línguas estrangeiras?

C.L.-S.: Com Dumézil, isso não era apenas uma paixão ou um desejo, era um dom! Quando Dumézil diz que basta tomar um texto com sua tradução justalinear e que ao fim de uma centena de páginas sabe-se a língua em questão, fico boquiaberto.

D.E.: Quando estava no Brasil, o senhor tentou aprender português?

C.L.-S.: Evidentemente, mas isso não era absolutamente indispensável naquela época, porque todo brasileiro com um pouco de cultura falava francês. Em expedição, eu falava português com os camponeses do interior: um português rústico, quase um dialeto.

D.E.: E o japonês? Atualmente o senhor se interessa de modo especial pelo Japão.

C.L.-S.: Esforcei-me muito ao longo dos últimos dez anos. Mas estou muito velho. O que entra por uma orelha sai pela outra.

D.E.: O senhor gosta de viajar?

C.L.-S.: Tive que viajar muito, mas não gosto das viagens em si. Concordo inteiramente com Mme de Staêl quando escreve, em *Corinne:* "Viajar é, não importa o que se diga, um dos mais tristes prazeres da vida."

D.E.: Então a frase "Odeio as viagens", no início de *Tristes trópicos,* não era apenas uma tirada espirituosa...

C.L.-S.: Era uma pequena provocação, claro. Contudo, é verdade que, exceto na juventude (naquele tempo em que ainda íamos realmente "para outro lugar"), as viagens nunca me entusiasmaram. Comecei a viajar aos dezoito anos, para preencher algumas lacunas. Vai daí...

D.E.: Onde o senhor esteve?

C.L.-S.: No México, na Califórnia, em Israel, na Itália, na Coréia, quatro vezes no Japão, aonde estou me aprontando para voltar.

D.E.: Que faz o senhor quando chega a um país como o Japão?

C.L.-S.: Saldar minhas obrigações de uma, duas, três conferências, depois visitar o país seguindo um itinerário que contribuí para estabelecer. Circulei muito.

D.E.: Que o atrai para lá?

C.L.-S.: Uma civilização muito antiga, que tem com a nossa espantosas relações de simetria, mas de simetria inversa. Não esqueça que o Japão ocupa a orla oriental do continente eurasiático, como a França ocupa sua orla ocidental. Os dois países parecem voltar-se as costas, nos dois extremos de um imenso território povoado há milênios, e onde os homens, as idéias não pararam de circular. Gosto de discernir aí os estados extremos de uma série de transformações.

D.E.: O senhor não se interessa pelo Japão moderno?

C.L.-S.: Interesso-me, claro, e, de qualquer modo, não poderia abstraí-lo. Mas esse interesse só desperta quando posso ligar o presente ao passado mais remoto.

D.E.: O senhor não tem espírito sociológico?

C.L.-S.: Mais etnológico, arqueológico até. Isso desagradava aos estudantes, provavelmente muito politizados, em cuja companhia percorri a Coréia. Contaram-me que eles diziam entre si: "Esse Lévi-Strauss só se interessa por coisas que não existem mais." E, em certo sentido, era verdade.

A natureza também é muito importante. A do Japão, país em três quartos desabitado, esquecemos isso muito freqüentemente, proporciona espetáculos de uma beleza prodigiosa. Faz parte da natureza japonesa como de qualquer outra: ela apresenta à vista um quadro de irregularidades. Mas, na Europa ou na América, os elementos da composição, os vegetais, quero dizer, são eles próprios irregulares — lembre-se de Baudelaire: "o vegetal irregular". No Japão, a diversidade da paisagem resulta da combinação de vegetais regulares: criptomérias, bambus, plantações de chá, arrozais. Tanto pelas formas como pelas cores, ela oferece um espetáculo mais denso e de uma suntuosidade constante.

No Japão, interessei-me tanto pelas árvores, pelos arbustos, como pelos monumentos e pelos costumes. Aliás, não é este o espírito dos velhos cultos japoneses, para quem as árvores e os arbustos, as próprias rochas, são seres animados? Uma das razões do fascínio que o Japão exerce sobre mim prende-se justamente ao fato de que lá se percebe uma cultura literária, artística, técnica altamente desenvolvida em contato direto com um passado arcaico, onde o etnólogo reencontra um terreno familiar.

CAPÍTULO 9

"NÃO SE SENTE O TEMPO PASSAR"

D.E.: De 1964 a 1971, o senhor publicou os quatro volumes das *Mitologias*...

C.L.-S.: Foi um período em que acordava entre cinco e seis horas todas as manhãs, em que não soube o que era um fim de semana. Trabalhei realmente...

D.E.: O resultado é gigantesco: várias centenas de páginas por volume, quase duas mil ao todo.

C.L.-S.: Lembro-me, principalmente, do sofrimento que esses livros me causaram. É ainda mais gigantesco do que o resultado!

D.E.: Quando termina um livro, o senhor deve sentir certa alegria, um real contentamento.

C.L.-S.: O contentamento de tê-lo concluído. Mas não posso dizer que escrevo com alegria. Seria, antes, com angústia e mesmo com aversão. Antes de começar, passo dias diante da folha em branco, sem encontrar a frase inicial.

D.E.: E quando o livro é lançado?

C.L.-S.: Está morto, acabado, transformado num corpo estranho. O livro passa através de mim, eu sou o lugar em

que, durante alguns meses ou anos, as coisas se elaboram e se organizam, e depois separam-se como se fossem uma excreção.

D.E.: Qual dos seus livros o senhor prefere?

C.L.-S.: Nem isso posso dizer-lhe. Porque, se os retomo, parece-me que outro, não eu, os escreveu. Não são meus filhos.

D.E.: Existe algum livro que o senhor gostaria de ter escrito ou que lamenta não ter escrito?

C.L.-S.: Lamento muito não ter escrito uma obra literária.

D.E.: Um romance ou peça de teatro?

C.L.-S.: Gostaria de ter sido autor dramático. Nenhum outro gênero literário parece-me exigir um vigor igual. Cada réplica, cada palavra, deve concorrer para a ação. Nele não deve haver tempo morto.

D.E.: O senhor tentou?

C.L.-S.: Se você excetuar uma vaga tentativa que mencionei em *Tristes trópicos,* não. Ainda por cima, era um drama filosófico. Uma boa peça de bulevar parece-me o máximo do gênero!

D.E.: Em contrapartida, o senhor tinha começado um romance...

C.L.-S.: ...que abandonei ao final de trinta páginas, porque estava ruim demais.

D.E.: Qual era a sua história?

C.L.-S.: Devia chamar-se *Tristes trópicos.* E era vagamente conradiana. A intriga originava-se de uma história que eu tinha lido na imprensa: uma vigarice, numa ilha do Pacífico de que não me lembro, cometida com um fonógrafo, para fazer com que os indígenas acreditassem que seus deuses voltavam à terra. No livro, os autores seriam refugiados políticos, ou outros, de origem diversa. Aconteceriam dramas entre eles.

D.E.: Dele só resta o título?

C.L.-S.: O título e as páginas compostas em itálico em que descrevo um pôr-de-sol. Era o começo do romance.

D.E.: O senhor gostaria de ter sido Joseph Conrad?
C.L.-S.: De ter escrito seus livros, pelo menos!

D.E.: Em 1983, o senhor publicou *Olhar remoto.* É uma coletânea de artigos, composta de maneira igual à das duas *Antropologia estrutural.* Por que não tê-lo intitulado *Antropologia estrutural IIP.*

C.L.-S.: Porque, no intervalo, o termo estruturalismo foi tão degradado, vítima de tais tabus, que se acabou por não mais saber o que significa. Continuo a sabê-lo, mas não estou certo de que este seja o caso quanto aos leitores, particularmente os leitores franceses. O termo foi esvaziado de seu conteúdo.

D.E.: No prefácio dessa coletânea, o senhor escreveu: "O estruturalismo passou de moda." Foi com nostalgia?

C.L.-S.: Certamente não. Eu fazia uma constatação: na França, o mundo culto sofre de bulimia. Durante algum tempo alimentou-se de estruturalismo. Imaginava-se que ele trazia uma mensagem. Essa moda passou. Uma moda dura de cinco a dez anos... É assim que as coisas continuam marchando em Paris. Não sinto nem nostalgia nem pesar.

D.E.: Esse refluxo do estruturalismo foi acompanhado de um retorno às formas mais tradicionais da filosofia...

C.L.-S.: Os dois fenômenos estão ligados.

D.E.: O senhor deve deplorar esse retorno...

C.L.-S.: Por que deveria deplorá-lo?

D.E.: Porque contraria a filosofia tradicionalista em que o senhor construiu seu trabalho.

C.L.-S.: É verdade, mas não me sinto responsável pela salvação de meus contemporâneos.

D.E.: O senhor pensa: pior para eles se lêem tolices?

C.L.-S.: Não diria "pior para eles", mas: "melhor para eles se estão satisfeitos lendo esse tipo de livro".

D.E.: Alguns comentaristas deram uma data precisa ao fim da voga estruturalista: maio de 68. O senhor conhece a frase: "As estruturas não descem à rua."

C.L.-S.: Uma coisa é certa: maio de 68 foi a demonstração de que muitos dos avanços dos anos precedentes baseavam-se em mal-entendidos. Quero dizer que o interesse que a opinião culta tinha pelo estruturalismo passava ao largo da questão. Simplesmente porque o estruturalismo era — e continua a ser — um tipo de pesquisa muito distante das preocupações maiores de nossos contemporâneos.

D.E.: O senhor acha que o silêncio do laboratório é mais importante do que o espalhafato dos jornais?

C.L.-S.: Exatamente.

D.E.: Seu último livro — que de certa forma é uma continuação de *Mitologias* — *A oleira ciumenta,* publicado em 1985, é de acesso bem mais fácil do que os precedentes, exceto *Tristes trópicos,* claro. O senhor quis fazer um livro pedagógico porque receava um declínio de sua influência?

C.L.-S.: Para começar, o livro não foi escrito com uma preocupação pedagógica; a seguir, pouco me importo com minha influência.

D.E.: De qualquer forma, é um livro mais simples do que os anteriores.

C.L.-S.: Sim e não. Começo pelo não: quando esse livro saiu, muitas pessoas disseram-me: "Seu livro é muito interessante, mas como é difícil!" A partir daí concluí que não tinham aberto os outros. Tentaram ler esse, vendo-o mais fininho, de aspecto menos intimidante. Mesmo assim, ele as desencorajou.

D.E.: Mas para quem abriu os outros, este é lido sem problemas.

C.L.-S.: Você tem razão. Porque é um dossiê muito antigo, que tinha mantido reservado. Em *Mitologias,* faço várias alusões a ele. Tratei-o com um certo distanciamento. Já não estava diante de um volume esmagador de materiais. As *Mitologias* ilustram o desenrolar, quase dia a dia, de um

trabalho de descoberta. Eu labutava numa floresta virgem que, para mim, era um mundo desconhecido. Abria laboriosamente uma trilha através dos cerrados e dos maciços quase impenetráveis. Escrevendo *A oleira ciumenta,* eu sabia que tinha saído dela: podia ver as coisas de mais longe, vê-las em perspectiva.

Por outro lado, depois de todas as demonstrações detalhadas produzidas nas *Mitologias,* não precisava mais retraçar-lhes as etapas. Bastava evocar os resultados conseguidos, pô-los sobre a mesa, por assim dizer. Não lhe esconderei que, pela primeira vez, diverti-me escrevendo esse livro.

D.E.: Nele encontramos digressões agradáveis, pequenas fantasias... Estou pensando no trecho em que o senhor liga Labiche e Sófocles.

C.L.-S.: Tive essa idéia há muito tempo. Talvez esteja nela a origem distante do livro. Além do mais, Labiche (que hoje é tão mal aproveitado) sempre me deliciou. Criança, era meu refúgio por ocasião dos jantares semanais na casa de minha avó paterna. Isolava-me num canto da sala com um volume das obras completas e ria sozinho.

A medida em que a velhice chega, fragmentos do passado vêm à tona ou, para dizer de outra forma, elos se fecham. *As Mitologias* levaram-me de volta a Wagner, em cujo culto fui educado e do qual, adolescente, pensei ter-me afastado. *A oleira ciumenta* leva-me de volta a minhas leituras de infância. Se me sobrar tempo, sem dúvida voltarei a encontrar-me com *Dom Quixote,* que foi a paixão de meus dez anos (para distrair os convidados, propunha-se que um deles abrisse o livro ao acaso e lesse uma frase; eu encadeava sem hesitação, porque sabia de cor minha edição abreviada — ainda revejo a capa em papel rosa, levemente brilhante). Ora, dirão alguns, ao longo de toda minha obra, uma espécie de dom-quixotismo não cessou de animar-me?

D.E.: Que é que o senhor entende por isso?

C.L.-S.: Não a definição dos dicionários: mania de reparar as injustiças, de transformar-se em defensor dos

oprimidos, etc. Quanto ao essencial, o dom-quixotismo, parece-me, é um desejo obsedante de encontrar o passado por trás do presente. Se por acaso um excêntrico um dia se preocupar em compreender qual foi meu personagem, ofereço-lhe esta chave.

D.E.: Na ocasião em que *A oleira ciumenta* foi lançado, o senhor me disse: estou preparando um outro livro e será o último. Continua trabalhando nele?

C.L.-S.: *Os* materiais estão diante de mim, mas não estou trabalhando. Este será o que em inglês se diz *sister book* do outro. Versará sobre um problema de mitologia paralelo ao que tratei em *A oleira ciumenta,* embora os mitos e as regiões da América não sejam os mesmos.

D.E.: Que regiões terá como objeto?

C.L.-S.: A região Washington-Oregon. Digamos a costa norte do Pacífico.

O problema é que não sei muito bem por que ponto começar esse dossiê, nem, principalmente, se é realmente necessário acrescentar uma demonstração mitológica a tantas outras.

D.E.: Se o senhor o escrever, como se intitulará esse livro?

C.L.-S.: Um dos motivos que me impede de começar a escrevê-lo, é que não encontrei um título. Ora, é o título que dá ao livro seu tom.

D.E.: O senhor escreveu muitos livros que foram comentados, discutidos, criticados... Quando olha para trás, qual é sua impressão?

C.L.-S.: A impressão de que tudo isso me é estranho. Falaram-me ontem de um problema mitológico, de alguma parte da América do Sul. Lembrei-me de ter tratado de um assunto similar. Perguntaram-me onde; eu não sabia mais.

D.E.: E sua carreira? O senhor é doutor *honoris causa* de inúmeras universidades do mundo inteiro, recebeu a medalha de ouro do CNRS, é membro da Academia Francesa... O senhor é um homem cumulado de honrarias.

C.L.-S.: Não posso dizer que as colecione, nem que lhes dê muita importância. Aconteceu-me ter que recusar um doutorado *honoris causa*. Era particularmente lisonjeiro, mas tinha que ir recebê-lo no local; e naquela ocasião eu não estava com vontade de deslocar-me.

D.E.. Então, o importante para o senhor não são nem as honradas nem a notoriedade, mas o fato de ter produzido provas convincentes...

C.L.-S.: Não me iludo. Elas estão longe de convencer todo mundo, e não permanecerão eternamente convincentes. Responder-lhe-ei como Dumézil tinha o hábito de fazer: daqui a vinte, trinta anos, isso parecerá completamente ultrapassado.

Mas você tem razão: tenho a sensação de que um certo número de problemas não poderá ser tratado melhor do que o fiz, a não ser passando pelo que escrevi, mesmo que seja para demoli-lo; a sensação de que meus livros marcaram uma fase da reflexão etnológica e de que isso será levado em consideração.

D.E.: A perspectiva de estar ultrapassado, esquecido até, não o revolta?

C.L.-S.: Seria infantilidade. Séculos de história das idéias demonstram que esta é a sorte comum.

D.E.: Mas ter trabalhado tanto...

C.L.-S.: Por que trabalhei tanto? Quando trabalho, vivo momentos de angústia, mas quando não trabalho sinto um tédio sombrio e a consciência me espicaça. A vida de trabalho não é mais divertida do que a outra, mas pelo menos não se sente o tempo passar.

SEGUNDA PARTE

AS LEIS DO ESPÍRITO

CAPITULO 10

OS RIGORES DO CASAMENTO

D.E.: Antes de encontrar-se com Jakobson, o senhor era "estruturalista sem sabê-lo", como me disse anteriormente; e pôde aplicar imediatamente os métodos de trabalho dele ao seu trabalho sobre o parentesco.

C.L.-S.: As coisas não se passaram assim. Eu não apliquei as idéias dele; percebi que o que ele dizia sobre a linguagem correspondia ao que eu vislumbrava de modo confuso a respeito dos sistemas de parentesco, das regras do casamento e, mais generalizadamente, da vida em sociedade.

D.E.: Foi então que o senhor começou a escrever *As estruturas elementares do parentesco.* Foi, de certa forma, uma extensão dos problemas do casamento de *Essai sur le don,* de Marcel Mauss, reinterpretado a partir do método estrutural de que a lingüística lhe fornecia um modelo organizado...

C.L.-S.: Se preferir. Mas não esqueça Granet. Foi seu livro *Catégories matrimoniales et relations de proximité dans Ia Chine ancienne* que me despertou para os problemas de parentesco. Li-o quando estava no liceu de Montpellier, du-

rante as poucas semanas que antecederam minha revogação, e sua leitura apaixonou-me. Granet criticava alguns sistemas bem complicados e empenhava-se em desmontá-los, como se desmonta um mecanismo, para compreender ao mesmo tempo de que eram feitos e como funcionavam. Eu descobria uma reflexão objetiva aplicada aos fatos sociais. E, ao mesmo tempo, irritava-me pelo fato de que, para analisar sistemas muito complexos, Granet punha-se a imaginar soluções que eram mais complexas ainda. Na minha opinião, por trás do complexo deveria existir o simples. Mas toda minha reflexão sobre os sistemas de parentesco vem daí, e dos problemas com que já me confrontavam os materiais da mesma natureza que eu havia recolhido em campo, no Brasil.

D.E.: *As estruturas elementares do parentesco é* um livro enorme, que se desenvolve em vários capítulos muito gerais, como aquele em que o senhor ataca "a ilusão arcaica" em antropologia.

C.L.-S.: Era uma reflexão em desenvolvimento e que correspondia ao curso que eu dava na Escola de Altos Estudos de Nova Iorque. Eu escrevia passo a passo. Aquelas preliminares provavelmente eram-me indispensáveis para pôr as idéias em ordem. Hoje, não estou mais tão convencido de que fossem necessárias à economia geral do livro.

D.E.: No entanto, o primeiro capítulo, em que o senhor descreve a oposição entre natureza e cultura — marcada pela proibição do incesto — é a base de toda sua reflexão nessa obra.

C.L.-S.: Era o ponto de partida. Mas depois as coisas evoluíram.

D.E.: Aliás, em seu prefácio à segunda edição, em 1967, o senhor voltou a esse ponto.

C.L.-S.: Sim, a partir da época em que dirigi aqueles capítulos — por volta de 1943-1944 — a etnologia desenvolveu-se rapidamente e contribuiu com muitos fatos novos. Não conhecíamos então, entre os animais, nada que se

pudesse comparar à evitação do incesto porque, desde Aristóteles, raciocinava-se quase exclusivamente sobre o caso dos animais domésticos.

Ora, a observação de animais vivendo em estado selvagem — os grandes símios, e outras espécies também — parece estabelecer que as uniões consangüíneas entre eles são raras, quando não tornadas impossíveis por determinados mecanismos reguladores. Alguns especialistas nesse tipo de estudo e alguns etnólogos, por sua vez, concluíram prematuramente que a proibição do incesto tem suas raízes na natureza. Para alguns, a tese central das *Estruturas* acha-se prejudicada; para outros, seria necessário estendê-la aquém das sociedades humanas para determinadas espécies animais: como os *vervets*, que são macacos africanos de longa cauda, entre os quais os melhores casamentos — quero dizer os mais favoráveis à propagação da espécie — seriam entre primos (entre as codornas também, aliás), e que permutariam os jovens machos com seus vizinhos...

Tudo isso, confesso, deixa-me bastante cético; não quanto aos fatos observados, mas quanto à sua interpretação, com demasiada freqüência matizada de antropomorfismo. O fato de que existe uma tendência geral de expulsar os jovens do grupo quando atingem a puberdade — às vezes os machos, às vezes as fêmeas, depende da espécie considerada — pode ser explicado de várias maneiras, entre as quais a competição pelo alimento aparece como a mais provável. Nada nos autoriza a pensar que a dispersão dos jovens resulte de uma pretensa "proibição de incesto" na escala animal. Os efeitos nocivos das uniões consangüíneas — principalmente quando as transferências acontecem entre bandos vizinhos — seriam, de qualquer forma, muito fracos para explicá-la.

D.E.: Então, o senhor hoje manteria a idéia de partida de seu livro, ou seja, de que a proibição do incesto mostra que o domínio da cultura é o universo da regra?

C.L.-S.: Se a proibição do incesto tivesse um fundamento natural, não compreenderíamos bem como as sociedades

humanas foram obsedadas por ela e empenharam-se, com uma preocupação maníaca, em divulgá-la. Poderíamos organizar um florilégio dos provérbios e ditos que, nas sociedades sem escrita, revelam a freqüência dos desejos incestuosos. E, ampliando um pouco o problema, será que levamos suficientemente em consideração a paixão endogâmica das sociedades européias tradicionais? Você sabe que na própria França, no decorrer do século XIX, a proporção de casamentos contraídos num raio de 5km poderia, no campo, passar de 80%? Mistral cita, em algum lugar, um maravilhoso adágio provençal sobre o qual os partidários de um fundamento natural da proibição do incesto fariam bem em meditar: "Casa-te na tua aldeia, e se puderes na tua rua, e se puderes na tua casa."

Quanto à pretensa falta de apetência sexual entre indivíduos que passaram a primeira infância sob o mesmo teto, e aos dois exemplos de apoio que são repisados há anos (e que aliás nada provam): o dos *kibutzim* de Israel e um proveniente de Taiwan, chocam-se com outros contrários. Sobretudo, não se percebe que essa falta de apetência possa ser resultado de uma orientação prévia do interesse sexual para fora do círculo familiar. Durkheim, que me permito citar, tinha compreendido isso muito bem: "As relações incestuosas e os sentimentos familiares só parecem irredutíveis porque nós concebemos estes como excluindo irredutivelmente aquelas." Não apenas nós: a imensa maioria das sociedades.

D.E.: Se o senhor tivesse que escrever este livro hoje, qual seria seu ponto de partida?

C.L.-S.: Para começar, evitaria escrevê-lo. Com a idade, tornei-me demasiado prudente para lançar-me a vastas sínteses. Acho que seria suficiente dizer que, seja qual for o interesse das observações extraídas da vida animal e da psicologia de grupo, as considerações sociológicas são suficientemente convincentes para que não precisemos de outras hipóteses.

D.E.: Para um primeiro livro, ele foi particularmente ambicioso!

C.L.-S.: Ambicioso demais, você tem razão.

D.E.: Ele foi publicado em 1949 e até hoje é discutido.

C.L.-S.: Foi contestado desde o início e continua a sê-lo. Mas o fato de que seja uma referência quase obrigatória em qualquer discussão sobre esses problemas é muito reconfortante para mim.

D.E.: Em 1952, Claude Lefort censurava-o por apresentar o modelo matemático como mais real do que a realidade empírica.

C.L.-S.: Jamais afirmei que se pode reduzir a totalidade das experiências humanas a modelos matemáticos. Nunca me ocorreu a idéia — que me parecia extravagante — de que tudo na vida social esteja sujeito à análise estrutural. Parece-me, ao contrário, que a vida social e a realidade empírica que a engloba pertencem, na escala humana, ao domínio do aleatório (razão pela qual curvo-me perante a história que nos põe diante de uma contingência irredutível). Simplesmente penso que nesta vasta sopa empírica, se me permite a expressão, em que a desordem impera, formam-se aqui e ali ilhotas de organização. Minha história pessoal, minhas opções científicas, fizeram com que me interessasse mais por elas do que pelo resto. Entretanto, não contesto a existência de outros aspectos e o interesse legítimo que outros possam encontrar neles. Quanto a mim, optei por concentrar-me em domínios, embora muito pequenos, em cujo estudo é possível introduzir um pouco de rigor, ciente de que se trata de casos privilegiados. Sei também que esse gênero de abordagem, que pratico, *mo* esgota a totalidade dos fenômenos; não mais do que um modelo lógico-matemático elaborado para explicar uma conjuntura meteorológica, por exemplo, levará em consideração a emoção estética provocada por um pôr-de-sol. Se quisermos descrevê-la e analisá-la, deveremos abordá-la sob outro ângulo, e recorrer a outras formas de compreensão.

D.E.: As críticas de Claude Lefort, em 1952, eram muito interessantes no sentido em que inauguravam toda uma série de críticas que continuariam, diria até persegui-lo-iam, quanto ao seu "formalismo", "teorícismo", "abstracionismo"...

C.L.-S.: Minha resposta seria a mesma.

D.E.: A crítica de Rodney Needham era um pouco diferente; ele dizia que o modelo reconstruído, a regra isolada pela análise nem sempre são aplicados na realidade.

C.L.-S.: Iria mais longe até: o modelo raramente é aplicado tal e qual. Aqui, trata-se de saber o que se escolheu para estudar. Esta talvez seja a forma pela qual as coisas se passam no concreto. Ou então o que se passa no espírito das pessoas que, sem observar-lhes fielmente os princípios, dizem qual é a maneira correta de conduzir-se. Era este segundo aspecto que eu estudava em *As estruturas:* não o que as pessoas fazem, mas o que acreditam ou afirmam que deve ser feito.

D.E.: Pierre Bourdieu, por seu turno, apóia-se em seus estudos etnológicos sobre a Kabylie...

C.L.-S.: ...que são notáveis...

D.E.: ...para impugnar sua idéia de "regras" matrimoniais e substituí-la pela de "estratégias".

C.L.-S.: Não fiquei surpreso, porque os centros de interesse com o tempo se deslocam. Enfatizam-se ora os aspectos regrados da vida social, ora os aspectos em que parece manifestar-se uma certa espontaneidade. Na verdade, existem regras e estratégias. As estratégias podem acotovelar as regras, mas também é raro que, numa sociedade e numa época determinadas, as estratégias de que os indivíduos dispõem, por sua vez, não obedeçam a normas, e assim por diante. O importante é saber qual o nível de observação mais aproveitável no atual estado do conhecimento e diante de uma determinada pesquisa. Será um ou outro, ou ambos ao mesmo tempo.

Colocando-se sobre um terreno mais geral, acho que as coisas impostas entre "isto" e "aquilo" provam, acima de

tudo, que as pretensas "ciências sociais" ou "ciências humanas" de ciências só têm o nome. Nas verdadeiras ciências, os níveis de observação não se excluem; completam-se. Ainda não atingimos essa maturidade.

D.E.: No entanto, *As estruturas* apregoavam uma pretensão científica.

C.L.-S.: Era um esforço para aclarar uma matéria em que a confusão imperava. Para cada sociedade, para cada costume, todos se perdiam em inúmeras explicações particulares, que tentei reduzir a alguns princípios simples. Isso não é a ciência, mas pelo menos inspira-se em seu espírito.

D.E.: Ao escrever esse livro, o senhor realmente tinha a impressão de estar produzindo uma demonstração científica?

C.L.-S.: Não acredito que nossas ciências humanas e sociais jamais possam aspirar ao *status* de ciências verdadeiras. No máximo tentei dar um pequeno passo nessa direção. Entre nós, as variantes são inúmeras, com o observador envolvido inextricavelmente com seus objetos de observação; enfim, os meios intelectuais de que dispõe, estando no mesmo nível de complexidade dos fenômenos estudados, jamais podem transcendê-los.

D.E.: Em *As estruturas,* o senhor reduzia um número enorme de sistemas de parentesco a três soluções possíveis, elas próprias baseadas em duas formas de trocas de mulheres. E acrescentava que, idealmente, poderíamos construir, segundo aquele esquema, um quadro de sistemas de parentesco possíveis, cujo número seria finito. Hoje, o senhor manteria essa análise?

C.L.-S.: De um modo geral, sim, reconhecendo, porém, que na literatura etnológica apareceram depois numerosos sistemas que não conhecíamos ou sobre os quais o conhecimento era insuficiente na época em que eu escrevia. Freqüentemente, esses sistemas representam soluções intermediárias. O que levaria não a renunciar ao esquema de base, mas a complicá-lo e modificá-lo.

Veja o exemplo do casamento chamado "árabe", ou seja, aquele que concede a preferência como cônjuge possível à filha do irmão do pai: casamento endogâmico, portanto, em que não existe intercâmbio entre linhagens. O intercâmbio, se acontece, opera-se dentro de uma mesma linhagem: casamento entre colaterais. Todavia, em toda parte onde se dispõe de estatísticas, esse tipo de casamento permanece minoritário e, mesmo definindo-o de modo flexível (ou seja, sem fazer distinção entre os primos próximos e os afastados), ele não ultrapassa a metade das uniões recenseadas, sendo as outras do tipo exogâmico: como se, em vez de permutar suas filhas, as famílias trocassem entre si o direito de ceder quaisquer outras. Recentemente, jovens e brilhantes pesquisadores mostraram que as coisas são bem mais sutis. Uma tendência das linhagens em modificar algumas alianças cada vez mais reconstruídas, de forma que as relações de parentesco entre os cônjuges, superficialmente do tipo paralelo, são também relações entre primos cruzados. Mais complicado do que os sistemas que eu tinha vislumbrado, isso levanta, contudo, a mesma problemática.

D.E.: Pode-se, então, classificar os sistemas num quadro ideal, com um número finito de entradas?

C.L.-S.: Quanto às sociedades de estruturas elementares, sem dúvida. Quanto às sociedades de estruturas complexas, outros problemas se levantam. Um grande passo foi dado por Françoise Héritier-Augé, numa direção que eu apenas conseguira sugerir. Nessas sociedades em que não existe casamento prescrito ou preferido, mas somente graus proibidos (como é o caso, de forma simplificada, em nossa sociedade), essas proibições podem ser inúmeras e dar lugar a cálculos genealógicos que nos parecem extremamente complicados. Ora, demonstrou-se, graças ao computador, que tudo acontece como se essas proibições fossem as imagens negativas de prescrições positivas: os dois tipos de sistema, o elementar e o complexo, são traduzíveis um na lin-

guagem do outro. Podemos, portanto, reduzi-los à unidade: a estrutura fundamental é a mesma.

D.E.: Em seu livro, o senhor fala das mulheres como sendo "signos" trocados e atraiu sobre si a fúria das feministas.

C.L.-S.: Elas me entenderam mal e me leram mal, porque eu ressalto que não existe sociedade humana que não veja em suas mulheres tanto valores como signos. A discussão é fútil: poderíamos, do mesmo modo, dizer que as mulheres trocam de homens; bastaria substituir o signo + pelo signo - e, inversamente, a estrutura do sistema não seria alterada. Se utilizei outra formulação, é porque ela corresponde ao que pensam e dizem as sociedades humanas em sua quase totalidade.

D.E.: Aliás, é impressionante constatar que Simone de Beauvoir, em seu relatório de 1949, quando acabava de publicar *O segundo sexo,* não procura discussão com o senhor sobre esse ponto.

C.L.-S.: As feministas poderiam até prevalecer-se do modo pelo qual analiso os mitos que tratam da desigualdade dos sexos, tema central de *Do mel às cinzas* e de *A origem dos modos à mesa.* No primeiro desses livros — parece-me que é no capítulo 1 da terceira parte — antecipo a hipótese de que, ao subordinar misticamente um sexo ao outro, as sociedades igualitárias já delineiam o aperfeiçoamento de soluções reais, mas ainda inconcebíveis ou impraticáveis por elas que, tal como a escravatura, consistem em sujeitar homens à dominação de outros homens.[34]

D.E.: Em *As estruturas,* o senhor na verdade insistia no fato de que as mulheres não são apenas signos, mas falava, apesar disso, do intercâmbio matrimonial, comparando-o com o intercâmbio lingüístico ou econômico.

C.L.-S.: As mulheres não são signos, mas, nas sociedades em questão, as regras do casamento derivam de uma problemática do intercâmbio: entre as famílias biológicas, a circulação das mulheres estabelece a comunicação.

D.E.: No final de seu livro, o senhor considerava a possibilidade de construir uma teoria generalizada do intercâmbio e dos signos.

C.L.-S.: Uma perspectiva distante, sobre a qual eu apenas convidava a refletir.

D.E.: Os desdobramentos das ciências biológicas vieram fortalecer esse sonho?

C.L.-S.: De forma surpreendente. Tudo o que os lingüistas nos tinham ensinado sobre a linguagem, e que parecia ser sua exclusiva propriedade, nos apercebíamos de que existe no próprio interior da matéria viva; de que o código genético e o código verbal apresentam as mesmas características e funcionam de maneira igual.

D.E.: Mas, em certo sentido, essas descobertas contribuem para apagar a oposição natureza/cultura.

C.L.-S.: A oposição conserva seu valor metodológico. Ela constitui nosso baluarte contra as ofensivas estimuladas por um espírito primário e simplista como o da sociobiologia, que quer reduzir os fenômenos culturais a modelos copiados da zoologia.

Se a distinção entre natureza e cultura um dia vier a esfumar-se, a reconciliação não acontecerá através do que chamaríamos, na linguagem atual, de interface dos fenômenos humanos e animais, ou seja, lá onde certas características humanas, como a agressividade, parecem assemelharse ao que se observa no comportamento de outras espécies. Se a aproximação acontecer, será pelo outro extremo: entre o que existe de mais elementar, mais fundamental, nos mecanismos da vida, e o que há de mais complexo nos fenômenos humanos. Se a fronteira deve ser abolida, sê-lo-á atrás do cenário em que hoje se desenvolve o debate entre os defensores da cultura e os defensores da natureza.

D.E.: No último capítulo de *As estruturas,* o senhor evocava a psicanálise e, principalmente, *Totem e tabu.* O senhor empregava o termo fracasso. Foi sua primeira polêmica com a psicanálise.

C.L.-S.: Foi uma polêmica? Com *Totem e tabu* Freud construiu um mito, mito belíssimo, aliás. Mas, como todos os mitos, não nos diz como as coisas realmente aconteceram. Ele fala da necessidade que os homens têm de imaginar como as coisas aconteceram para tentar superar contradições.

D.E.: Quase quarenta anos depois, no final de *A oleira ciumenta,* o senhor voltou ao debate com a psicanálise. Aliás, em termos bastante severos, embora enunciados de maneira agradável.

C.L.-S.: Não atribuo a essa brincadeira mais importância do que merece. Os mitos analisados em A *oleira ciumenta,* principalmente os de Jivaro, têm de engraçado o fato de anteciparem as teorias psicanalíticas. É preciso evitar que os psicanalistas se apossem deles para aí encontrar uma legitimação. Na verdade, é exatamente o contrário: como subtítulo para *Totem e tabu,* Freud tinha escrito: "Sobre algumas correspondências entre a vida psíquica dos selvagens e a dos neuróticos." Mostrei que, se correspondências existiam, situavam-se antes entre a vida psíquica dos selvagens, para falar como Freud, e a dos psicanalistas.

D.E.: Em que época o senhor leu Freud?

C.L.-S.: Muito cedo, porque tinha um colega de liceu cujo pai foi um dos primeiros psiquiatras a interessar-se por ele na França. Ele colaborava com Marie Bonaparte, e incitou-me a ler — eu estava no curso de filosofia — a *Introdução à psicanálise* e o que então se chamava, em sua primeira tradução, *A ciência dos sonhos.*

D.É.: Mais tarde, o senhor usou palavras bastante duras contra a psicanálise.

C.L.-S.: Vários amigos, várias pessoas de minhas relações recorreram à psicanálise. Meu relacionamento com eles alimentou algumas dúvidas sobre a terapia. Principalmente, quis opor-me à tentação por que passam inúmeros etnólogos, sociólogos ou historiadores que, quando suas interpretações dão uma guinada, acham cômodo, em vez de levá-las de volta ao campo de trabalho, preencher o vazio diante do

qual se encontram com essas explicações tipo chave-mestra de que a psicanálise é pródiga.

Isso não impede que o pensamento de Freud tenha desempenhado um papel capital na minha formação intelectual, da mesma forma que Marx. Ensinava-me que mesmo os fenômenos aparentemente mais ilógicos podiam ser submetidos a uma análise racional. Diante de ideologias (fenômenos coletivos em vez de individuais, mas também de essência irracional), a tentativa de Marx parecia-me comparável: aquém das aparências, atingir um fundamento coerente de um ponto de vista lógico, sejam quais forem os julgamentos morais que se encontrem sobre ele.

D.E.: O senhor permaneceu mais fiel a Marx do que a Freud. Em 1962, no final de *O pensamento selvagem,* o senhor ainda proclamava seu apego a Marx.

C.L.-S.: Não sob o ponto de vista político; mas sob o ângulo filosófico, sem dúvida. Marx foi o primeiro, nas ciências sociais, a usar sistematicamente o método dos modelos. Todo *O capital*, por exemplo, é um modelo construído no laboratório que o autor punha a funcionar para confrontar, a seguir, os resultados com os fatos observados. Também encontrava em Marx a idéia fundamental de que não podemos compreender o que se passa na cabeça dos homens sem relacioná-lo com as condições de sua existência prática: o que tentei fazer ao longo das *Mitologias.*

D.E.: Num artigo datado de 1956, Jean Pouillon[35] anuncia um livro seu: *Etnologia e marxismo.* Esse livro não viu a luz do dia, mas pode-se deduzir que o senhor sempre foi marxista?

C.L.-S.: Muitas vezes sonhei com livros que nunca escrevi. Quanto ao meu "marxismo", não preciso dizer mais nada: dos ensinamentos de Marx, guardo apenas algumas lições. Sobretudo esta: que a consciência mente para si mesma. E depois, como já lhe disse, foi através de Marx que vislumbrei Hegel e, depois dele, Kant. Você me interroga a respeito das influências que sofri: no fundo, sou um kan-

tiano comum; e ao mesmo tempo, talvez, estruturalista de nascença: minha mãe contou-me que, ainda incapaz de caminhar e muito longe de saber ler, um dia gritei, do fundo do meu carrinho, que as três primeiras letras das tabuletas do *boucher* (açougueiro) e do *boulanger* (padeiro) deviam significar *bou,* já que nos dois casos eram iguais. Naquela idade, eu já procurava invariantes!

D.E.: Que princípios de Kant o senhor guardou?

C.L.-S.: Que o espírito tem suas limitações, que as impõe a um real para sempre impenetrável, e que só o compreende através delas.

D.E.: É por isso que, numa famosa passagem de *O pensamento selvagem,* o senhor afirmava que a etnologia é, antes de mais nada, uma "psicologia". Esta fórmula poderia parecer paradoxal.

C.L.-S.: Pode parecer paradoxal, se reduzirmos a etnologia à coleta de objetos destinados a figurar nos museus. Mas a partir do momento em que olhamos esses objetos como pensamentos de alguma forma materializados, a frase que você citou tem um sentido. O que saímos a procurar a milhares de quilômetros, ou muito perto, são meios suplementares para compreender como o espírito humano funciona. Fazemos, pois, uma espécie de psicologia. E o que já é verdade com relação aos objetos, é mais verdadeiro ainda quando consideramos as crenças, os costumes e as instituições.

CAPÍTULO 11

QUALIDADES SENSÍVEIS

D.E.: Entre seus livros, talvez *O pensamento selvagem* seja o que mais modificou as maneiras de pensar fora do círculo de especialistas em etnologia. Sua reabilitação do pensamento primitivo transformou-se em trecho selecionado para todas as antologias do pensamento contemporâneo.

C.L.-S.: Queria mostrar que não existe um fosso entre o pensamento dos povos chamados primitivos e o nosso. Quando, em nossas próprias sociedades, observávamos crenças ou costumes estranhos, que contrariavam o senso comum, nós os explicávamos como vestígios ou lembranças de formas arcaicas do pensamento. Parecia-me, ao contrário, que essas formas de pensamento estão sempre presentes, atuantes entre nós. Muitas vezes lhes damos livre curso. Elas coexistem com formas de pensamento que se apoiam no testemunho da ciência; são igualmente contemporâneas.

D.E.: Por exemplo, esta era a comparação que o senhor fazia com freqüência entre o biscate e o modo mítico de pensar.

C.L.-S.: Eu citava biscate como exemplo de modos de pensar dotados de uma originalidade específica, aos quais

não prestamos atenção, ou melhor, pelos quais não temos a mínima consideração, porque nos parecem fúteis ou secundários, embora demonstrem mecanismos essenciais da atividade mental e nos ponham em pé de igualdade com operações intelectuais bem distantes do que acreditamos ser nossa maneira moderna de pensar. Na ordem especulativa, o pensamento mítico opera como um biscate num plano prático; ele dispõe de um tesouro de imagens acumuladas pela observação do mundo natural: animais, plantas, com seus habitats, suas características distintivas, seu emprego numa determinada cultura. Como o biscateiro frente a uma tarefa, ele combina esses elementos para formar um sentido, utiliza os materiais ao seu alcance para dar-lhes, se me permite dizer, um significado diferente do que tinham no início.

D.E.: Mas esse livro tinha um alcance epistemológico mais amplo...

C.L.-S.: Era uma tentativa de superar a oposição que se tornara clássica na filosofia ocidental entre a ordem do sensível e a do inteligível. Se a ciência moderna conseguiu constituir-se, foi ao preço de uma ruptura entre as duas ordens, entre o que no século XVII chamavam-se qualidades secundárias — ou seja, os dados da sensibilidade: cores, odores, sabores, ruídos, texturas — e as qualidades primárias, não tributárias dos sentidos, que constituem a verdadeira realidade. Ora, parecia-me que o pensamento dos povos chamados "selvagens", que permanecera rebelde a essa distinção, conduzia toda sua reflexão ao nível das qualidades sensíveis e conseguia, contudo, construir sobre essa única base uma visão do mundo não desprovida de coerência nem de lógica. E também mais eficiente do que se costuma crer.

D.E.: O que o senhor chamava "ciência do concreto"...

C.L.-S.: ... uma tentativa que me parecia diferente da ciência, embora permanecendo comparável. Ponto de vista fortalecido, parecia-me, por certas tendências que eu identifi-

cava no pensamento científico contemporâneo. Infelizmente, não tenho a menor competência em matéria científica. Mas as ciências tradicionais da natureza — zoologia, botânica, geologia — sempre me fascinaram, como uma terra prometida onde não teria o privilégio de penetrar. Nos Estados Unidos, comecei a ler assiduamente, e continuei depois, revistas como *Scientific American, Science, Nature* — a essas acrescento hoje *La Recherche.* Não compreendo tudo, longe disso. Mas isso nutriu minha reflexão e sobretudo fiquei impressionado ao constatar que depois de ter por muito tempo proscrito as qualidades secundárias, depois de ter voltado as costas ao sensível, a ciência agora procurava reintegrá-los. Ela se questiona sobre o que é um odor, um sabor, sobre a forma das flores e sua evolução, sobre a estrutura melódica do canto dos pássaros... Descobre assim, freqüentemente, o fundamento objetivo de crendices populares e até de superstições.

Contrariamente à tese antecipada por Foucault em *Les mots et les choses* — a tese de uma ruptura radical entre "epistemas" — percebo na ciência contemporânea um esforço para recuperar as etapas arcaicas de seu desenvolvimento, para integrar antiqüíssimas sabedorias à sua visão do mundo.

D.E.: Para estudar essa ciência do concreto que caracteriza o "pensamento selvagem", o senhor mesmo .acumulou uma soma impressionante de conhecimentos concretos: sobre plantas, animais, clima...

C.L.-S.: Desde que comecei a escrever *Totemismo* e *O pensamento selvagem,* até o fim das *Mitologias,* vivi rodeado de livros de botânica e de zoologia... Aliás, essa curiosidade remonta à minha infância.

D.E.: No caso em questão, o senhor ultrapassou o estágio da simples curiosidade.

C.L.-S.: É verdade. Precisei instruir-me em todos esses domínios. Como lembrança, conservo no meu gabinete de trabalho o globo celeste vulgarmente chamado "cabeça de

vitela", que recebi de presente não me lembro de que órgão oficial ao qual me dirigira para esclarecer minhas dúvidas. É um instrumento que os astrônomos não utilizam mais, mas que muito me ajudou para situar as constelações de que tratam os mitos. Os conhecimentos científicos que precisava adquirir não iam além dos conhecimentos de um ou dois séculos atrás! Extraía-os da *Enciclopédia* de Diderot e d'Alembert, da *Zoologia* de Brehm e, às vezes, até de Plínio...

D.E.: Quando se pensa que algumas pessoas puderam criticá-lo por ignorar o concreto!

C.L.-S.: Ao contrário, presto uma atenção quase obsessiva a todos os pequenos detalhes concretos.

D.E.: É essa atenção ao concreto que talvez o tenha tornado particularmente sensível ao papel da "imaginação estética" no jogo das classificações totêmicas que o senhor descreve.

C.L.-S.: Sim, porque uma das diferenças essenciais entre a maneira como nós refletimos e a maneira como aqueles povos refletem, é nossa necessidade de fragmentar. Aprendemos isso com Descartes: dividir a dificuldade em tantas parcelas quanto forem necessárias, para melhor resolvê-la. O pensamento dos povos chamados primitivos rejeita essa fragmentação. Uma explicação só é válida desde que seja total. Quando procuramos a solução de um problema específico, dirigimo-nos a esta ou àquela disciplina científica, ou então ao direito, à moral, à religião, à arte... Nos povos que os etnólogos estudam, todos esses domínios são ligados. Assim, cada expressão da vida coletiva constitui o que Mauss denominava um fato social total. Ela põe em questão, simultaneamente, todos esses aspectos.

D.E.: Em *O pensamento selvagem,* o vocabulário da lingüística é onipresente. Mais, até, do que em *As estruturas elementares do parentesco.*

C.L.-S.: Ele fornece algumas lições preciosas, como a da oposição binária, a de termo marcado ou não-marcado...

Mas é, antes, o vocabulário do pensamento racional. A natureza e a importância dos empréstimos que pedi à lingüística não foram bem entendidas. Além de uma inspiração geral — que, concordo, é enorme — eles se reduzem ao papel da atividade inconsciente do espírito na produção de estruturas lógicas, destacado por Boas, que era tanto antropólogo como lingüista; em seguida, a esse princípio fundamental de que os elementos constitutivos não têm significação intrínseca: esta resulta de sua posição. É verdadeiro para a linguagem, e é verdadeiro também para outros fatos sociais. Não creio ter pedido à lingüística — e Jakobson, no curso de nossas conversas, era o primeiro a reconhecê-lo — mais do que a utilização original que, em outro domínio, eu fazia dessas noções.

D.E.: A de "transformação" tem um espaço capital em suas análises de o *Pensamento selvagem*, como igualmente será o caso em *Mitologias.* A quem o senhor tomou de empréstimo? Aos lógicos?

C.L.-S.: Nem aos lógicos nem aos lingüistas. Veio-me de uma obra que para mim desempenhou um papel decisivo, e que li durante a guerra, nos Estados Unidos: *On Growth and Form,* em dois volumes, de D'Arcy Wentworth Thompson, publicado pela primeira vez em 1917. O autor, naturalista escocês (em *O homem nu*, escrevi "inglês" por inadvertência), interpretava como transformações as diferenças visíveis entre as espécies ou órgãos animais ou vegetais no seio de um mesmo gênero. Isso foi uma iluminação, tanto que logo iria perceber que esta maneira de ver inscrevia-se numa longa tradição: antes de Thompson, havia a botânica de Goethe, e antes de Goethe, Albert Dürer, com seu *Traité de Ia proportion du corps humain.*

Ora, a noção de transformação é inerente à análise estrutural. Diria, até, que todos os erros, todos os abusos cometidos, sobre ou com a noção de estrutura, provêm do fato de que seus autores não compreenderam que é impossível concebê-la separada da noção de transformação. A estrutura não

se reduz ao sistema: conjunto composto de elementos e de relações que os unem. Para que se possa falar de estrutura, é necessário que entre os elementos e as relações de vários conjuntos surjam relacionamentos invariantes, de tal forma que se possa passar de um conjunto a outro por meio de uma transformação.

Um outro itinerário, que os historiadores das idéias saberiam traçar melhor, introduziu a noção de transformação em lingüística, talvez também a partir de Goethe, por intermédio de Guillaume de Humboldt e Baudoin de Courtenay. Desde que se tenta perceber, seja qual for o domínio considerado, a diversidade através das maneiras diferentes pelas quais os elementos podem combinar-se, impõe-se o recurso à noção de transformação.

Se invoco um único princípio, o intercâmbio das mulheres entre os subgrupos da sociedade, para ficar a par de todas as regras do casamento, é necessário que essas regras, diferentes conforme a época e o lugar, se reduzam a estados de uma mesma transformação. O mesmo acontece quando o lingüista prepara o repertório dos fenômenos que o aparelho vocal consegue articular, e destaca as limitações a que cada língua deve curvar-se para retirar desse fundo comum os elementos de seu sistema fonológico particular. A própria noção de fenômeno implica em que as propriedades divergentes dos sons, tal como a fonologia os registra, constituam-se em transformações opcionais ou contextuais de uma realidade invariante, num nível mais profundo.

O recurso forçado, pela lingüística e a antropologia, a uma noção derivada da estética (com Dürer) e das ciências sociais (com Goethe e Thompson), e cuja origem remonta a meados do século XVI, fornecia-me uma prova suplementar de que, como dizia há pouco, a reflexão científica, em seu progresso, não rompe com o passado, e consegue, periodicamente, reapropriar-se dele.

D.E.: O senhor, hoje, continua interessado na evolução da lingüística?

C.L.-S.: A lingüística tornou-se tão pedante e complicada que não me sinto capaz de prosseguir. O que Jakobson praticava, fascinava-me da mesma forma que um romance policial. Seu talento oratório, seu senso dramático, sem dúvida manifestavam-se em qualquer coisa; mas Benveniste tinha um temperamento muito diferente, e, lendo os grandes mestres do estruturalismo, tinha-se — ainda se tem — a sensação de participar de uma grande aventura do espírito. Comparando, o que hoje se faz parece-me de uma aridez repulsiva.

D.E.: O senhor não se interessa pela "gramática generativa" de Chomsky?

C.L.-S.: Não ponho em dúvida a importância da contribuição de Chomsky. Ele desempenha um grande papel em alguns desdobramentos da lingüística aplicada, como as máquinas de traduzir. Confesso, porém, que essa confusão de receitas empíricas e argumentação escolástica está distante do meu modo de pensar.

D.E.: Entretanto, poder-se-ia dizer que o senhor tentou fazer uma "antropologia generativa" ou, pelo menos, dizer que na parte de sua pesquisa que se refere à análise dos mitos o senhor fez uma "mitologia generativa". Parece-me, até, que empregou essa expressão uma vez.

C.L.-S.: Nossa idéia comum é a de que, com meios limitados, o espírito engendra inúmeras combinações. Todavia, o zelo dos filósofos em extrair da lingüística chomskyana conseqüências metafísicas, me preocupa. A linguagem articulada é propriedade exclusiva do homem, certo? Mas ele realizou esse milagre através de um número completo de regras, engendrando um número infinito de enunciados? E podemos extrair disso argumentos em favor da posição ímpar ocupada pelo homem na criação?

Formulada por lingüistas, a primeira tese é legítima, embora permanecendo aproximativa: a riqueza das combinações é tão grande que, na prática, tudo se passa como se fosse verdadeiro. Nada resta a não ser um corpo acabado de re-

gras, pondo em ação um vocabulário pronto, num momento determinado, para elaborar frases cuja extensão não é limitada, mas cuja probabilidade diminui, até desaparecer; quando essa extensão aumenta, não consegue senão elaborar um discurso feito. Mesmo se, como num torneio de xadrez, os milhões de locutores e de jogadores jamais esgotem as combinações. Quanto à segunda tese, esse mergulho na metafísica e num certo misticismo lembra o que fazem muitos biólogos quando invocam a diversidade genética como prova do dever moral de respeitar todo ser humano devido à sua essência insubstituível. Cada homem foi, é e será sempre único, concordo. Mas, com relação a isso, o homem não se distingue dos outros seres vivos, mesmo os mais insignificantes, que são também únicos como indivíduos, e que ele acha que não é obrigado a respeitar. A ciência não abriga uma moralzinha tacanha para nosso uso particular.

CAPÍTULO 12

OS SIOUX, OS FILÓSOFOS E A CIÊNCIA

D.E.: *O pensamento selvagem* é dedicado à memória de Maurice Merleau-Ponty...

C.L.-S.: Para testemunhar meu reconhecimento. Já falamos disso a respeito de minha entrada para o Colégio de França.

D.E.: ... e a obra termina com um capítulo de polêmica com Sartre. Umas trinta páginas que fizeram com que muita tinta fosse esbanjada a partir de 1962.

C.L.-S.: A *Crítica da razão dialética* tinha aparecido em 1960, quando eu estava escrevendo *O pensamento selvagem.* Dediquei um ano de meu seminário da Escola de Altos Estudos ao estudo do livro de Sartre. Lucien Sebag me ajudou nisso. Ele estava lendo a *Crítica* ao mesmo tempo que eu, e falávamos sobre o livro de uma forma quase dialogada. A perspectiva em que Sartre se colocava parecia-me oposta à dos antropólogos que vêem em sua disciplina um dos meios de compreender o funcionamento do espírito humano; nesse caso, era minha impressão, a antropologia aborrecia Sartre, e ele preferia livrar-se dela sob diversos pretextos.

D.E.: A polêmica entre o senhor e Sartre foi muito acirrada.

C.L.-S.: Se é que realmente houve polêmica. Que eu saiba, Sartre jamais respondeu; exceto uma vez, numa entrevista em que se limitou a dizer que eu não tinha entendido nada.

D.E.: Acho que estou informado de que ele respondeu várias vezes: na revista *L'Arc,* em 1966, onde declara que o senhor contribuiu para o descrédito lançado sobre a história, e numa entrevista sobre a antropologia, também em 1966, que foi reproduzida em *Situations IX,* em que estabelece uma distinção entre a antropologia praticada pelos etnólogos, para a qual o homem não passa de um objeto, e a antropologia filosófica, que ele tenta traçar e para a qual o homem é "objeto-sujeito".

C.L.-S.: Você sabe muito mais do que eu sobre o assunto, o que bem mostra que não polemizei!

D.E.: E verdade que o senhor não voltou à carga.

C.L.-S.: Isso não era essencial para mim. O capítulo final de *O pensamento selvagem* resultava de uma coincidência fortuita entre as datas de publicação de nossos livros.

D.E.: O senhor acha que alguém pode ler seu livro sem ler esse capítulo?

C.L.-S.: Não totalmente, porque nele eu expunha também minha concepção de três períodos históricos, bem diferente da concepção de Braudel.

D.E.: Sua crítica a Sartre era muito severa. Quando o senhor diz, em *Totemismo, hoje,* que a filosofia de Bergson assemelha-se ao pensamento dos sioux, a gente acha graça, porque Bergson não está mais tão presente...

C.L.-S.: Admita que a semelhança é espantosa. O texto de Bergson e as palavras do sábio sioux que cito são quase idênticas.

D.E.: Realmente. Mas era mais difícil admitir que o pensamento de Sartre fosse considerado e tratado como mito contemporâneo.

C.L.-S.: Eu os ponho no mesmo saco. Bergson medita sobre problemas metafísicos como um índio poderia fazê-lo e como efetivamente os sioux o faziam. Comparando-os, rendo homenagem ao pensamento de Bergson que, acima do tempo e do espaço, finca suas raízes no mais profundo do pensamento humano quanto ao que ele possa ter de universal.

Para Sartre, é o contrário. Seu pensamento enraíza-se numa ideologia que é a de seu tempo, de seu círculo intelectual. Situá-lo num contexto mitológico que, no caso em foco, seria igual ao da Revolução Francesa (porque, em nossa sociedade, a Revolução de 89 desempenha realmente o papel de mito basilar), relativiza o pensamento de Sartre em vez de universalizá-lo.

D.E.: Um dos problemas que Sartre levantava era, na verdade, o da Revolução Francesa e de seu papel precursor em nossa história. Apesar de tudo, o senhor acha que foi um acontecimento importante?

C.L.-S.: O termo é fraco. A Revolução pôs em discussão idéias e valores que fascinaram a Europa, a seguir o mundo, e que deram à França, por mais de um século, um prestígio e um brilho excepcionais. Todavia, podemos perguntar-nos se as catástrofes que se abateram sobre o Ocidente também não têm sua origem aí.

D.E.: Em que sentido?

C.L.-S.: Porque puseram na cabeça das pessoas que a sociedade originava-se do pensamento abstrato, quando ela é feita de costumes, de hábitos, e, ao triturá-los sob as mós da razão, pulverizaram os tipos de vida baseados numa longa tradição, reduziram os indivíduos ao estado de átomos intercambiáveis e anônimos. A verdadeira liberdade só pode ter um conteúdo concreto: ela é feita de equilíbrios entre pequenas dependências, mínimas solidariedades: aquilo contra o qual as idéias teóricas que proclamamos racionais se debatem; quando atingirem seus fins, nada lhes resta a não ser destruírem-se entre si. Hoje observamos o resultado.

D.E.: Mas em que, pretender fazer da Revolução um acontecimento precursor do mundo contemporâneo, lhe parece um discurso "mitológico"?...

C.L.-S.: ... seja como for, um discurso que se origina ainda na mitologia que, ao longo do século XIX, empenharam-se assiduamente em construir e que, por ocasião do bicentenário, empenham-se em reavivar.

D.E.: E de que Sartre é o herdeiro?

C.L.-S.: À medida que não nos oferece uma imagem concreta dos acontecimentos. Ele elabora um esquema abstrato da História, de tal forma que, para a humanidade de hoje, a Revolução Francesa pode desempenhar o papel de um mito.

D.E.: Para o senhor, Sartre é um homem do século XIX?

C.L.-S.: Não me faça atacar Sartre. Sejam quais forem os processos que se possa intentar contra ele, era um espírito de tal potência, que inspira consideração e respeito. Quanto ao século XIX, foi um dos mais brilhantes em matéria científica, literária, artística. Quem não gostaria de ser considerado homem do século XIX nesses campos?

D.E.: Seu debate com Sartre era indício do debate entre a filosofia e as ciências humanas, que tomava um rumo mais agudo...

C.L.-S.: Sim. Pelo menos assim o interpretaram, embora o último capítulo de *O pensamento selvagem* estivesse fortemente impregnado de filosofia.

D.E.: Nas duas réplicas de Sartre que mencionei, e num texto anterior de Merleau-Ponty, intitulado *Philosophie et Sociologie,* reproduzido em *Signes,* em 1960, tem-se realmente a impressão de que eles queriam defender a supremacia da filosofia, que o senhor acabava de contestar.

C.L.-S.: Merleau-Ponty realmente acreditava no pensamento filosófico. Ele queria até, já lhe contei, restaurar a "grande filosofia". Mas entre ele e Sartre havia uma diferença: Sartre fazia da filosofia um mundo fechado. Exceto as lutas políticas, ele decididamente ignorava o que se passava

aqui fora, principalmente no plano científico ao qual, em contrapartida, Merleau-Ponty estava muito atento. Ele tinha uma curiosidade que faltava a Sartre.

D.E.: Na sua opinião, a filosofia tem um espaço no mundo atual?

C.L.-S.: Obviamente, mas desde que fundamente sua reflexão sobre o conhecimento científico em curso e sobre suas descobertas. A "grande filosofia", como dizia Merleau-Ponty, foi obra de homens que foram os maiores sábios de seu tempo. Sua reflexão filosófica apoiava-se em suas conquistas científicas. Hoje, as duas funções estão dissociadas, mas os filósofos não podem isolar-se de uma ciência que não apenas alargou imensamente e transformou nossa visão da vida e do mundo, mas agitou as regras sobre o modo de funcionar do pensamento.

CAPÍTULO 13

NA LIXEIRA DA HISTÓRIA

D.E.: A polêmica com Sartre não era apenas um confronto entre algumas ciências humanas e a filosofia. Já que o senhor o criticava por superprivilegiar a história, essa polêmica levantava também o problema das relações entre a reflexão etnológica e a história. É um problema que se repete em sua obra. Já em 1949, o senhor tinha publicado um artigo intitulado "História e etnologia", que se encontra no início de *Antropologia estrutural.*

C.L.-S.: O que eu censurava em Sartre não era o fato de privilegiar a história, mas de construir uma filosofia da história que me parecia, disse-lhe há pouco, originar-se da natureza do mito. De minha parte, nada me interessa mais do que a história. E há muito, muito tempo!

O artigo de que você fala foi escrito em 1948. Não me lembro mais se me foi encomendado pela *Revue de Métaphysique et de Morale,* ou se o redigi espontaneamente. Em todo caso, originava-se de uma reflexão suscitada pela leitura dos trabalhos de Lucien Febvre, que estava iniciando.

D.E.: O senhor o conhecia?

C.L.-S.: Nossas relações datam do momento em que voltei para a França, em 1948. Ele tinha notado um artigo que eu publicara em *Renaissance* — a revista da Escola de Altos Estudos de Nova Iorque —, artigo intitulado *"Le dédoublement de Ia représentation dans les arts de 1'Asie et de 1'Amérique"*, que chegou a inspirar-lhe algumas reflexões.[36] Logo que fundou a Sexta Seção da Escola Prática de Altos Estudos (que mais tarde se transformaria na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais), convidou-me a fazer algumas conferências lá.

D.E.: Nesse artigo publicado em 1949, podemos ler algumas frases marcantes: "tudo é história", ou ainda "um pouquinho de história vale mais do que história nenhuma"...

C.L.-S.: Estava chocado com a atitude de Malinowski com relação à história e com a atitude de alguns antropólogos americanos que eu então freqüentava. Muitos dentre eles estavam convencidos de que se devia sair em campo sem nada saber sobre a população, sem cansar a vista com o conhecimento de seu passado ou com a leitura de depoimentos anteriores. Achavam que, com isso, preservavam todo o frescor da observação direta, sem compreender que só o que faziam era empobrecê-la. Tudo aquilo derivava da ingenuidade e do sofismo.

D.E.: Alguns anos depois, Braudel fará ao senhor uma crítica semelhante. Em seus *Ecrits sur Vhistoire*, ele destaca uma frase de seu artigo "Diógenes adormecido". O senhor dizia: uma hora passada com um contemporâneo de Platão nos esclarecerá mais sobre a coerência ou a incoerência da civilização grega do que todos os trabalhos de nossos historiadores.[37]

C.L.-S.: Foi um repente espirituoso, que Braudel estava documentado para criticar. O que não impede que um filme rodado na Atenas do século V modificasse completamente a visão que dela nos dão os historiadores. Acabei de dizer que a observação em campo deve ser alimentada e preparada. Mas nada pode substituí-la.

D.E.: O senhor afirma também, nesse artigo de 1948, que a história e a etnologia têm o mesmo alvo de pesquisa: apreender a vida social. Mas, num caso, para dela captar as expressões conscientes, e, no outro, para captar suas expressões inconscientes. Esta frase seria muito comentada...

C.L.-S.: E condenada por alguns historiadores dos *Anais.* Eles não compreenderam que, como ponto de partida para meu artigo, eu tomava em consideração casos limites: a história concebida do modo mais tradicional, a que se dedica aos reinos, às alianças, às guerras, aos tratados, de um lado; e do outro, a etnologia como a praticamos com o auxílio da análise estrutural. Ora, é verdade que a primeira repousa inteiramente sobre depoimentos escritos, portanto, sobre expressões conscientes, e que a segunda procura atingir, atrás das práticas observadas, os mecanismos inconscientes que as regem.

Esta oposição desaparece na obra de Lucien Febvre e dos que o tomam como referência. Mas a evolução deve-se, inicialmente, aos ensinamentos que o próprio Febvre extraiu da sociologia durkheimiana (da autoridade um tanto abusiva de que queria livrar a história); e, mais tarde, ao que a etnologia fornecia aos historiadores. A "nova história", como a chamam, nutriu-se de etnologia. Meu artigo todo tendia a mostrar que uma oposição nefasta e caduca devia ceder lugar ao trabalho que os etnólogos e os historiadores hoje podem realizar lado a lado, em estreita colaboração.

D.E.: E foi isso que aconteceu.

C.L.-S.: Uns trinta anos depois, trava-se o diálogo entre nossas duas disciplinas. Os historiadores compreenderam o interesse dos mínimos fatos da vida cotidiana de que a etnologia tira sua matéria, e aos quais seus predecessores não davam a menor importância. Disse uma vez nos Estados Unidos — foi em 1952, na conferência de antropólogos organizada pela Wenner-Gren Foundation — que éramos os trapeiros da história e que procurávamos nossa fortuna nas latas de lixo. O que provocou reações diversas: meus colegas

não gostaram da comparação. Ao final da sessão, Margareth Mead aproximou-se e disse-me: "Há palavras que jamais devem ser pronunciadas." Data desse dia nossa amizade, que durou até sua morte.

Ora, os historiadores descobriram que esse rebotalho desdenhado, que era ignorado pelas crônicas, pelas memórias do tempo, pela literatura também, era de natureza igual à das observações feitas em campo pelos etnólogos, e que poderiam explorá-lo.

Por volta de 1950, deliciava-me com uma série de livros de Alfred Franklin, que formavam uma coleção dedicada à vida privada na França, do século XIII ao século XVIII, e que desencavava de vez em quando em sebos. Ao todo, uns vinte volumes. Franklin era conservador da Biblioteca Mazarino, na época em que Proust lá esteve empregado temporariamente; parece que nunca ia. E no entanto seu chefe realizava, ele também, uma admirável busca do tempo perdido! Os livros de Franklin originavam-se já do que hoje chamamos antropologia histórica, especialidade que se tornou moda entre os historiadores e que hoje lhes permite estar à frente do cenário. Porque o público — e podemos compreendê-lo — interessa-se mais pelo modo de vida de nossos ancestrais do que pela vida dos indígenas da América do Sul ou da Melanésia...

D.E.: À vezes dizem que o artigo de Braudel sobre a longa duração foi escrito para opor-se à sua influência sobre os historiadores...

C.L.-S.: Não teria a pretensão de acreditar nisso. Imagino que ele tivesse motivos melhores. Admito, porém, que a preferência de opinião que a etnologia teve, em determinado momento, conseguiu preocupar os historiadores. Com alguns decênios de distância, reproduzia-se a situação de Lucien Febvre perante a escola de Durkheim. Em ambos os casos, a história conseguiu manter sua autonomia, enriquecendo-se com as contribuições de sua concorrente.

D.E.: Mas, por outro lado, os histonadores, igualmente, muito contribuíram para a pesquisa etnológica.

C.L.-S.: Sem dúvida alguma. Ao leque em que nos situávamos, formado por sociedades estendidas no espaço, eles acrescentaram, se me permite, sociedades superpostas no tempo. O número de experiências "prontas" sobre as quais podíamos apoiar-nos viu-se multiplicado por um coeficiente substancial. Graças ao que, aconteceu uma curiosa inversão. Numa primeira etapa, a escola dos Anais desviou-se da velha história, a dos cronistas e memorialistas, para interessar-se pelos movimentos profundos no domínio demográfico, econômico, ou no das idéias, enquanto os etnólogos tomavam caminho inverso. Porque é a história dos acontecimentos, e mesmo anedótica, que orienta o modo pelo qual outrora celebravam-se alianças matrimoniais, constituíam-se as redes de parentesco, transmitiam-se os bens, tanto nas famílias reais ou nobres como nos meios camponeses tradicionais. Tomando as coisas por esse ângulo, chegamos a desvendar pontos de passagem, articulações, que possibilitam comparar sociedades longínquas e exóticas com estágios antigos de nossa própria sociedade. Outra vez os caminhos da história e da etnologia se cruzam, mas — podemos esperar — para seguir de agora em diante a mesma rota, a partir desta junção.

D.E.: Continuando com o artigo de 1949: o senhor falava da "atividade inconsciente do espírito", que consiste em impor "formas a um conteúdo". E acrescentava que essas formas são idênticas em todas as sociedades, sejam antigas ou modernas, primitivas ou civilizadas. Foram essas fórmulas que incitaram os historiadores a criticar sua concepção a-histórica do funcionamento do espírito.

C.L.-S.: Foi um mal-entendido. Ao restabelecer a velha noção de natureza humana, eu apenas lembrava que o cérebro humano, em qualquer lugar, é constituído da mesma forma, e que, portanto, coações idênticas atuam sobre o funcionamento do espírito. Mas esse espírito não trata, aqui e lá, dos mesmos problemas. Estes são levantados, sob for-

mas extraordinariamente diversas, pelo meio geográfico, o clima, o estágio da civilização em que a consideramos, por seu passado histórico antigo e recente; e, por cada membro da sociedade, seu temperamento, sua história individual, sua posição no grupo, etc. Em toda parte o mecanismo é o mesmo; não as entradas nem as saídas.

D.E.: Falaram, entretanto, da sua proposta de um *nouvel êléatisme* (forma de desaprovar o movimento).

C.L.-S.: É simplesmente absurdo, e os historiadores que por vezes me acusaram de criticar o imóvel deveriam ser os primeiros a reconhecê-lo. Porque, como poderiam reconstituir o que se passava pela cabeça das pessoas que viveram há dois, três ou quatro séculos, se não começassem por postular que existe alguma coisa em comum entre elas e nós, e que, fundamentalmente, os homens pensam da mesma forma? Caso contrário, o passado e o remoto seriam, igualmente, inatingíveis. Para esses historiadores essa constante é evidente; eles não enxergam que ela apresenta imensos problemas sobre os quais outros têm o direito e o dever de debruçar-se.

D.E.: Para fugir das críticas dos historiadores, o senhor introduziu a distinção entre "sociedades frias", as que são objeto de estudo do etnólogo, e em que não existe história, e "sociedades quentes", as que o historiador estuda. Mas, mais uma vez, foi uma distinção que levantou mais problemas do que afastou.

C.L.-S.: Introduzi essa noção em *Entretiens avec Georges Charbonnier*.[38] E retomei-a na minha aula inaugural no Colégio de França, para desfazer, lá também, alguns malentendidos. Quando falo de "sociedades frias" e de "sociedades quentes", tenho em vista casos limites. Disse, escrevi, repeti centenas de vezes que nenhuma sociedade é absolutamente "fria" ou "quente". Essas são noções teóricas de que necessitamos para formular nossas hipóteses. As sociedades empíricas distribuem-se ao longo de uma linha em que nenhuma delas ocupa os pólos.

Em segundo lugar, não estabeleço uma distinção objetiva entre tipos diferentes de sociedades. Refiro-me à atitude subjetiva que as sociedades humanas adotam diante de sua própria história. Quando falamos de sociedade "primitiva", colocamos aspas para que saibam que o termo é impróprio e que nos é imposto pelo costume. Entretanto, em certo sentido, ele é adequado: as sociedades que chamamos "primitivas" não o são de maneira alguma, mas gostariam de sê-lo. Sonham-se primitivas, porque seu ideal seria permanecer no estado em que os deuses ou os ancestrais as criaram no início dos tempos. Naturalmente, elas se iludem e não se subtraem à história mais do que as outras. Mas submetem-se a essa história de que desconfiam, de que não gostam. Enquanto as sociedades quentes — como a nossa — têm, diante da história, uma atitude radicalmente diferente. Nós não só reconhecemos a existência da história, mas votamos-lhe um culto porque — o exemplo de Sartre bem o mostra — o conhecimento que pretendemos ou queremos ter de nosso passado coletivo, ou, mais exatamente, o modo como o interpretamos, ajuda-nos a legitimar ou criticar a evolução da sociedade em que vivemos e a orientar seu futuro. Nós interiorizamos nossa história, fazemos dela um elemento de nossa consciência moral.

D.E.: Num debate com Maurice Godelier e Marc Auge, em 1975, publicado na revista *L'Homme*,[39] o senhor adianta um certo número de fórmulas raramente citadas, e que no entanto expressam com exatidão sua concepção da história. O senhor diz, por exemplo: "é preciso curvar-se ante a contingência irredutível da história".

C.L.-S.: Citava a frase final de *Do mel ás cinzas.* Quando alguns marxistas ou neomarxistas vêm acusar-me de ignorar a história, respondo-lhes: são vocês que a ignoram, ou melhor, voltam-lhe as costas, já que substituem a história real e concreta por grandes leis de desenvolvimento que só existem na cabeça de vocês. Meu respeito pela história, o gosto que tenho por ela, provêm do sentimento que ela me dá de que

nenhuma construção do espírito pode substituir a maneira imprevisível como as coisas realmente aconteceram. O acontecimento, em sua contingência, aparece-me como um dado irredutível. A análise estrutural deve, se me perdoa a expressão, *"faire avec"*.

D.E.: O senhor rejeita a idéia de que existam "leis da história"?

C.L.-S.: O número de variáveis é tal, existem tantos parâmetros, que talvez só um entendimento divino poderia conhecer ou saber por toda eternidade o que acontece ou vai acontecer. Os humanos se equivocam a toda hora; a história o demonstra. Dizemos "entre duas coisas, a primeira", e é sempre a terceira.

D.E.: Essa contingência absoluta deixa um espaço para a análise histórica?

C.L.-S.: Claro. Os acontecimentos são imprevisíveis quando não se realizaram. Mas quando se realizam, podemos tentar compreender, explicar. Podemos relacionar os acontecimentos uns com os outros e perceber, retrospectivamente, a lógica desse encadeamento. No presente, nada permite prever o que acontecerá entre tantos concebíveis possíveis e outros totalmente inconcebíveis.

CAPÍTULO 14

SEGUINDO UM DESCOBRIDOR DE NINHOS DE PÁSSAROS

D.E.: As *Mitologias*, que o senhor começou a publicar em 1964, tiveram origem em seus cursos na Quinta Seção da Escola de Altos Estudos.

C.L.-S.: Esses cursos, ou melhor, esses seminários, permitiram-me tatear durante vários anos. Via como proceder, mas hesitava quanto ao terreno. A mitologia dos *pueblos* inicialmente atraiu-me porque é bastante circunscrita, e em razão da riqueza, da densidade, da relativa homogeneidade de um *corpus* que alguns etnólogos, todos americanos, empenharam-se em recolher no espaço de algumas décadas. Lucien Sebag e Jean-Claude Gardin concordaram em ajudar-me a inventariar e desbastar os materiais. No seminário, colocávamos um mito em discussão e o analisávamos juntos. Os resultados eram convincentes, mas a mitologia dos *pueblos* logo me pareceu muito fechada, muito concentrada sobre si mesma. Eu precisava de um campo de operação mais vasto para pôr o método à prova. Decidi partir do mito bororo do descobridor do ninho de pássaros, que já havia

atraído minha atenção num seminário vários anos anterior ao início das *Mitologias.*

D.E.: Nos quatro volumes das *Mitologias*, o senhor interpreta oitocentos e treze mitos, mais um milhar de variantes. E o senhor diz que isso representa apenas uma parte do material disponível. Onde o senhor recolhe esses mitos?

C.L.-S.: Em toda parte onde os encontro. Praticamente não existe uma monografia sobre tal povo ou tal tribo cujo autor, após ter estudado a cultura material, a vida familiar e social, não lhe tenha acrescentado alguns mitos. Existem coletâneas inteiramente consagradas à mitologia de várias populações. Examinei tudo isso à medida das necessidades, porque se tivesse sido obrigado a começar por um inventário comentado e metódico, teria passado nisso dez anos antes de escrever a primeira linha.

D.E.: O senhor partiu ao acaso?

C.L.-S.: Parti da observação, que tinha feito há muito tempo, envolvendo populações que se me haviam tornado familiares durante minha estada no Brasil, de que os bororo e seus vizinhos mais próximos, membros da família lingüística gê, têm organizações sociais afins, cujas diferenças podem ser interpretadas como os estágios de uma transformação: essa hipótese foi assunto de vários de meus cursos e artigos. Daí uma nova hipótese: as semelhanças e as diferenças entre os mitos dessas populações poderiam ser explicadas de maneira geral?

Comecei, então, pelo estudo da mitologia do Brasil Central, para perceber que, conforme o caso, os mitos de povos vizinhos coincidem, superpõem-se parcialmente, correspondem-se ou se contradizem. A análise de cada mito envolvia outros, e esse contágio semântico, atrevo-me a dizer, estendia-se de vizinho a vizinho e em várias direções ao mesmo tempo. Como se chegássemos a um ponto de vista aberto sobre vastas perspectivas, que incitam a atingir outros pontos de vista a partir dos quais o olhar estende-se em novas direções.

D.E.: O que o senhor chamou de método de "levantamento em rosácea".

C.L.-S.: Seja qual for o mito tomado por centro, suas variantes irradiam-se em torno dele, formando uma rosácea que se expande progressivamente e se complica. E, seja qual for a variante colocada na periferia que escolhermos como novo centro, o mesmo fenômeno se reproduz, dando origem a uma segunda rosácea, que em parte mistura-se a ela e a transpõe. E assim por diante. Não indefinidamente, mas até que essas construções encurvadas nos levem de novo ao ponto de onde partimos. Disso resulta que um campo primitivamente confuso e indistinto deixa perceber uma rede de linhas de força e revela-se poderosamente organizado.

D.E.: Esse método levanta o problema do "comparativismo". No final de *La voie des masques*, o senhor critica os etnólogos que pensam que podemos contentar-nos em estudar uma única sociedade, ou as sociedades uma a uma...[40]

C.L.-S.: Entendamo-nos bem: alguns etnólogos que se dedicam durante meses, anos, às vezes dezenas de anos, ao estudo de uma única população, merecem todo nosso reconhecimento. Sem eles, nada faríamos e nada seríamos. O problema surge a partir do momento em que queremos elaborar uma teoria. Fazê-lo com base numa experiência única e exclusiva é muito perigoso, porque essa experiência ilustra, entre centenas ou milhares de casos possíveis, apenas um caso.

Quanto ao método comparativo, não consiste, como tenho dito com freqüência, em comparar primeiro e generalizar em seguida. Ao contrário do que muitas vezes pensamos, é a generalização que estabelece e torna possível a comparação. Diante de uma pluralidade de experiências, começamos por procurar em que nível é conveniente que nos coloquemos para que os fatos observados e descritos sejam mutuamente conversíveis. E é somente quando conseguimos formulá-los numa língua comum, e graças a esse aprofundamento prévio, que a comparação se torna legítima.

D.E.: Para poder fazer uma comparação, e necessário delimitar uma área geográfica em que as relações sejam consideradas possíveis entre as sociedades, caso contrário...

C.L.-S.: ... cedemos às facilidades que desacreditaram o comparativismo tal como era praticado no século XIX.

D.E.: O que significa que é necessário presumir uma história comum entre os povos cujos mitos se pretende comparar?

C.L.-S.: Regra de um método sensato, que devemos a Boas. Mas podemos também, vez por outra, seguir a escola de Buisson. Num artigo que ainda não apareceu no momento em que lhe falo, diverti-me comparando a forma como a Bíblia se expressa sobre a circuncisão com o que dizem os bororo a respeito do porte do invólucro peniano.[41] Esse tipo de comparações arriscadas às vezes contribuem com idéias que terão melhor emprego em outro lugar. Delas não podemos tirar conclusões, a não ser, talvez, a de que o espírito humano se move num campo limitado de possibilidades, de forma que configurações mentais análogas podem, sem que seja preciso invocar outras causas, repetir-se em épocas e locais diferentes. Quase como num calidoscópio que contém um número infinito de fragmentos translúcidos: teoricamente, nada impede que depois de um certo número de sacudidas dadas não apareça no aparelho a mesma configuração. É muitíssimo pouco provável, mas não impossível.

D.E.: É verdade que o rumo de sua análise, nas *Mitologias*, leva-o a encontrar alguns mitos que lembram os da Grécia Antiga.

C.L.-S.: De longe; e, também de longe, alguns mitos do Japão. É importante que se diga isso de passagem, para ressalvar o direito a eventuais explicações. A título de moral provisória, basta-me admitir que o espírito humano trabalha com o auxílio de um repertório de estruturas formais acabado. Os especialistas daquelas regiões do mundo irão mais longe, se puderem. Sem dúvida você sabe — Dumézil deve ter falado nisso no decorrer de suas entrevistas com ele

— que alguns sábios japoneses acreditam ter encontrado as três razões da existência indo-européia na Coréia e no Japão.

D.E.: O senhor fica tentado a pensar que todos esses mitos remetem a uma mitologia mais arcaica, paleolítica, comum?

C.L.-S.: Quando se adota uma perspectiva a cavaleiro da mitologia universal, discernem-se aqui e ali alguns temas que parecem demasiado semelhantes e arbitrários para que tenham sido inventados independentemente. Essas semelhanças podem ser resultado de empréstimos que teriam acontecido em época recente, relativamente antiga ou então bem arcaica. Considere um motivo mitológico como o de um povo de anões em luta contra aves aquáticas: encontramo-lo na Antigüidade Clássica, no Extremo Oriente, na América... Foi inventado várias vezes? E pouco provável. Mas então, quando e por que vias se propagou? Nada sabemos sobre isso. Mas podemos conjeturar: que subsiste como um vestígio da mitologia dos tempos paleolíticos, ou que sua difusão data de alguns séculos apenas e que seguiu itinerários que poderemos reconstruir. São casos especiais que precisariam ser estudados um a um.

D.E.: Em seus livros, encontramos dois tipos bem diferentes de comparativismo: em *As estruturas elementares do parentesco,* trata-se de uma comparação que passa de um continente a outro. Enquanto isso, nas *Mitologias,* o senhor declara seu cuidado de jamais comparar algo que não seja suscetível de ser relacionado a uma história comum, a um passado comum...

C.L.-S.: O objetivo e os métodos de ambas as pesquisas são os mesmos; mas as situações históricas de cada uma, diferentes. Na época em que me ocupava com os sistemas de parentesco e as regras do casamento, todos se perdiam em explicações particulares. Em contrapartida, o estudo dos mitos continuava às voltas com um delírio comparativista, que se estendia ao mundo todo, inspirado em algumas semelhanças superficiais. Eu precisava reagir no sentido oposto.

Continuando: as duas categorias de fenômenos não se originam num mesmo nível. Com o parentesco e o casamento, tocamos nos fundamentos da vida em sociedade: algo como um nível molecular, e sabemos que nesse nível, entre os seres vivos, as coisas são iguais em toda parte. Os mitos proporcionam ao investigador alguns aspectos tão complexos e diversificados que, inicialmente, é necessário empenhar-se em fazer uma redução.

D.E.: No entanto, algumas vezes interpretaram seu trabalho como um trabalho que permitia encadear umas às outras as mitologias do mundo inteiro, graças ao sistema das "transformações".

C.L.-S.: E evidente que não. Porque entre o estudo do parentesco e o dos mitos, existe uma terceira diferença. Por volta de 1942-1943, quando abordava o primeiro, tinha atrás de mim um século de estudos sistemáticos do parentesco sobre os quais podia apoiar-me. Dispunha de materiais descritos e analisados numa linguagem técnica relativamente homogênea — normalizada, diríamos hoje — que permitia passar à fase seguinte: a da comparação. Nada parecido quanto aos mitos, que a literatura me entregava como materiais em estado bruto, praticamente inexplorados. Precisava, pois, diante de um caso particular, tentar criar um idioma eventualmente extensível, se estudos similares, tendo como objetivo outras regiões do mundo, confirmassem sua validade geral; ou então exigissem outros idiomas que oferecessem analogias com o meu, de forma que a pretensão à generalidade se situasse num nível mais profundo. Tudo isso está por fazer; evitarei prejulgar.

D.E.: No fundo, seu método de pesquisa nas *Mitologias* está muito próximo do de Dumézil: delimitar uma área geográfica e tentar aí as mesmas estruturas mentais. Contudo, um ponto fundamental separa sua abordagem da dele: ele dispunha de uma importante seqüência histórica, enquanto o senhor, quando analisa os mitos americanos, não consegue reencontrar sua profundidade histórica.

C.L.-S.: Não preciso dizer-lhe o quanto devo à obra de Dumézil. Dela extraí lições e incentivos. Mas a diferença que você aponta não é a única. Dumézil e eu não tínhamos o mesmo objetivo. Ele queria demonstrar que um sistema de representações cuja presença era atestada em vários pontos da Ásia e da Europa tinha uma fonte comum. Para mim, ao contrário, a unidade histórica e geográfica existia logo de saída: a América povoada por ondas sucessivas de imigrantes que, em geral, tinham todos a mesma origem e cuja entrada no Novo Mundo situa-se, segundo os autores, entre o septuagésimo e o décimo quinto milênio. Eu procurava, então, outra coisa: primeiro, perceber diferenças entre mitologias cuja unidade me era fornecida pela história; a seguir, compreender os mecanismos do pensamento mítico, a partir de um caso particular.

D.E.: Cada volume das *Mitologias* significa várias centenas de páginas. No final de *O homem, nu,* o senhor encara o conjunto como uma obra homogênea.

C.L.-S.: Com a observação de que, após ter escrito o terceiro volume, disse a mim mesmo que jamais conseguiria terminar, porque ainda faltavam vários volumes. Tomei então a decisão de que só haveria mais um, o quarto, e que nele eu deveria encaixar, fosse sob a forma de alusões ou estímulos a futuras pesquisas, tudo o que me restava a dizer. Por isso esse volume é mais extenso do que os precedentes, e de uma construção mais complicada: ele contém a matéria de dois ou três livros.

D.E.: O senhor temia o fracasso de sua tentativa?

C.L.-S.: Lembrava-me de Saussure e de seus trabalhos sobre os Nibelungos. Ele passou uma parte de sua vida, talvez a maior parte, elucidando essa confusão entre mitos, lendas e história. Sobrou uma centena de cadernos manus-

critos, conservados na Biblioteca de Genebra, onde consegui e estudei seus microfilmes. Essa leitura fascinou-me pelas idéias que neles encontrava e, principalmente, pela lição que deles extraía: a investigação não cessava de complicar-se, caminhos naturais abriam-se, e Saussure morreu antes de ter publicado alguma coisa de seu imenso trabalho. Sentia-me exposto ao mesmo perigo; resolvi fugir dele. Caso contrário, minha aventura, como a de Saussure, jamais chegaria ao fim.

D.E.: Quando o senhor trabalhou com esses mitos, sua primeira tarefa foi produzir resumos deles. Suponho que sejam mais longos e diversificados do que a versão que o senhor lhes deu.

C.L.-S.: Censuraram-me por isso injustamente. Porque os detalhes que deixei em suspenso no resumo, reintegrei-os mais tarde na análise. Era necessário possibilitar que o leitor que desconhece toda essa mitologia, para quem a América é um mundo desconhecido, começasse por adquirir uma visão sincrética de cada mito ou grupo de mitos. Obrigo-o, a seguir, a penetrar nos detalhes, sem omitir um só, quando a análise mostra seu papel e sua necessidade.

D.E.: São histórias fabulosas, verdadeiros textos literários. Deve ter sido um imenso prazer para o senhor imergir nessa literatura.

C.L.-S.: São histórias magníficas e com freqüência emocionantes. Desde que o informante seja também um bom narrador, o que não é o caso. Comecei a debruçar-me sobre a mitologia em 1950, terminei as *Mitologias* em 1970. Durante vinte anos, acordando ao nascer do dia, embriagado de mitos, realmente vivi num outro mundo.

Os mitos impregnavam-me. É preciso absorver mais deles do que o que se utiliza! E quando se constata que determinado mito, de tal povo, existe, de forma modificada, numa população vizinha, é preciso examinar toda a literatura etnográfica relativa a essa população para assinalar em seu meio, em suas técnicas, em sua história, em sua organização

social, os fatores que podem ter relação com essas modificações. Eu convivia com todos esses povos e com seus mitos, como num conto de fadas.

D.E.: Foi também uma experiência estética.

C.L.-S.: Uma experiência estética ainda mais excitante porque esses mitos, ao primeiro contato, assemelham-se a enigmas. Contam histórias sem pé nem cabeça, cheias de incidentes absurdos. É preciso incubar o mito durante alguns dias, semanas, às vezes meses, até que, de repente, a centelha brote e que, em determinado detalhe inexplicável de um mito, se reconheça, modificado, determinado detalhe de um outro mito, e que se possa, por esse ângulo, reduzi-lo à unidade. Tomado por si só, cada detalhe não é obrigado a significar algo, porque é no seu relacionamento diferencial que reside sua inteligibilidade.

D.E.: Os títulos de seus quatro volumes ficaram famosos. *O cru e o cozido, Do mel às cinzas, A origem dos modos à mesa* bem falam do propósito do conjunto: mostrar a transição da natureza à cultura. O último, *O homem nu*...

C.L.-S.: ...retoma o ponto de partida, porque o nu é, com relação à cultura, o equivalente do cru com relação à natureza: o primeiro termo do título do primeiro volume e o último do título do último se completam, do mesmo modo que um périplo começado na América do Sul, e subindo progressivamente até às regiões setentrionais da América do Norte, volta finalmente a seu ponto de partida.

D.E.: Quando o senhor deu ao primeiro volume o título *O cru e o cozido*, o senhor pensava em intitular o último *O homem nu?*

C.L.-S.: Não tinha uma visão tão clara. Mas, em termos gerais, sabia qual seria meu percurso. Partindo de mitos que fazem da invenção ou da descoberta do cozimento dos alimentos o critério da transição da natureza à cultura, instigado pela lógica interna dos mitos e deslocando-me pouco a pouco, eu devia chegar a mitos para os quais a linha demarcatória entre a cultura e a natureza não passasse mais entre o

cru e o cozido, mas entre a aceitação ou a recusa de uma vida social que ultrapassasse as fronteiras do grupo. As feiras, os mercados, onde os povos, mesmo inimigos, encontram-se periodicamente para trocar alimentos e produtos de sua indústria, realizam uma forma elaborada da vida social comparável (e comparada pelos interessados) à primeira transformação que uma cultura solitária, ao cozinhar seus alimentos, impõe à natureza.

D.E.: Simultaneamente aos "levantamentos em rosácea", seu livro se organiza segundo uma escalada da América do Sul à América do Norte.

C.L.-S.: Foi, na verdade, ao noroeste da América do Norte, do Oregon à Colúmbia Britânica, que os mitos desviaram-se para o sentido que acabo de indicar, em vista do desenvolvimento excepcional dos intercâmbios comerciais entre as tribos. Foi também particularmente ilustrativo que eu tenha encontrado lá, ligeiramente modificados, os mitos sul-americanos que eu tomara como ponto de partida. O elo voltava a fechar-se no próprio lugar, ao mesmo tempo que entre os dois hemisférios.

D.E.: Seu ponto de partida, como o senhor lembrou, foi um mito bororo sobre um descobridor de ninhos de pássaros. Como se escolhe um "mito de referência" que possibilitará encadear todos os outros?

C.L.-S.: Vivi numa aldeia bororo quando de minha primeira expedição. Minha atenção estava voltada principalmente para a organização social; quando tive de ocupar-me de ciências religiosas na Quinta Seção, interessei-me também pela mitologia que os missionários salesianos há meio século empenhavam-se em recolher.

D.E.: O que significa que a opção é completamente arbitrária?

C.L.-S.: No princípio, sim. Como lhe dizia a propósito da história em geral, hoje, retrospectivamente, posso explicar, justificar até, minha escolha. Quando a fiz, porém, foi por razões acidentais.

D.E.: Em teoria, o senhor poderia ter partido de um outro mito, de um outro povo.

C.L.-S.: Sem dúvida, e como a terra da mitologia é redonda, um outro itinerário me teria conduzido ao mesmo ponto. Entretanto, compreendi em seguida que esse mito ocupa uma posição estratégica no conjunto dos mitos ameríndios. Ele articula dois sistemas que, respectivamente, dizem respeito às relações verticais e às relações horizontais, ou seja, às relações entre alto e baixo, terra e céu, natural e sobrenatural, de um lado, e, de outro, às relações entre próximo e distante, concidadãos e estranhos.

D.E.: As *Mitologias* seguem um movimento geográfico, mas também uma progressão na complexidade de análise.

C.L.-S.: Exatamente. Os quatro volumes evoluem segundo um duplo movimento. De um lado, a extensão geográfica: Em *O cru e o cozido,* a análise concentra-se na América do Sul e principalmente no Brasil Central e Oriental. *Do mel às cinzas* amplia o campo de investigação, tanto rumo ao Sul como em direção ao Norte, mas continua sul-americano. Com *A origem dos modos à mesa,* recomeçamos a análise ainda a partir de um mito sul-americano, mas mais setentrional, que aborda o mesmo problema através de imagens diferentes, o que é melhor ilustrado por alguns mitos da América do Norte. Impõe-se, portanto, a passagem de um continente a outro, e o livro apega-se aos dois. O último volume, inteiramente norte-americano, leva o leitor mais longe. Porque, por um curioso paradoxo que me esforço por perceber, é entre algumas regiões do Novo Mundo geograficamente bem distantes que as semelhanças entre os mitos tornam-se mais evidentes.

O segundo movimento de que lhe falava é do domínio da lógica. Os mitos, sucessivamente introduzidos, abordam problemas de complexidade crescente. Os discutidos no primeiro volume exploram oposições entre qualidades sensíveis: cru e cozido, fresco e passado, seco e úmido, etc. No segundo volume, essas oposições pouco a pouco cedem

lugar a outras que não recorrem a uma lógica das qualidades, mas a uma lógica das formas: vazio e cheio, continente e conteúdo, interno e externo, etc. O terceiro volume, *A origem dos modos à mesa*, dá um passo decisivo. Trata-se dos mitos que em vez de colocarem termos em oposição, opõem os modos diferentes segundo os quais esses termos vêm a opor-se entre si: eles podem ser conjugados; podem também ser separados. Como, perguntam-se os mitos, se opera a passagem de um estado a outro?

Alguns mitos que narram uma viagem de piroga ocupam uma posição estratégica no livro, porque ilustram esse tipo de problema de modo admirável. Quando a viagem começa, e à medida que transcorre, o próximo distancia-se e o distante se aproxima. Quando se chega ao destino, os valores iniciais de ambos os termos acham-se invertidos. Mas a viagem levou tempo. A categoria do tempo introduz-se assim no pensamento mítico como meio necessário para fazer surgir relações entre outras relações já dadas no espaço. Isso significa que uma dimensão romanesca interpenetra gradualmente a dimensão mítica, com todas as conseqüências que isso implica para a evolução de ambos os gêneros. E isso demonstra, também, que ao combinar de forma cada vez mais sutil termos que, no início, são imagens concretas extraídas antecipadamente da experiência sensível, o pensamento mítico é capaz de abstração, embora de maneira implícita.

D.E.: O senhor mostra, na obra, o pensamento lógico que já havia definido em *O pensamento selvagem.* Numa pequena digressão inserida em *Do mel às cinzas,* o senhor pergunta por que alguns povos que possuem tal capacidade de abstração lógica não operaram a passagem para a razão científica e filosófica que, na Antigüidade, aconteceu em outras civilizações.

C.L.-S.: Nada sei a esse respeito. Talvez seja necessário, para que o pensamento se transforme, que as próprias sociedades passem a ser de outro tipo.

D.E.: No que concerne à Grécia, com efeito, é na organização política da cidade que Vernan situa a passagem para o pensamento racional...

C.L.-S.: Sim, e outros viram, nas exigências de precisão e de rigor inerentes ao pensamento jurídico, uma condição prévia para o surgimento do pensamento científico. Essas diferentes interpretações estão muito próximas, parece.

D.E.: Seu périplo pela mitologia conclui-se em *O homem nu,* num capítulo intitulado "O mito único". O senhor queria dizer que, na verdade, todos os mitos analisados ao longo dos quatro volumes nada mais eram do que a variação de um mesmo mito?

C.L.-S.: Pelo menos, variações sobre um grande tema: a passagem da natureza à cultura que foi preciso pagar com a ruptura definitiva da comunicação entre o mundo celeste e o mundo terrestre. Daí, para a humanidade, alguns dos problemas em torno dos quais gira essa mitologia.

D.E.: O senhor considera A *oleira ciumenta* como fazendo parte das *Mitologias!* Nele o senhor não trata absolutamente do mesmo problema?

C.L.-S.: A problemática é a mesma. Só difere o conteúdo empírico — ou estético, no sentido kantiano do termo. E depois, o tom muda. O livro é mais curto, o ritmo, mais rápido. Em comparação com as *Mitologias, A oleira ciumenta* ocupa um lugar quase semelhante ao do balé nas grandes óperas.

D.E.: Após ter dedicado tantos anos ao estudo dos mitos, o senhor faz esta surpreendente declaração de humildade: a ciência dos mitos é balbuciante.

C.L.-S.: Depois e mesmo antes. A nota da editora, em *O cru e o cozido,* dizia que "tudo ou quase tudo está por fazer antes que se consiga falar de verdadeira ciência". E foi contra

minha vontade que os editores da tradução inglesa deram ao conjunto dos quatro volumes o subtítulo: *Introduction to a Science of Mythology*.

D.E.: Apesar disso, o senhor deu um passo.

C.L.-S.: Acho que sim, mas ficam muitos outros a dar! Um dos próximos números de *L´Homme* deve trazer um artigo de meu colega da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Jean Petitot, colaborador e discípulo de René Thom.[42] Nele, Petitot traduz em termos de teoria das catástrofes uma fórmula que, em 1955, eu tinha enunciado e ilustrado com exemplos em *A oleira ciumenta*. Sou incapaz de continuar, mas saber que alguns matemáticos não desprezam os aspectos formais do meu trabalho e levam a sério a análise dos mitos, é uma grande satisfação.

D.E.: Por que, em as *Mitologias*, o senhor não tentou a mesma experiência de formalização matemática de *As estruturas do parentesco!*

C.L.-S.: Algumas vezes falei sobre isso com matemáticos. Alguns disseram-me que seria possível, mas muito difícil para mim, e eles tinham coisa melhor para fazer. O problema levantado em *As estruturas do parentesco* originava-se diretamente da álgebra e da teoria dos grupos de substituições. Os problemas apresentados pela mitologia parecem indissociáveis das formas estéticas que os objetivam. Ora, estes pertencem, ao mesmo tempo, ao contínuo e ao descontínuo, antinomia a que a teoria das catástrofes oferece um novo meio de ultrapassar.

Poderíamos, também, pensar no computador. Estou informado de tentativas feitas além-Atlântico para refazer *O cru e o cozido* a máquina, se me permite expressar-me assim.

D.E.: O senhor conhece o resultado?

C.L.-S.: Provavelmente, os encadeamentos eram mais rigorosos, mas isso tomava um tempo desproporcionado. Sem dúvida, os inventores desses métodos ocupavam-se também com outras coisas: conseguiram engendrar os cinco primeiros mitos quando, com meus processos artesanais, eu

já havia deslindado algumas centenas; não sem deixar vários numa certa "delicadeza artística", evidentemente.

CAPÍTULO 15

O EXERCÍCIO DO PENSAMENTO

D.E.: Gostaria de fazer-lhe uma pergunta simples: que é um mito?

C.L.-S.: Não é uma pergunta simples, é exatamente o contrário, porque se pode respondê-la de vários modos. Se você interrogar um índio americano, seriam muitas as chances de que a resposta fosse: uma história do tempo em que os homens e os animais ainda não eram diferentes. Porque, apesar das nuvens de tinta projetadas pela tradição judaico-cristã para mascará-la, nenhuma situação parece mais trágica, mais ofensiva ao coração e ao espírito do que a situação de uma humanidade que coexiste com outras espécies vivas sobre uma terra cuja posse partilham, e com as quais não pode comunicar-se. Compreendemos que os mitos se recusem a tomar esse defeito da criação como original; que vejam em sua aparição o acontecimento inaugural da condição humana e da sua fraqueza.

Poderíamos, também, procurar definir o mito através da oposição com outras formas de tradição oral: lenda, conto... Mas essas distinções nunca são claras. Talvez essas formas

não desempenhem exatamente o mesmo papel nas culturas, mas são produzidas pelo mesmo espírito, e o analista não pode deixar de explorá-las em conjunto.

Em que consiste esse espírito? Já o disse, ao contrário do método cartesiano, na recusa em exagerar a dificuldade, jamais aceitar respostas parciais, aspirar a explicações que englobem a totalidade dos fenômenos.

E característica do mito, diante de um problema, pensá-lo como homólogo a outros problemas que surgem em outros planos: cosmologico, físico, moral, jurídico, social, etc. E analisar tudo em conjunto.

D.E.: O que explica os jogos de encaixar que o senhor põe em evidência.

C.L.-S.: O que um mito diz numa linguagem que parece apropriada a um domínio estende-se a todos os domínios em que poderia surgir um problema do mesmo tipo formal.

D.E.: E, aliás, o que o senhor contesta em Freud, no final de *A oleira ciumenta:* sua atenção fixada exclusivamente no código sexual.

C.L.-S.: Podemos comentar indefinidamente o pensamento de Freud: seus textos são ambíguos e, às vezes, se contradizem. Mas parece fora de dúvida que ele atribuiu uma posição-chave ao código sexual.

D.E.: No entanto, nos mitos que o senhor analisa, fica-se assombrado com a presença da sexualidade e do cortejo de violências que a acompanha.

C.L.-S.: Isso nos espanta porque esse aspecto ocupa um grande espaço em nosso próprio sistema de valores e em nossa vida social. Observe, porém, que um mito jamais tratará de um problema relevante da sexualidade em si e por si mesmo, isolado de todos os outros. Ele se empenhará em mostrar que esse problema é formalmente análogo a outros problemas que os homens levantam a respeito dos corpos celestes, da alternância do dia e da noite, da sucessão das estações, da organização social, das relações políticas entre grupos vizinhos... O pensamento mítico, confrontado com

um problema particular, coloca-o em paralelo com outros. Ele utiliza vários códigos simultaneamente.

D.E.: É uma explicação para problemas sucessivos.

C.L.-S.: Sem jamais resolver algum. É a similitude que todos esses problemas apresentam entre si que dá a ilusão de que podemos resolvê-los, a partir do momento em que se toma consciência de que a dificuldade notada num caso não existe, ou não ao mesmo ponto, em outros. De certa forma raciocinamos assim quando solicitados a dar uma explicação; respondemos: "é quando..." ou "é como..." Preguiça de nossa parte, mas o pensamento mítico faz desse procedimento um uso tão hábil e tão sistemático que ele substitui a demonstração.

D.E.: Outra pergunta "simples": para que serve o mito?

C.L.-S.: Para explicar por que, diferentes de início, as coisas se transformam no que são, e porque elas não podem ser de outra maneira. Exatamente por que, se mudassem num domínio particular, toda a ordem do mundo seria perturbada, devido à homologia dos domínios.

D.E.: Como surge o mito? É necessário que tenha sido contado uma primeira vez por um indivíduo!

C.L.-S.: Claro, mas se você considerar que os paleontólogos tornam cada vez mais remota a origem da humanidade, concordará comigo que a resposta não é fácil. Há um ou dois milhões de anos os ancestrais do homem provavelmente já possuíam linguagem articulada, e nada impede que contassem mitos. No correr dos tempos, esses mitos se transformaram; alguns desapareceram, outros nasceram. Em que condições? Mais ou menos como os cogumelos; a gente nunca os vê crescer! Uma invenção individual, por si só, não constitui um mito. Para que se transforme em mito, é preciso que, transmutada por uma alquimia secreta, tenha sido assimilada pelo grupo social porque respondia às suas necessidades intelectuais e morais. Muitas histórias saem da boca dos indivíduos; algumas fazem sucesso, outras não...

O problema da origem dos mitos assemelha-se ao da origem da linguagem, que a Sociedade Lingüística de Paris solenemente proibiu-se de levantar, porque as respostas só podem ser conjeturais. Quem sabe a neurofisiologia do cérebro consiga resolvê-la um dia. Em todo caso, a resposta não partirá dos antropólogos, nem dos lingüistas. Quanto ao que diz respeito às representações míticas, é menos interessante questionar-se sua origem do que a atitude das pessoas diante de seus próprios mitos. Deles, existem sempre versões diferentes. Ora, não escolhemos entre essas versões, não fazemos sua crítica, não decretamos que uma delas seja verdadeira ou mais verdadeira do que a outra: aceitamo-las simultaneamente, e não ficamos perturbados com suas divergências. Investigações feitas em diversos pontos do mundo confirmam a generalidade dessa atitude mental. Seria bom estudá-la de perto e compará-la com a nossa atitude diante da história, sobre a qual circulam, também em nossas sociedades, versões variadas e às vezes até inconciliáveis.

D.E.: Para o senhor, então, um mito é o conjunto de suas variantes, de suas versões. O senhor não procura determinar a versão autêntica?

C.L.-S.: Não existe versão correta, nem forma autêntica ou primitiva. Todas as versões devem ser levadas a sério.

D.E.: No final de *A oleira ciumenta,* o senhor escreve que o mito é um "espelho de aumento" da forma como sempre pensamos. Foi essa a problemática que o guiou ao longo dessa série de livros?

C.L.-S.: A problemática é a mesma de *As estruturas elementares do parentesco,* exceto que, em vez de fatos sociológicos, trata-se de fatos religiosos. Mas a questão levantada não muda: diante de um caos de práticas sociais ou de representações religiosas, continuaremos a procurar explicações parciais, diferentes para cada caso considerado? Ou tentaremos descobrir uma ordem subjacente, uma estrutura profunda através de cujo efeito possamos analisar essa diversidade aparente, em uma palavra, vencer a incoerência? Para

domínios diferentes, *As estruturas* e as *Mitologias* levantam exatamente o mesmo problema, e os métodos são idênticos.

D.E.: Mas essa fórmula do "espelho de aumento"?

C.L.-S.: Em tudo que escrevi sobre a mitologia, quis mostrar que nunca chegamos a um sentido último. Aliás, chegamos a isso na vida? O significado que um mito pode proporcionar a mim, aos que o narram ou escutam neste ou naquele momento e em circunstâncias determinadas, só existe com relação a outros significados que o mito pode oferecer a outros narradores ou ouvintes, em outras circunstâncias e num outro momento. O mito propõe um quadro de mensagens cifradas, somente definíveis através de suas regras de construção. Esse quadro permite decifrar um sentido, não do mito em si, mas de todo resto: imagens do mundo, da sociedade, da história, escondidas no limiar da consciência, como as interrogações que os homens fazem a seu respeito. A matriz da inteligibilidade fornecida pelo mito permite articulá-la num todo coerente. Esse papel que atribuo ao mito corresponde ao que Baudelaire atribuía à música. A propósito do prelúdio de *Lohengrin,* ele mostra, através de alguns exemplos, que cada pessoa percebe, individualmente, um conteúdo diferente na obra; entretanto todos os conteúdos se reduzem a um pequeno número de traços invariantes.[43]

Quando, de uma maneira geral, nos perguntamos o que quer dizer o verbo "significar", percebemos que se trata, sempre, de encontrar em outro domínio um equivalente formal do sentido que procuramos. O dicionário é o exemplo desse círculo lógico. O significado de uma palavra é dado através de palavras cuja própria definição reclama outras palavras. E, pelo menos teoricamente, voltaremos ao ponto de partida, a despeito dos esforços que os lexicógrafos desenvolvem para evitar as definições circulares.

Pensamos ter descoberto o sentido de uma palavra ou de uma idéia quando conseguimos encontrar-lhe múltiplos equivalentes, extraídos de outros campos semânticos. O

significado nada mais é do que o estabelecimento da correspondência. Isto é verdadeiro para as palavras e para os conceitos também. E como o mito atua por meio de imagens e acontecimentos, que são objetos rústicos, ele apresenta esse fenômeno sob uma luz mais forte, de maneira mais compacta, mas que reflete as condições muito gerais do exercício do pensamento.

CAPITULO 16

RAÇA E POLÍTICA

D.E.: Em seu primeiro curso no Colégio de França, o senhor se questionava sobre o futuro da etnologia. Hoje, qual seria sua resposta?

C.L.-S.: Seria obrigado a fazer algumas considerações, porque as coisas evoluíram durante este quarto de século e as condições não são mais exatamente as mesmas. Principalmente quanto ao que diz respeito às sociedades que são objeto de estudo do etnólogo.

D.E.: Porque são as sociedades tradicionais que interessam ao etnólogo, e estas estão desaparecendo umas após as outras...

C.L.-S.: Você sabe que já se dizia isso no século XVIII! As primeiras sociedades doutas fundadas para o estudo do homem justificavam sua missão, clamando: é preciso andar depressa, não resta material para muito tempo. Quando deu seu primeiro curso na Universidade de Liverpool, no ano em que eu nasci, Frazer declarou a mesma coisa. É um *leitmotiv* da pesquisa etnológica. Admito que os processos se aceleraram e que, racionalmente, podemos perceber um final.

Entretanto, restam tantas coisas que foram pouco ou mal estudadas em dezenas, centenas de sociedades que ainda existem, e que existirão durante um bom número de anos, que vejo nisso um incentivo a continuar nossos esforços, em vez de abandoná-los. E depois, mesmo que vislumbremos a época em que todas essas culturas terão desaparecido... A Grécia e Roma desapareceram há muito; no entanto, continuamos a estudá-las e a propor perspectivas diferentes.

D.E.: Mas, delas, temos documentos, monumentos...

C.L.-S.: Esses monumentos, somos nós, pela atenção que lhes prestamos, que os transformamos em tal!

D.E.: O senhor acha que também será fácil organizar documentos ou monumentos relativos a uma tribo do Brasil?

C.L.-S.: Você tem razão quanto a uma população pouco ou mal estudada, ou estudada durante um lapso de tempo muito curto. Mas — limitando-me aos Estados Unidos, que conheço melhor —, os depósitos da Biblioteca do Congresso, os da American Philosophical Society, e outros, estão abarrotados de documentos manuscritos, muitos dos quais ainda não foram examinados, nem sequer inventariados.

D.E.: São tesouros adormecidos?

C.L.-S.: Sim, e que em volume representam, provavelmente,, tanto quanto a Grécia e Roma nos legaram.

D.E.: Portanto, a antropologia não é uma ciência ameaçada...

C.L.-S.: Ela mudará de natureza. Se a pesquisa de campo não tem mais assunto, nos transformaremos em filósofos, historiadores de idéias, especialistas em civilizações somente abordáveis através dos documentos recolhidos por antigos observadores. E quem sabe se não surgirão novas diferenças numa humanidade em grande risco de uniformizar-se?

D.E.: O senhor tem o sentimento de que a humanidade caminha para uma homogeneidade absoluta?

C.L.-S.: Absoluta seria exagerar. Mas jamais se viu uma civilização mundial com tantas semelhanças como a atual.

D.E.: Um dos recursos da etnologia para subsistir não seria voltar-se para sociedades contemporâneas, mais próximas de nós, como as dos campos franceses?

C.L.-S.: Essas pesquisas não são nem um recurso nem uma solução para tornar a subir. Elas têm sua importância intrínseca. Se se desenvolveram com atraso, é porque tínhamos a impressão de saber mais sobre nossas sociedades do que sobre as sociedades exóticas: a urgência advogava em favor destas. Por outro lado, as condições antigas de nossas próprias sociedades nos foram a princípio reveladas por arquivos — no sentido lato do termo — que se estendem por vários séculos. Para conhecer algumas sociedades do Brasil Central ou da Melanésia, dispomos de 5 ou 10% de história. O restante, devemo-lo à etnologia. No caso de nossas sociedades, a proporção inverte-se. O papel do etnólogo limita-se a completar e enriquecer um trabalho que no início incumbe ao historiador.

D.E.: O futuro da etnologia passa, igualmente, por questões institucionais. O senhor acha que a situação dessa disciplina é hoje mais satisfatória do que quando o senhor próprio começou a interessar-se por ela?

C.L.-S.: Quando comecei minha carreira de etnólogo, não havia cátedra de etnologia nas universidades francesas. Acho que a primeira foi a de Marcel Griaule, às vésperas da guerra, ou durante a guerra, não me lembro mais. A antropologia hoje tornou-se uma disciplina de pleno direito, ensinada nas universidades. Em comparação com o trabalho urgente que seria necessário fazer, o número de cargos e de cátedras continua insuficiente.

D.E.: À semelhança das outras disciplinas, a pesquisa etnológica deve enfrentar a falta de recursos: é necessário um orçamento!

C.L.-S.: Com a diferença de que se admite que os físicos e os biólogos precisam de verba para fazer seus laboratórios funcionarem, porque é neles que fazem suas experiências e verificam as de seus colegas. Admite-se menos facilmente

que os laboratórios dos etnólogos acham-se a milhares de quilômetros e que, para ir para lá e para viver lá, também se precisa de recursos.

*

D.E.: Em 1952, com o texto intitulado *Raça e história,* o senhor abandonou a perspectiva puramente etnológica para situar-se num nível que podemos denominar "político", que dizia respeito, em todo caso, diretamente aos problemas contemporâneos ,[44]

C.L.-S.: Tratava-se de uma encomenda. Não acredito que teria escrito esse opúsculo por iniciativa própria.

D.E.: Como aconteceu essa encomenda?

C.L.-S.: A UNESCO pediu a vários autores que escrevessem uma série de plaquetes sobre o problema racial: uma a Leiris, uma a mim...

D.E.: Nela o senhor afirma a diversidade das culturas, traz à baila a idéia de progresso e proclama a necessária "coalizão" das culturas...

C.L.-S.: De um modo geral, eu procurava a forma de reconciliar a noção de progresso e o relativismo cultural. A noção de progresso implica a idéia de que algumas culturas, em épocas e lugares determinados, são superiores a outras, já que produziram obras de que estas últimas não se mostraram capazes. E o relativismo cultural, que é uma das bases da reflexão etnológica, pelo menos na minha geração e nas precedentes (porque hoje alguns o contestam), afirma que nenhum critério permite julgar uma cultura definitivamente superior a uma outra. Tentei deslocar o centro de gravidade do problema. Se em certas épocas e em certos lugares, algumas culturas "se agitam", enquanto outras "não se agitam", não é, dizia, devido a uma superioridade das primeiras, mas porque circunstâncias históricas ou geográficas induziram a uma colaboração entre as culturas, não desiguais (nada autoriza a decretá-las como tais), mas diferen-

tes. Elas se põem em movimento, fazendo-se empréstimos ou procurando opor-se umas às outras. Elas se fecundam ou estimulam-se mutuamente. Enquanto em outros períodos e em outros lugares, culturas que permanecem isoladas como mundos fechados, ficam numa vida estacionaria.

D.E.: Esse termo tornou-se um clássico do anti-racismo, é lido até nos liceus. Foi para reagir contra essa vulgata que em 1971 o senhor escreveu um segundo texto, dessa vez intitulado "Raça e cultura"?[45]

C.L.-S.: Foi fruto também de uma encomenda da UNESCO, para uma conferência solene destinada a inaugurar um ano internacional de luta contra o racismo.

D.E.: Em seguida o senhor disse: "Este texto escandalizou e era este seu objetivo."

C.L.-S.: Talvez seja um pouco forte. Uma coisa é certa: ele provocou escândalo; na UNESCO, em todo caso. Vinte anos depois de *Raça e história,* pediam-me para voltar a falar do racismo, esperando talvez que eu repetisse o que já tinha dito. Não gosto de me repetir; e, além do mais, muitas coisas tinham acontecido durante os últimos vinte anos, entre as quais, no que me diz respeito, uma irritação crescente diante de uma exibição periódica de bons sentimentos, como se isso bastasse. Parecia-me, ao contrário, que de um lado os conflitos raciais só se agravaram e de outro que, no espírito do público, criava-se uma confusão em torno de noções como racismo e anti-racismo, e que de tanto ampliá-las levianamente, alimentava-se o racismo em vez de enfraquecê-lo.

D.E.: Dessa vez o senhor falava das diferenças que separam e opõem as culturas. O que ia de encontro aos seus propósitos anteriores.

C.L.-S.: Absolutamente. De cada duas frases, só tinham lido uma. Um crítico, de *L´Homme*, parece-me, tentou provar que eu tinha mudado minhas intenções, citando, em seu apoio, um longo trecho de "Raça e cultura". Ora, esse trecho já constava de *Raça e história.* Como me parecera oportuno, eu o tinha reproduzido textualmente.

D.E.: O que mais chocou em "Raça e cultura" talvez tenha sido a idéia que o senhor expunha, segundo a qual as culturas querem opor-se umas às outras.

C.L.-S.: No final de *Raça e história*, eu destacava um paradoxo. É a diferença entre as culturas que torna seu encontro fecundo. Ora, esse jogo em comum provoca sua uniformização progressiva: os benefícios que as culturas extraem desses contatos provêm em grande parte de seus distanciamentos qualitativos; mas, no decorrer desses intercâmbios, os distanciamentos diminuem, até anular-se. Não é a isso que assistimos hoje? Diga-se de passagem, a idéia de que, em sua evolução, as culturas tendem a uma entropia crescente que resulta de sua mistura — apresentada, como você dizia há pouco, num texto que se transformou num clássico do anti-racismo (isso me alegra) —, vem em linha direta de Gobineau, denunciado, aliás, como um dos pais do racismo. O que bem mostra a desordem que atualmente reina nos espíritos.

As considerações de Gobineau têm, de resto, uma coloração bem moderna, porque ele reconhece que ilhotas de tranqüilidade podem formar-se pelo efeito do que ele chamava — isso também é muito moderno — "uma correlação entre as diversas partes da estrutura". Ele dá exemplos disso. Esses equilíbrios conseguidos entre misturas vão, ele tem consciência disso, à contracorrente de um declínio que ele considera irreversível.

Que concluir de tudo isso, a não ser que é desejável que as culturas se mantenham diversas, ou que se renovem na diversidade? Apenas — e é o que o segundo texto destacava — é preciso concordar em pagar o preço: a saber, que culturas apegadas a um estilo de vida, a um sistema de valores, zelem por suas peculiaridades; e que essa disposição é saudável, e não — como gostariam de fazer-nos crer — patológica. Cada cultura desenvolve-se graças a seus intercâmbios com outras culturas. Mas é necessário que cada uma oponha certa resistência a isso, caso contrário, logo não terá mais na-

da que seja propriedade particular sua para trocar. A ausência e o excesso de comunicação têm, um e outro, seus riscos.

D.E.: Como explica que seu texto de 1952 tenha tido tanto sucesso e o segundo não?

C.L.-S.: Um apresentava-se como um livrinho; o outro, texto de uma conferência, nunca chegou a ser publicado em separado. E nada posso fazer se o primeiro foi considerado conformista, ao contrário do segundo: ambos formam um todo. Acrescento que o último, em que tentei integrar os conhecimentos da genética das populações, é de leitura mais difícil. Ora, quanto a *Raça e história,* não se passa um ano sem que estudantes de liceu venham procurar-me, me escrevam ou telefonem dizendo: temos que fazer uma dissertação e não compreendemos nada!

D.E.: Que faria o senhor, se a UNESCO hoje lhe pedisse uma nova conferência sobre o mesmo tema?

C.L.-S.: Não corro esse risco!

D.E.: Mas, freqüentemente, alguns jornais, algumas emissoras de rádio pedem sua opinião sobre a questão do racismo e o senhor geralmente recusa-se a responder...

C.L.-S.: Não tenho vontade de responder porque, nesse domínio, boiamos em plena confusão e, seja o que for que eu diga, sei de antemão que será mal interpretado. Como etnólogo, estou convencido de que as teorias racistas são ao mesmo tempo monstruosas e absurdas. Mas ao banalizar a noção do racismo, ao aplicá-la a torto e a direito, esvaziamo-la de seu conteúdo e arriscamo-nos a chegar a um resultado inverso do que o que buscamos. Porque, que é racismo? Uma doutrina precisa, que podemos resumir em quatro pontos. Um: existe uma correlação entre o patrimônio genético de um lado, as aptidões intelectuais e as disposições morais de outro. Dois: esse patrimônio, de que essas aptidões e disposições dependem, é comum a todos os membros de alguns grupos humanos. Três: esses agrupamentos chamados "raças" podem ser hierarquizados em função da qualidade de seu patrimônio genético. Quatro: as diferenças

autorizam as "raças" ditas superiores a comandar, a explorar as outras, eventualmente destruí-las. Teoria e prática indefensáveis por várias razões que depois de outros autores, ou ao mesmo tempo que eles, enunciei em "Raça e cultura" com o mesmo vigor que em *Raça e história.* O problema das relações entre culturas situa-se em outro plano.

D.E.: Então, para o senhor, a hostilidade de uma cultura com relação a outra não é racismo?

C.L.-S.: A hostilidade ativa, sim. Nada pode autorizar uma cultura a destruir, tampouco oprimir, uma outra. Essa negação da outra apoiar-se-ia inevitavelmente em razões transcendentais: as razões do racismo, ou equivalentes. Mas que algumas culturas possam, respeitando-se, sentir maiores ou menores afinidades umas pelas outras, é uma situação que existiu, de fato, em todos os tempos. Ela fez parte das regras normais das condutas humanas. Ao denunciá-la como racista, arriscamo-nos a fazer o jogo do inimigo, porque muitos ingênuos dirão: se isso é racismo, então eu sou racista.

O senhor conhece minha atração pelo Japão. Se em Paris, no metrô, eu avistasse um casal com aparência japonesa, olharia para ele com interesse e simpatia, pronto para ajudá-lo. Isto é racismo?

D.E.: Se o senhor o olha com simpatia, não; mas se o senhor me tivesse dito: olho-os com ódio, eu lhe responderia: sim.

C.L.-S.: Entretanto, baseei-me na aparência física, no comportamento, na harmonia da língua. Na vida cotidiana, todo mundo faz o mesmo para situar um desconhecido na carta geográfica... Seria preciso ser muito hipócrita para pretender proibir esse tipo de aproximação.

D.E.: Existem aparências físicas que lhe provocam antipatia?

C.L.-S.: Você quer dizer tipos étnicos? Não, claro. Todos incluem subtipos, dos quais uns nos parecem atraentes, outros não. Em algumas comunidades indígenas brasileiras,

sentia-me rodeado de seres lindos; outras proporcionavam-me o espetáculo de uma humanidade degradada. As mulheres nambiquara em geral pareceram-me mais bonitas do que os homens; o contrário entre os bororo. Ao fazer tais julgamentos, aplicamos os cânones de nossa cultura. Só valem, no caso, os cânones dos interessados.

Da mesma forma, pertenço a uma cultura que tem um estilo de vida, um sistema de valores distintivos; e então, culturas muito diferentes não me seduzem automaticamente.

D.E.: O senhor não gosta delas?

C.L.-S.: Seria exagero. Se as estudo como etnólogo, faço-o com toda objetividade e até com toda empatia de que sou capaz. O que não impede que certas culturas combinem mais facilmente do que outras com a minha.

D.E.: Raymond Aron menciona uma carta que o senhor lhe mandou, em 1967, a propósito da política israelense: "Não posso, evidentemente, sentir como um ferimento recente no peito", escrevia o senhor, "a destruição dos peles-vermelhas, e reagir de outra forma quando se trata de árabes palestinos, mesmo que (como é o caso) os breves contatos que tive com ò mundo árabe me tenham inspirado uma antipatia profunda...[46]"

C.L.-S.: A expressão é exagerada. Escrevia ao sabor da pena, e não queria que Aron se equivocasse com minha atitude, atribuindo-me sentimentos pró-árabes. Entretanto, é verdade que, no decorrer de uns meses passados em alguns países islâmicos — o Paquistão e o que hoje é Bangladesh — não "me liguei", como se diz. Em *Tristes trópicos,* confessei isso.

Mais cedo ou mais tarde, todo etnólogo se vê diante desse tipo de situação. Robert Lowie foi um grande etnólogo que me honrou com sua amizade. Seus trabalhos sobre os *crow* e os *hopi* são importantes. Entretanto, confessava-me que se entendera perfeitamente com os primeiros, ao passo que mal suportava os segundos.

D.E.: Na verdade, quando o interrogam sobre o racismo, é menos sobre as relações entre culturas diferentes, em continentes diferentes, do que sobre a sociedade francesa atual e sobre o que chamamos a "sociedade pluricultural". O ano passado, chegou mesmo a correr o rumor de que o governo cogitava no senhor para presidir a comissão encarregada de reformar o Código da Nacionalidade, mas que tinha desistido porque poderia parecer chocante que um etnólogo fosse chamado a colaborar.

C.L.-S.: Se o que você diz é verdade, é engraçado que tenham tido receio de chocar os imigrantes comparando-os aos povos que os etnólogos estudam, como se, implicitamente, estabelecessem uma hierarquia entre as culturas.

D.E.: Se bem compreendi sua definição do racismo, o senhor considera que não existe racismo na França de hoje.

C.L.-S.: Observam-se fenômenos inquietantes, mas que — exceto quando matam um árabe porque é árabe, o que deveria ser punido na hora e sem piedade — não tem origem no racismo, no sentido forte do termo. Existem e existirão sempre comunidades inclinadas a simpatizar mais com aquelas cujos valores e tipo de vida não se chocam com os seus próprios; menos com outras. O que não impede que, mesmo com estas últimas, as relações possam e devam permanecer tranqüilas. Se meu trabalho exige silêncio e se uma comunidade étnica se acomoda ao barulho, ou até se compraz com ele, não a censurarei e não incriminarei seu patrimônio genético. Contudo, preferirei não viver muito perto dela, e não me agradará se, sob esse pretexto indigno, tentarem culpabilizar-me.

D.E.: Em 1988, uma sociedade pode ser monocultural, considerando-se as flutuações populacionais, as migrações, a imigração...

C.L.-S.: Monocultural não significa nada, porque jamais existiu uma sociedade assim. Todas as culturas resultam de flutuações, de empréstimos, de miscigenações, que não pararam de acontecer, embora em ritmos diferentes, desde a

origem dos tempos. Todas pluriculturais pelo seu modo de formação, cada sociedade elaborou, no correr dos séculos, uma síntese geral. E a essa síntese, que constitui sua cultura em determinado momento, elas se apegam mais ou menos rigidamente. Quem pode negar que hoje existe uma cultura japonesa, uma cultura americana, mesmo levando-se em conta as diferenças internas? Não existe país que seja, mais do que os Estados Unidos, produto de uma miscigenação, e no entanto existe um *American way of life*, a que todos os habitantes do país são apegados, seja qual for sua origem étnica.

Já que você me perguntou sobre a França, responder-lhe-ei que, nos séculos XVIII e XIX, seu sistema de valores representava, para a Europa e além, um pólo de atração. A assimilação dos imigrantes não era problema. Hoje também não o seria se, desde a escola primária, e depois, nosso sistema de valores se mostrasse a todos tão sólido, tão atuante como no passado.

D.E.: Todas as sociedades ocidentais defrontam-se visivelmente com o problema da assimilação impossível: a Inglaterra, a Alemanha... Nesses países, a assimilação das culturas parece tão difícil quanto na França.

C.L.-S.: As sociedades ocidentais não conseguem conservar ou suscitar valores intelectuais e morais que sejam fortes a ponto de atrair pessoas vindas de fora, a ponto de que elas desejem adotá-los; então, sem dúvida, existe motivo para alarmar-se.

D.E.: Seus trabalhos, e principalmente os textos que acabamos de mencionar, muitas vezes foram interpretados como sendo paralelos aos movimentos de colonização. Que é que o senhor acha disso?

C.L.-S.: Leio isso de vez em quando. Li até, recentemente, que o sucesso de *Tristes trópicos* estava ligado à escalada do terceiro-mundismo. Há um contra-senso aí. As sociedades cuja defesa eu tomava, e das quais esforçava-me por ser testemunha, estão mais ameaçadas pelo terceiro-mundismo do que o estavam pela colonização. Os governos

dos países que conquistaram sua independência após a última guerra não têm a menor boa vontade para com as culturas ditas atrasadas que ainda existem em seu seio. Há um segundo motivo, cuja confissão talvez lhe pareça cínica: eu não me debruço sobre homens, mas sobre crenças, costumes e instituições. Portanto, defendo esses pequenos povos que querem permanecer fiéis ao seu modo de vida tradicional, longe dos conflitos que dividem o mundo moderno. Os que saem desse estado e tomam partido em nossos conflitos criam problemas políticos e mesmo geopolíticos; todos sabemos que, neste assunto, os casos de consciência raramente situam-se num único lado.

D.E.: O senhor desconfia mais do terceiro-mundismo do que da descolonização?

C.L.-S.: O colonialismo foi o maior pecado do Ocidente. Contudo, sob o aspecto da pluralidade e da vitalidade das culturas, não acho que com seu desaparecimento se tenha dado um grande passo à frente.

D.E.: Tentou-se, com a etnologia, um processo inverso: a etnologia teria começado, ao contrário, ligada ao colonialismo. Essa perspectiva lhe parece justificada?

C.L.-S.: Que a etnologia nasceu e desenvolveu-se à sombra do colonialismo é um fato histórico. Entretanto, de maneira diferente, oposta até ao empreendimento colonial, os etnologos procuraram salvaguardar crenças e modos de vida cuja memória as culturas vinham perdendo em ritmo acelerado.

D.E.: Algumas pessoas chegaram a dizer que a etnologia estava perpetuando a dominação colonial após seu desaparecimento. Essas considerações às vezes partiam de pessoas que tinham trabalhado com o senhor, como Robert Jaulin.

C.L.-S.: Ele trabalhou no Laboratório de Antropologia Social há mais ou menos trinta anos, mas logo nos separamos por incompatibilidade de gênio. Quando, após as destruições de que foram vítimas, os povos indígenas querem restabelecer relações com seu passado, é comum recorrerem

aos livros dos etnólogos para ajudá-los nisso. Conheço vários exemplos.

D.E.: Segundo essas críticas, o ocidental mantém sua superioridade sobre a cultura que observa.

C.L.-S.: Não se trata de superioridade do observador, mas da supremacia da observação. Para observar, é preciso estar por trás. Pode-se — é uma opção ética — preferir (mas isso é possível?) fundir-se na comunidade de cuja existência se participa, identificar-se com ela. O conhecimento está do lado de lá.

D.E.: Então o conhecimento só nasce do distanciamento entre o sujeito e o objeto?

C.L.-S.: É um aspecto. Num segundo momento, nos empenharemos em juntá-los. Não existiria conhecimento possível se não distinguíssemos os dois momentos; mas a originalidade da pesquisa etnográfica consiste nesse incessante vaivém.

D.E.: Em seu livro sobre a razão gráfica, Jack Goody levanta o problema das relações entre o observador e a sociedade, que ele estuda sob uma luz particularmente interessante: quando estudamos tradições orais, civilizações que não conhecem a escrita, o simples fato de transcrevermos essas tradições as modifica e impõe-lhes as categorias de percepção do observador, de sua sociedade. Que é que o senhor diz a respeito?

C.L.-S.: A advertência parece-me legítima, mas trivial. Porque isso é válido para todas as observações, inclusive as das ciências mais avançadas. É óbvio que devemos ter consciência de que, ao transcrever uma observação, seja ela qual for, não conservamos os fatos em sua autenticidade primeira: traduzimo-los em outra língua, e perdemos algo no caminho. Mas que devemos concluir disso? Que não podemos nem traduzir, nem observar?

*

D.E.: Há pouco falamos do racismo. Na juventude, ou mais tarde, em sua carreira, o senhor, como judeu, foi vítima dele?

C.L.-S.: Seria indecente de minha parte se eu levasse em consideração a abominável, a fulminante catástrofe que se abateu sobre uma fração da humanidade de que faço parte, já que tive a chance de escapar dela. Por comparação, dela sofri apenas alguns efeitos modestos: espoliação, a vida de meu pai abreviada por provações e preocupações... é claro, porém, que ela desviou substancialmente meu destino.

Na minha infância, ainda acontecia sermos insultados na escola comunal (como a chamávamos então) e no liceu.

D E . : 0 senhor passou por situações semelhantes às que François Jacob descreve em suas memórias?[47]

C.L.-S.: Sim, e como sou mais velho, provavelmente passei por elas mais vezes.

D.E.: E depois?

C.L.-S.: O anti-semitismo conseguiu ter sua influência nessa ou naquela dificuldade de carreira; mas, a título de componente menor, respeitou a discrição inspirada por minhas idéias ou por minha pessoa.

D.E.: O senhor sempre foi partidário da "assimilação", e jamais assumiu uma "identidade" judia. Mas o senhor conhece a frase de Métraux a seu respeito, anotada no diário dele: "É o tipo perfeito do intelectual judeu."

C.L.-S.: Isso não me aborrece. Nós não somos espíritos puros, e me parece natural, principalmente da parte de um etnólogo, que para avaliar um indivíduo o recoloquemos em seu contexto.

D.E.: A frase não o aborrece, mas que sentido lhe atribui?

C.L.-S.: Primeiro, seria necessário saber que sentido Métraux lhe atribuía. Nossas conversas nunca versaram sobre isso. Admito que algumas atitudes talvez sejam mais correntes entre judeus do que alhures.

D.E.: Por exemplo?

C.L.-S.: As que resultam do sentimento profundo de pertencer a uma comunidade nacional, consciente de que, no seio dessa comunidade — cada vez menos, concordo —, há pessoas que nos rejeitam. Mantemos uma sensibilidade alerta, acompanhada do sentimento injustificado de que, em qualquer circunstância, temos que fazer um pouco mais do que os outros para desarmar críticas latentes. Fico indignado ao pensar que essa esquisitice tão explicável possa desagradar. Gobineau, que não era anti-semita, descrevia o espírito judeu como pesquisador por natureza, desejoso de adquirir entre as riquezas do mundo "tanto o que é ciência como o que é ouro". Métraux atribuía-me, creio, o primeiro tipo de apetite.

D.E.: Seja como for, o senhor jamais reivindicou nem afirmou seu judaísmo.

C.L.-S.: Para meus pais, o judaísmo já não passava de uma lembrança. Antes de visitar Israel, hesitei por muito tempo, porque retomar um contato físico com suas próprias raízes constitui uma experiência terrível.

D.E.: Quando esteve lá?

C.L.-S.: Em 1984-1985. O Museu de Israel tinha-me convidado para presidir um simpósio internacional sobre a arte, meio de comunicação nas sociedades sem escrita.

D.E.: E o que sentiu?

C.L.-S.: Sei que sou judeu e a antigüidade do sangue, como se dizia em outras épocas, agrada-me. Lá, me senti mais desconcertado do que nunca diante da solução de continuidade — mais ou menos dois mil anos — entre a partida da Palestina e o início do século XVIII, quando encontro meus ancestrais estabelecidos na Alsácia. Que se passou nesse intervalo? Faltam-me a seqüência histórica, as etapas figuradas dessa peregrinação, e precisaria delas para perceber a realidade da ligação com um passado tão distante, que se reduz a um conhecimento abstrato. Significa dizer-lhe que, em Israel, em nenhum momento tive a impressão de tocar concretamente minhas raízes. Israel interessou-me prodi-

os valores de verdade e de justiça, a fazer a distinção entre as pessoas de bem e os outros. Tudo predispunha Zola a apaixonar-se pelo Caso Dreyfus; poderia tê-lo criado como argumento de romance.

Além do mais, que existe de comum entre a defesa de um inocente e a busca paciente e difícil de uma arbitragem entre interesses políticos e econômicos, reivindicações dentre as quais nenhuma pode ser traçada numa penada? Essa busca deve apoiar-se num conhecimento aprofundado dos homens, do meio, de determinadas soluções para problemas comparáveis que surgem na mesma região do mundo.

Não nos ocupamos de tais problemas por espírito de sistema. Diante de um assunto que toca de perto a sua disciplina, um etnólogo deve mostrar-se particularmente escrupuloso. Nunca estive na Nova Caledônia, nem em outras ilhas dos mares do Sul, e pertenço a uma disciplina que tem por credo a observação direta. Se os poderes públicos se tivessem interessado sobre o que eu poderia pensar sobre a Nova Caledônia, teria ido até lá de bom grado, desde que me garantissem que eu seria aceito. Também deveria observar o que acontece em Samoa, em Fidji, na Melanésia.

Posso confessar-lhe? Depois de *Tristes trópicos*, por momentos imaginei que este ou aquele órgão de imprensa iria convidar-me para uma grande reportagem. Se isso tivesse acontecido, talvez eu tivesse noções mais claras sobre alguns problemas contemporâneos.

D.E.: É pena que ninguém lhe tenha proposto isso.

C.L.-S.: Não, porque eu não teria escrito os mesmos livros. Melhores ou piores, não sei. Em todo caso, teria sido diferente.

Para encerrar este ponto, permita-me dizer-lhe que muitas vezes intervenho em assuntos sobre os quais, com ou sem razão, acho que sou competente. Mas não sinto necessidade de botar a boca no mundo.

D.E.: Por exemplo?

C.L.-S.: A defesa e a proteção das culturas ameríndias. No ano passado, estive, com uma delegação, no gabinete do ministro dos Departamentos de Além-Mar, para falar da Guiana.

D.E.: Em seu discurso de entrada para a Academia Francesa o senhor citou uma frase de Montherlant: "Os jovens não precisam de um modelo intelectual, mas de um modelo de conduta." O senhor é contrário aos modelos intelectuais?

C.L.-S.: É um papel que condena a enganar seu mundo, exceto a um santo, quando muito!

D.E.: Algumas vezes o colocaram na categoria dos modelos intelectuais?

C.L.-S.: Parece-me, antes, que recentemente disseram que não existem mais modelos intelectuais, o que é verdade.

D.E.: O senhor acrescentava que Montherlant fez um juízo profético quando disse que as sociedades pagam muito caro o fato de terem constituído a juventude como uma entidade separada.

C.L.-S.: E indício de que as gerações que estão sendo substituídas não estão mais seguras de seus valores. Vejo aqui, da parte delas, uma espécie de demissão.

DE.: O senhor não acha que se pode fazer um chamamento à juventude para restaurar esses valores?

C.L.-S.: As sociedades se mantêm porque são capazes de transmitir seus princípios e seus valores de uma geração a outra. A partir do momento em que se sentem incapazes de transmitir alguma coisa, ou não sabem mais o que transmitir e confiam nas gerações que as sucedem, elas estão doentes.

D.E.: Encerrando seu discurso, o senhor declarava que um pessimismo radical como o de Montherlant talvez representasse o único meio de dar chances a um otimismo moderado. Essa fórmula, realmente, traduz a sua posição?

C.L.-S.: Disse isso muitas vezes. Se queremos dar oportunidade a um humanismo moderado, é preciso que o homem modere sua vaidade pueril e se convença de que sua

passagem pela terra, que, seja como for, terá um fim, não lhe confere todos os direitos.

D.E.: A última frase de *O homem nu:* "Ou seja, nada", que de alguma forma é "a" derradeira palavra de *Mitologias,* fez com que esbanjassem muita tinta a respeito do seu "pessimismo".

C.L.S.: Sobretudo, não percebem que essas últimas páginas tiraram sua inspiração da conclusão do *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas,* de Gobineau. Tenho o livro aqui na minha frente, permita-me abri-lo... Veja: "Ao pararmos exatamente nos instantes que devem preceder de pouco o último suspiro de nossa espécie, ao desviar-nos dessas idades invadidas pela morte, em que o globo, tornado mudo, continuará, mas sem nós, a descrever suas órbitas impassíveis no espaço, etc." Isso não lhe evoca nada? Eu até quis, bem no fim, encaixar na última frase a palavra "impassível", como "assinatura" (no sentido que lhe davam os antigos alquimistas) de Gobineau. Nos meus livros podem ser encontradas outras citações veladas.

D.E.: Se ninguém percebeu isso, talvez tenha sido porque essa referência pode parecer paradoxal. A imagem de Gobineau não é tão positiva assim. Principalmente no que se refere ao problema racial. Ele é um dos seus autores prediletos?

C.L.-S.: Como homem, talvez Gobineau estivesse impregnado de preconceitos racistas. Muitos eram próprios de sua época. E, não mais do que o faziam então, ele não distinguia claramente entre noção de raça e de cultura. Se concordarmos em esquecer as passagens em que os preconceitos superam a reflexão (outros andam em sentido contrário: o racismo de Gobineau era intermitente, manifestava-se aos arrancos); e se concordarmos em ler "cultura" onde ele escreveu "raça": reconheceremos nele, além do grande autor das *Pléiades,* de *Souvenirs de voyage,* de *Nouvelles asiatiques,* um pensador original e profundo. Foi ele quem melhor compreendeu que leituras da história em escalas temporais

diferentes não se somam; anulam-se. Esforcei-me por dar forma a isso no último capítulo de *O pensamento selvagem.*

O sistema de Gobineau não exige que culturas originais (para ele, aliás, eram hipóteses teóricas) fossem desiguais no início: bastava enunciá-las diferentes, e foi o que ele fez com maior freqüência. Apenas, como todos os seus contemporâneos, ele se curvava diante do êxito histórico do Ocidente e, para integrá-lo, devia tergiversar com sua intuição primitiva. Se você pensar nisso, ainda é esse o obstáculo que até o relativismo cultural encontra mais dificuldade para transpor.

D.E.: Terminar uma série de livros como as *Mitologias* com essa constatação desiludida de que, dos empreendimentos do homem, "nada" resta, é quase proclamar um credo filosófico. Já pretenderam enxergar nesse "nada" a expressão de sua filosofia profunda.

C.L.-S.: Nunca disse isso. Disse que o homem devia viver, trabalhar, pensar, manter a coragem, embora sabendo que não estará sempre presente na terra, que esta terra um dia deixará de existir, e que, então, nada restará de todas as obras do homem. Não é exatamente a mesma coisa.

Minha "filosofia profunda", como você diz, tropeça nessa contradição e curva-se diante dela. De um lado, deponho minha fé no conhecimento científico. Tudo o que os físicos e os biólogos ensinam me apaixona; nada estimula mais minha reflexão. Ao mesmo tempo, parece-me que cada problema resolvido, ou que acreditamos resolvido, faz surgir novos problemas, e assim por diante, indefinidamente; de modo que nos compenetramos cada vez mais da certeza de que nossa capacidade de pensar é e permanecerá sempre inadequada ao real, de que a natureza do real escapa a qualquer esforço de representação. Foi Kant quem primeiro nos ensinou isso. Mas Kant, que se moldava a um poder de conhecer irremediavelmente enfermo, devido a algumas antinomias, esperava encontrar na vida moral um fundamento absoluto. Hiperkantiano, se me permite dizer, eu englobo a vida moral na problemática da razão pura: ela também tem suas antino-

mias, impossíveis de superar, E mais ainda: porque se o conhecimento científico abre-nos para o imensamente grande e o imensamente pequeno de perspectivas bem mais vertiginosas do que Pascal imaginava, ele nos demonstra nossa insignificância. Quer desapareça a humanidade, quer desapareça a Terra, nada mudará na marcha do cosmos. Donde um último paradoxo: não temos a mínima certeza de que esse conhecimento que nos revela nossa insignificância tenha alguma validade. Sabemos que não somos nada ou que não somos grande coisa e, sabendo-o, nem sequer sabemos se este saber é um saber. Pensar o universo como imensurável pelo pensamento, obriga-nos a pôr em dúvida o próprio pensamento. Não saímos disso.

Então, e o ceticismo radical que você parecia imputar-me? Não existe. Porque mesmo que nos dediquemos a andar de aparências em aparências, não é indiferente saber que é sensato parar em algum lugar, e onde parar. Entre as aparências superficiais e a busca estafante de um sentido por trás do sentido que nunca é o bom, uma experiência plurimilenar parece mostrar que existe um nível intermediário em que os homens sentem prazer em situar-se, porque lá encontram mais conforto moral e intelectual, lá sentem-se melhor ou menos mal que alhures, sem recorrer a outras considerações se não as hedonistas: esse é o nível do conhecimento científico, da atividade intelectual e da criação artística. Pois bem, apeguemo-nos a isso e, resolutamente, "comportemo-nos assim", a fim de acreditar nisso para todos os fins práticos, não sem, de tempos em tempos, acenarmos com compreensão para um *memento mori* que engloba nosso universo e, com ele, nós próprios.

D.E.: O senhor pode entender que às vezes o tenham acusado de "anti-humanismo"?

C.L.-S.: Responder-lhe-ei que um humanismo bem ordenado não começa por si mesmo. Ao isolar o homem do resto da criação, o humanismo ocidental privou-a de um talude protetor. A partir do momento em que o homem não conhece

mais limites para seu poder, ele próprio acaba por destruir-se. Vejam-se os campos de concentração e, noutro plano, de modo insidioso, mas agora com conseqüências trágicas para toda a humanidade, a poluição.

D.E.: Recentemente, alguns ensaístas e jornalistas tentaram estabelecer uma ligação entre a negação de uma filosofia do indivíduo, o anti-humanismo e o totalitarismo, no sentido de que só uma filosofia do indivíduo seria capaz de estabelecer uma política dos direitos do homem.

C.L.-S.: Encontramo-nos diante de tal acúmulo de mal-entendidos, que não tentaria desfazê-los um a um. Seria necessário muito mais tempo do que esse tipo de objeções merece. De resto, eu próprio dediquei algumas reflexões aos direitos do homem num texto que integra o último capítulo de *Olhar remoto:* originalmente, uma exposição perante uma comissão parlamentar diante da qual fora chamado a testemunhar pelo presidente da Assembléia Nacional.

Mesmo não sendo uma filosofia do indivíduo, nem sequer uma filosofia, o estruturalismo pode enfrentar esse tipo de problema; talvez consiga sair dos caminhos batidos e dar suas próprias respostas.

O que eu propus? Propus que os direitos do homem não se baseassem mais, como foi feito após a Independência Americana e a Revolução Francesa, no caráter único e privilegiado de uma espécie viva, mas, ao contrário, que se visse nisso um caso particular de direitos reconhecidos a todas as espécies. Seguindo essa direção, dizia, estaremos em condições de conseguir um consenso mais amplo do que o que uma concepção restrita dos direitos do homem consegue, já que nos encontraríamos no tempo com a filosofia estóica; e no espaço, com as filosofias do Extremo-Oriente. Estaríamos, até, no mesmo nível de atitude prática que os povos chamados primitivos, que são objeto de estudo dos etnólogos, têm diante da natureza; algumas vezes sem teoria explícita, mas observando preceitos cujo efeito é o mesmo.

D.E.: É por negar esse privilégio atribuído à espécie humana sobre as outras espécies, esse *tête-à-tête* do homem consigo mesmo, que no "Finale" de *O homem nu* o senhor usa palavras tão severas com relação à filosofia do indivíduo, da consciência, etc.

C.L.-S.: Mais uma vez, admito plenamente que outros tenham interesses diferentes dos meus. A descrição, a análise podem acontecer em diversos níveis, que aceito como legítimos. O que me parece insuportável nessa discussão sobre o "indivíduo" é a intolerância dos seguidores de uma tradição filosófica que remonta a Descartes. Tudo começa pelo indivíduo, só o que conta é o indivíduo, etc. Quis encarar as coisas sob outro ângulo, e não admito que me contestem esse direito.

D.E.: Na época, o senhor refutava a filosofia tradicional com mais energia.

C.L.-S.: Porque ela aspirava à exclusividade. Era preciso lutar para disputar com ela um lugar ao sol. Ao concordar em ser apenas uma abordagem entre outras, o conflito desaparece.

CAPITULO 17

LITERATURAS

D.E.: Quando lemos os textos que o senhor dedicou à literatura, freqüentemente vêmo-lo assumir distanciamentos com relação à crítica literária estruturalista.

C.L.-S.: Que pensa sê-lo. Que faz do termo estrutura um uso arbitrário e cola-o como uma etiqueta em qualquer mercadoria. Sinto-me vítima de um embuste intelectual quando pretendem, ao eleger produções indigentes como objeto de estudo, o que acontece com freqüência, classificá-las como obras-primas (já que é nelas que vamos buscar ensinamentos).

Esse pretenso estruturalismo, na verdade, não passa de um álibi que se oferece à mediocridade. A esse respeito, expliquei-me no "Finale" de *O homem nu.*

D.E.: O senhor acha que existe uma hierarquia entre as obras?

C.L.-S.: Se me disponho a fazer a análise estrutural de uma obra literária, opto por um poema de Baudelaire, não pelas palavras de um *chansonnier.*

D.E.: E muito engraçado, porque um livreto recente transformava-o em um dos instigadores de um movimento que

supostamente trabalhava para abolir hierarquias entre obras culturais.

C.L.-S.: Não li esse trabalho, e não sei o que a imprensa disse a respeito.

D.E.: Mas que lhe parece o fato de que possam acusá-lo de ter contribuído para abolir as hierarquias devido a seus textos sobre o relativismo cultural?[49]

C.L.-S.: Não devemos confundir os dois sentidos do termo cultura. Em sua acepção geral, cultura designa o enriquecimento esclarecido do juízo e da capacidade de distinção. Na linguagem técnica dos antropólogos, é outra coisa; segundo a definição clássica de Tylor, que sou capaz de recitar, de tal forma é essencial para nós, "cultura são os conhecimentos, crenças, arte, moral, direito, costumes, e todas as outras aptidões ou hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade". Na cultura tomada no segundo sentido, tudo é objeto de estudo: tanto as produções que no primeiro sentido julgaríamos as mais baixas, como as mais nobres. O relativismo cultural contenta-se em afirmar que uma cultura não dispõe de um critério absoluto que a autoriza a aplicar essa distinção às produções de uma outra cultura. Em contrapartida, cada cultura, no que tange a si mesma, pode e deve tê-lo, porque seus membros são ao mesmo tempo observadores e agentes.

Como agente, o *rock* e os bandos organizados não me atraem — falo por eufemismo! Como observador, vejo na voga desses dois gêneros um fenômeno sociológico que deve ser estudado como tal, seja qual for o critério dé valor moral e estético que adotarmos. Incensar a "cultura *rock*" ou a "cultura dos bandos organizados", é desviar uma acepção do termo cultura em proveito de outra, é cometer uma malversação intelectual. Mas tomar o partido oposto, ou seja, acusar a etnologia de corromper o espírito público, pelo simples fato de que ela aponta, ou lhe apontam, esse campo de estudo, seria, guardadas as proporções, o mesmo que denunciar como os apóstolos do vampirismo e da coprofilia as

pessoas que se dedicam à tarefa tão necessária de fazer análises nos laboratórios biológicos.

D.E.: O senhor falou de Baudelaire. Aludia à análise de um soneto que o senhor e Jakobson fizeram?[50]

C.L.-S.: Sim. Um dia, quando estava em Paris, Jakobson expôs-me suas idéias sobre a análise estrutural da poesia. Deu-me exemplos ingleses, russos, alemães, mas acrescentou que o caso da poesia francesa o confundia. Suas perspectivas me haviam seduzido de tal forma, que me recusava a crer que não se aplicassem também à poesia francesa. Quando ele se despediu, "Os gatos" — um dos raros poemas que sei de cor — começou a agitar-se em minha cabeça. Pouco a pouco esboçaram-se os contornos de uma interpretação na linha traçada por Jakobson. Atrelei-me a uma análise que mal me atrevo a chamar lingüística, tão simplista e desajeitada era, e escrevi a Jakobson contando o resultado das minhas cogitações. Ele se entusiasmou, o que fazia com freqüência, conservou alguns elementos de minha análise, corrigiu outros e acrescentou muitos. Quando voltou a Paris, sentamo-nos aqui neste escritório. Eu empunhava a pena, e redigimos juntos, pesando e discutindo cada palavra. Isso durou todo o dia.

D.E.: Esse episódio não teve continuidade?

C.L.-S.: Não sou lingüista e não podia continuar sozinho esse tipo de experiência. Jakobson continuou e publicou outras análises de poemas, sempre com o mesmo espírito.

D.E.: Já que estamos falando de literatura, poderia dizer-me quais são seus escritores prediletos?

C.L.-S.: Conrad, já falamos nele; Balzac, Chateaubriand... Proust, é claro. E Rousseau.

D.E.: Quando o senhor cita Chateaubriand, suponho que seja o Chateaubriand de *Memórias de além-túmulo.*

C.L.-S.: No início. Mas também o Chateaubriand de um livro tão desigual e aborrecido como *Gênio do cristianismo,* onde encontramos considerações surpreendentes.

D.E.: E Balzac? Alguns capítulos de *Mitologias* intitulam-se "Cenas da vida privada" ou "Cenas da vida provincial"...

C.L.-S.: Fui obrigado a lê-lo de ponta a aponta uma boa dezena de vezes e, como tenho uma memória inconstante, cada vez que o releio parece-me ser a primeira. Não se passa um ano sem que eu volte a Balzac.

D.E.: Que romance prefere? *O primo Pons ?*

C.L.-S.: Haveria centenas de razões para que fosse *O primo Pons,* mas *O avesso da história contemporânea* me cativa. E um Balzac próximo de Dickens, que também deveria alinhar entre meus autores prediletos *(Grandes esperanças* é um dos mais belos livros que conheço). Em Dickens, como em Balzac, principalmente em *O avesso da história contemporânea,* ouço um acorde ao qual sou particularmente sensível: o acorde do fantástico urbano.

D.E.: Quanto a Rousseau, talvez devêssemos situá-lo entre os autores que o influenciaram intelectualmente?

C.L.-S.: De Rousseau, eu diria, como d'Alembert: "Ele não me convence, mas me agita." Embora pouco atraído pelo pensamento político, a beleza da construção me fascina. Minha admiração por Rousseau é, antes de tudo, estética: que estilo! Ele diz em cinco palavras o que eu precisaria de quinze para dizer. E depois há todas as espécies de considerações tão complexas que sinto dificuldade em desemaranhá-las. Rousseau foi um dos primeiros a prever o futuro das pesquisas etnológicas, e tentou aproximar as ciências naturais e a literatura. Um destino incomum fez dele um observador dotado de uma sensibilidade à flor da pele. Em toda a sua obra ele busca a união do sensível e do inteligível, o que eu também tento fazer por outras vias e tomando as coisas por outro ponto: pelo primado do intelecto em vez do sentimento; mas, para ele e para mim, a necessidade de uma reconciliação é a mesma.

Num diálogo anterior eu disse que Marx foi o primeiro a aplicar o método dos modelos às ciências humanas. Talvez fosse justo abribuir esse mérito a Rousseau, em *Discurso*

sobre a origem da desigualdade, mesmo que seus modelos estivessem ainda demasiado distantes da realidade para conseguir atingi-la. As *Confissões* fazem-me reviver uma sociedade desaparecida, descrita com a mesma acuidade, o mesmo lirismo discreto de um quadro de Chardin ou de Drolling. Finalmente, *A nova Heloísa,* que ninguém mais lê, embora seja o primeiro romance plenamente moderno (Mme de Lafayette tinha criado um certo gênero romanesco), lembre-se: uma jovem de boa família tem um amante; casam-na com um homem mais velho do que ela. Ela lhe conta tudo, e a primeira coisa que ele faz é instalar o amante no âmbito familiar, causando com isso a desgraça de todos. Jamais saberemos se ele agiu por sadismo, por masoquismo, em nome de uma moral obscura, ou simplesmente por burrice. Essa relação do autor com personagens que ele não manobra como marionetes e que, como na vida, permanecem opacas, será encontrada mais tarde em Dostoiévski e em Conrad. E tudo isso, como os *Devaneios,* perpassado por um intenso sentimento da natureza... Viu, Rousseau me agita!

D.E.: Pensava mais numa influência intelectual, porque o título de uma de suas conferências, reproduzida em *Antropologia estrutural,* II, era: "Rousseau, fundador das ciências do homem".

C.L.-S.: Foi um pouco forçado, devido às circunstâncias: uma cerimônia solene em Genebra, comemorando os duzentos e cinqüenta anos de seu nascimento; mas não foi falso.

D.E.: Lá o senhor dizia que "todo etnólogo escreve suas *Confissões".* Porque deve passar pelo eu, para libertar-se do eu. Entretanto, o senhor sempre afirmou não ter o sentimento de identidade pessoal, do eu.

C.L.-S.: Não vejo contradição alguma. Se se tem esse sentimento de identidade pessoal, a gente deve esforçar-se mais ainda para recompor-se como um eu ao sair de situações excepcionais. A experiência etnográfica constitui uma investigação experimental de alguma coisa que lhe escapa.

Se soubesse perfeitamente o que sou, não teria necessidade de ir procurar-me em aventuras exóticas.

D.E.: O senhor não o sabia?

C.L.-S.: Muito mal.

D.E.: Essa é uma característica pessoal sua ou é uma característica do espírito humano?

C.L.-S.: Não me gabo disso como de uma particularidade. Parece-me que é a sociedade que nos impõe o sentimento de identidade pessoal...

D.E.: E instiga alguém a assinar seus livros: "Claude Lévi-Strauss, da Academia Francesa"?

C.L.-S.: Sim, seja você quem for, para tornar esse "alguém" responsável pelo que diz e faz. Se não houvesse essa pressão social, não estou certo de que o sentimento de identidade pessoal fosse tão forte como o que a maior parte das pessoas pensa experimentar.

D.E.: Voltando a Rousseau: atribuíram-lhe, em determinada época, a intenção de escrever um livro sobre ele.

C.L.-S.: Isso me ocorreu, mas se algumas vezes acariciei a idéia, logo renunciei a ela. Por duas razões, sendo a principal o fato de que uma vasta literatura rousseauísta foi publicada desde o meu tempo de estudante. Para não cometer erros grosseiros ou bater em portas abertas, seria necessário esmiuçar dezenas de livros editados ao longo dos últimos cinqüenta anos. A perspectiva aterrorizou-me.

Segunda razão: minhas relações com Rousseau são ambíguas. Marx e Freud me fazem pensar. Ao ler Rousseau, eu me inflamo. No meu entender, teria dificuldade em separar o subjetivo do objetivo. Acrescento que minha percepção com relação a ele evoluiu. Ou, pelo menos, o lugar que sua obra ocupa em minha vida evoluiu: em alguns aspectos, digamos, como seu pensamento político, distanciei-me dele após meus anos de militância socialista.

D.E.: Por que motivos?

C.L.-S.: *O contrato social é* um livro difícil; talvez o mais difícil de toda a filosofia política. Para poder compreendê-lo,

afasto-me desse *tête-à-tête* entre o indivíduo e a coletividade que ele quer instaurar, de sua rejeição a toda espécie de corpos intermediários, uma vez que, para mim, são eles que dão carne e sangue à vida social.

CAPÍTULO 18

O CONTEÚDO DA PINTURA

D.E.: As *Mitologias* são ilustradas, *do* princípio ao fim, com desenhos, gravuras, croquis...

C.L.-S.: De dois tipos. Os mitos põem em cena toda espécie de animais e de plantas exóticas. Era preciso oferecer ilustrações ao leitor. Com maior freqüência, escolhi velhas gravuras que datavam de épocas em que a zoologia e a botânica não estavam divorciadas do folclore. Isso pareceu-me mais poético e adequado para tornar mais viva a percepção dos mitos.

Por outro lado, só depois de um trabalho tanto manual como intelectual eu conseguia ter uma idéia das complexas transformações que desejava esclarecer. Com papelão, papel e barbante, construía modelos em três dimensões, dos quais muitos de meus esquemas são apenas projeções sobre o plano. Durante meses, e até que se estragou, um desses modelos, com quase um metro de altura, ficou suspenso no teto do Laboratório de Antropologia Social, como um mobile de Calder.

D.E.: O último volume das *Mitologias* até traz na capa uma ilustração de Paul Delvaux.

C.L.-S.: Admiro de longa data a pintura de Delvaux, e muitas vezes, ao estudar um mito, perguntava-me como ele o interpretaria. Quando, através de um intermediário, mandei dizer-lhe como gostaria que ele ilustrasse a capa de *O homem nu,* ele teve a generosidade de aceitar. Curiosamente, o texto inspirou-lhe uma composição belíssima, mas realista. Provavelmente, sua mitologia pessoal não combinava com a dos ameríndios.

D.E.: Já falamos de sua ligação com a pintura, que provém de seus laços familiares. Mas gostaria de voltar à polêmica que, há alguns anos, seguiu-se à publicação do seu texto sobre "O ofício perdido", no qual o senhor expunha suas queixas contra a pintura contemporânea.[51]

C.L.-S.: Não eram queixas! Um certo estado da pintura é parte íntima da minha cultura e da minha biografia. TÉ esse estado que me proporciona emoções estéticas, que põe meu pensamento em ação. Apareceu por volta do século XIII, e durou quase até o início do século XX. O que vem depois pertence a um outro estado. Constato que raramente me emociona, ou não me emociona mesmo, e tento compreender as razões.

D.E.: Citando-a, o senhor fazia sua a frase de Baudelaire a respeito de Manet: "Foi o primeiro na decrepitude de sua arte"?

C.L.-S.: Manet foi um grande pintor; nele encontramos fragmentos deslumbrantes. E, ao mesmo tempo, percebemos em suas telas uma espécie de desassossego, como se elas não atingissem plenamente seu objetivo. De qualquer modo, Manet marca o fim de uma época, o início de outra.

D.E.: Se não conhecêssemos suas declarações sobre a pintura, imaginá-lo-íamos seduzido espontaneamente pelos impressionistas...

C.L.-S.: Mas eu gosto muito deles. Eles deram vida nova a uma arte de pintar ameaçada pela anemia. Eram também grandes pintores, e entendiam de seu ofício. O que não impede que sua intolerância para com formas de pintura tradi-

cionais, o encorajamento que prodigalizaram a um enxame de discípulos que não possuíam nem seu saber nem seu talento, tenham tido uma influência deletéria. O que lhes devemos não durou mais do que *eles:* uns trinta anos.

D.E.: O senhor acha que o "ofício" se perdeu naquele momento?

C.L.-S.: Eles próprios o proclamaram: Monet dizia que conseguia pintar como o pássaro canta. Com isso incentivaram alguns seguidores a esquecer, ignorar, desprezar o ofício.

D.E.: Há pouco o senhor falava de sua história pessoal. Ora, o senhor gostou da pintura moderna.

C.L.-S.: Amei-a apaixonadamente. Lembro-me de que logo que retornamos a Paris, em 1918, depois de ter passado a guerra em Versalhes, meu pai quis ver o que se expunha nas galerias. Como era fiel às tradições dos séculos XVIII e XIX, essas visitas o desmoralizavam. Descrevia-nos os quadros cubistas e, para mim, que mal tinha dez anos, era uma revelação: então podia-se pintar sem representar! A idéia encantava-me. Com tocos de lápis pastel que estavam largados no ateliê, pus-me a fazer o que eu imaginava ser cubismo. Não tinha nada a ver. Ainda revejo minhas composições ingênuas: tudo era achatado, em duas dimensões, sem qualquer busca de volume. Mas uma coisa é certa: aquilo nada representava.

Pouco mais tarde, comecei a freqüentar, por meu turno, a rua La Bóetie. Durante toda minha adolescência, ir visitar os últimos Picasso expostos representava uma espécie de peregrinação: eu ia fazer minhas devoções. Na mesma época, Louis Vauxcelles, crítico muito respeitado, que tinha amizade por meu pai e ia às vezes à nossa casa, propôs-me estrear numa pequena revista de arte que queria lançar (ou relançar, talvez). Como tema para o primeiro artigo, sugeri a influência do cubismo na vida cotidiana, o que decididamente não era do agrado de Vauxcelles, inimigo jurado do cubismo. Contudo, ele concordou. Comecei indo

entrevistar Fernand Léger, que eu admirava; recebeu-me com extrema gentileza. Se o artigo foi publicado? Esqueci.

Mais tarde ainda, por volta de 1929-1930, a revista *Documents* publicava um número especial dedicado a Picasso que continha um artigo assinado por Georges Monnet, o deputado socialista de quem eu era secretário: o artigo é de minha autoria. Monnet não tinha tempo ou vontade de escrevê-lo, deixou que eu cuidasse disso.

D.E.: Que foi que o afastou da arte moderna?

C.L.-S.: Ainda me curvo diante do gênio de Picasso. Hoje, entretanto, parece-me que esse gênio consistiu, principalmente, em dar-nos a ilusão de que a pintura ainda existe. Uma imagem me vem à cabeça: nas costas desoladas em que o naufrágio da pintura nos atirou, Picasso junta e conserta os destroços...

D.E.: Uma tela de Picasso já não o comove mais?

C.L.-S.: A obra de Picasso é vasta e desigual. Há quadros espantosamente bem-feitos.

D.E.: O senhor não vê algum parentesco entre o estruturalismo e o cubismo?

C.L.-S.: É verdade — falamos sobre isso —• que o cubismo conseguiu representar, foi assim com Jakobson, uma via de acesso ao estruturalismo. Quanto ao que me concerne, não. Pondo no mesmo plano os efeitos de perspectiva e as diferenças de iluminação ou o desvio dos valores, o cubismo transformou um modo tradicional de representação. Mas, resumindo, nada mais fez do que substituir uma convenção por outra.

D.E.: Em seu texto, o senhor afirmava que o conteúdo da pintura deve ser exterior à própria pintura, e exaltava a riqueza inesgotável da natureza. O senhor condena, então, toda a pintura não figurativa?

C.L.-S.: Talvez sob a influência dos surrealistas: Breton jamais aceitou essa pintura.

D.E.: Pierre Soulages, o pintor, replicou muito secamente a suas considerações sobre "o ofício perdido". Ele viu, no

seu texto, uma espécie de manifesto em favor da pintura representativa.[52]

C.L.-S.: Concordo.

D.E.: O ofício de pintor, objetava-lhe ele, não consiste em representar qualquer coisa, mas em trabalhar sobre as cores.

C.L.-S.: Para mim, o ofício de pintor consiste não numa reprodução, mas numa recriação do real. A exatidão com que os pintores holandeses de naturezas-mortas nos séculos XVI e XVII, por exemplo, aplicavam-se em mostrar a textura de um pedaço de queijo, a transparência de um copo, a penugem de um fruto, extrai seu valor do fato de que se estabelece uma equivalência entre alguns efeitos físicos e as operações intelectuais que o trabalho do pintor implica. Este oferece, com isso, um substituto inteligível do mundo sensível. Ajuda-nos a compreendê-lo internamente.

D.E.: Soulages também achava que o senhor só propunha à admiração pintores menores do século XIX!

C.L.-S.: Não é exato, porque, em *0 pensamento selvagem* eu tinha dito que para mim o pintor com P maiúsculo, o pintor que tudo inventou, a quem devemos o capital de que a pintura, depois, nada mais fez do que devorar os rendimentos, foi Van der Weyden. A ele, como a outros, peço que me mostrem a realidade melhor do que eu o conseguiria por mim mesmo, que me ajudem a compreender o que me comove no espetáculo do mundo, a assistir minhas faculdades de sentir e conhecer. Ou fazer-me ter acesso a essa ordem surreal de um mundo que foi real mas que não existe mais. Também escrevi um texto cheio de admiração por Max Ernest, o que mostra que não tenho prevenções contra a pintura moderna.

Em minhas entrevistas com Georges Charbonnier,[53] eu tinha tomado como exemplo a série dos grandes portos de Joseph Vernet, que podem ser vistos no Museu da Marinha. Certamente, não se trata de pintura menor. A técnica é admirável, a arte da composição também. Pelos meios próprios da pintura, somos transportados para um mundo desaparecido. E, mais maravilhoso ainda, porque o pintor não repro-

duziu servilmente o que via, ele recompôs alguns elementos, fez uma síntese impregnada de lirismo. Um grande porto de Vernet, isso não está muito distante da *soirée* no Opéra vista por Proust!

D.E.: Ainda mais violentamente, Soulages compara seu ponto de vista sobre a pintura moderna com o ponto de vista dos regimes totalitários, porque o senhor acusa a pintura moderna de decadência.

C.L.-S.: Se existe totalitarismo de algum lado, seria, antes, o da pintura dita de vanguarda, como o colossal aparelho comercial e político que ela impõe.

D.E.: O fato de terem conseguido comparar seu discurso com o dos hitleristas não o magoou?

C.L.-S.: Durante o verão de 1987 li, num vespertino, um artigo, que fazia parte de uma série, cuja argumentação — vou esquematizá-la — resumia-se nisso: no seu tempo, criticaram o *Balzac* de Rodin, porém as colunas de Buren são lindas. Não estou disposto a submeter-me a esse tipo de terrorismo intelectual. Além do fato de podermos duvidar, razoavelmente, de que a obra de Rodin fosse adequada para preencher a função de um monumento público, o argumento de autoridade não me impressiona mais se o colocarem no direito ou no avesso.

Em nome de uma ideologia, os nazistas condenavam as artes de vanguarda, e davam preferência a uma arquitetura, uma escultura, uma pintura de que não gosto. Em contrapartida, eu deveria repudiar Beethoven e Wagner porque Hitler gostava deles?

Afastei-me da pintura de vanguarda por motivos diferentes: meu apego a uma arte insubstituível, uma das mais prodigiosas criadas pelos homens no curso de milênios, e que se prende a uma certa concepção do lugar do homem no universo. Como tantos outros problemas, os problemas levantados pela arte não têm uma única dimensão.

D.E.: Voltamos a encontrar algo parecido com o que o senhor dizia a respeito dos direitos do homem. A pintura

contemporânea é o ponto final de uma corrente que restringiu o homem a um *tête-à-tête* consigo mesmo.

C.L.-S.: Sim, a idéia de que os homens conseguem extrair de si mesmos criações que valem tanto ou até mais do que as da natureza. Sérusier, um contemporâneo de Gauguin, já escrevia a Maurice Denis que, comparado ao que tinha na cabeça, a natureza parecia-lhe pequena e banal. Ora, a meu ver, o homem deve persuadir-se de que ocupa um lugar ínfimo na criação, que a riqueza desta ultrapassa-o, e que nenhuma de suas invenções estéticas rivalizará um dia com as que oferecem um mineral, um inseto ou uma flor. Um pássaro, um escaravelho, uma borboleta convidam à mesma contemplação fervorosa que reservamos a Tintoretto ou a Rembrandt; mas nosso olhar perdeu seu frescor, não sabemos mais ver.

CAPITULO 19

A MÚSICA E AS VOZES

D.E.: Na "Ouverture" de as *Mitologias,* o senhor faz referência a Wagner, apresentando-o como o pai fundador da análise dos mitos. Era uma homenagem que o senhor queria prestar à música como arte — os quatro volumes lhe são dedicados — ou, mais especificamente, à música de Wagner, expressando assim uma relação mais íntima entre ele e o seu trabalho?

C.L.-S.: Wagner desempenhou um papel fundamental na minha formação intelectual e no meu gosto pelos mitos, embora eu só tenha tomado consciência disso bem depois da infância, quando meus pais me levaram ao Opera. Wagner não só construiu suas óperas sobre mitos, mas deles propõe um recorte que o emprego dos *leitmotive* torna explícito: o *leitmotiv* prefigura o mitema. Além do mais, o contraponto, dos *leitmotive* e do poema realiza uma espécie de análise estrutural, já que se superpõe, através de deslizamentos ou deslocamentos, momentos de intriga que, caso contrário, só se sucederiam no tempo. Ora o *leitmotiv,* musical, e o poema, literário, coincidem; ora o *leitmotiv* faz retornar um episódio

relacionado estruturalmente com o episódio a que assistimos, seja por analogia ou por contraste.

Só compreendi isso tardiamente, bem depois de ter-me dedicado à análise dos mitos, e quando me acreditava completamente afastado do wagnerismo. Digamos que incubei Wagner durante vários decênios.

D.E.: A ligação com a música perpassa toda essa obra, de que o primeiro volume inicia com uma "Ouverture" e o último é arrematado com um "Finale". Os capítulos do primeiro volume são compostos em forma de "fugas" ou de "sinfonias".

C.L.-S.: A relação com a música situa-se em dois níveis. O primeiro, como você destaca, é a própria organização dos capítulos. Mais profundamente, o conjunto da obra levanta o problema das ligações entre essas duas grandes formas de expressão que são a música e a mitologia.

D.E.: Poderia falar mais?

C.L.-S.: Há um período da civilização ocidental em que o pensamento mítico se enfraquece e desaparece, em favor da reflexão científica, de um lado, e da expressão romanesca, do outro. Essa cisão acontece no século XVII. Ora, ao mesmo tempo, assistimos a um fenômeno que penso estar em íntima relação com o outro: nascimento do que chamamos a grande forma musical que, parece-me, recupera as estruturas do pensamento mítico. Modos de pensar caídos em desuso quanto ao que diz respeito à expressão do real, modos de pensar sempre presentes no inconsciente buscam um novo emprego. Eles não articulam mais sentidos, mas sons. E, de seu antigo uso, resulta que os sons assim articulados adquirem um sentido para nós.

D.E.: Pareceu-lhe que a mitologia cujo sistema o senhor queria reconstruir, na América do Norte e na América do Sul, era uma mitologia intensamente musical?

C.L.-S.: Se a transferência que acabo de descrever em termos históricos, e para nossa civilização, conseguiu produzir-se, é porque as estruturas míticas prefiguravam,

em estado latente, as formas musicais e porque, através de um processo regressivo, podemos recorrer a estas para melhor compreender aquelas. Antes de surgirem em música, a forma "fuga" ou a forma "sonata" já existiam nos mitos.

D.E.: Portanto, na sua opinião, a organização musical dessa obra foi uma necessidade. Mas ela se perde um pouco após o segundo volume...

C.L.-S.: Absolutamente.

D.E.: Pelo menos no título dos capítulos, desaparece.

C.L.-S.: Eu queria pô-la em evidência. Uma vez conseguido o efeito, de nada adiantaria bater na mesma tecla. Teria parecido pedante, pesado até. Mas o fato de que, no "Finale", eu tenha retomado o problema da música sob novas abordagens, mostra claramente que a idéia do paralelismo entre a música e a mitologia está presente nos quatro volumes. Aliás, é no último que aparece a forma *fuguée* de um mito.

As vezes com conseqüências curiosas. Quando estava escrevendo *O cru e o cozido,* entrei em pane: uma transformação mítica, que me parecia indubitável, apresentava uma estrutura para a qual eu não encontrava um equivalente musical. Entretanto, a hipótese inicial exigia que houvesse um. Submeti meu problema à consideração de René Leibowitz, a quem eu era muito ligado. Respondeu-me que, dentro do que conhecia, nunca tinha sido usada uma estrutura igual em música, embora nada se opusesse a isso. Algumas semanas mais tarde, trouxe-me uma composição que havia dedicado a minha mulher e a mim, que acabava de escrever seguindo as linhas que eu tinha esboçado.

Ao contrário, você sabe que Berio utilizou *O cru e o cozido* em sua *Sinfonia.* Uma parte do texto, recitada, acompanha a música. Confesso que nunca entendi a razão dessa escolha. No decorrer de uma entrevista, um musicólogo me fez uma pergunta sobre o assunto. Respondi-lhe que o livro acabava de aparecer e que o compositor provavelmente o

tinha utilizado porque estava à mão. Ora, recebi há alguns meses de Berio, que não conheço, uma carta muito desgostosa. Ele tinha lido a entrevista com vários anos de atraso, e garantia-me que o movimento em questão, da sua sinfonia, fornecia a contrapartida musical das transformações míticas que eu expusera. Juntava à carta um livro de um musicólogo que demonstrava isso.[54] Peço desculpas por um mal-entendido — dizia-lhe — imputável à minha incompetência musical; mas continuo perplexo.

D.E.: Certa vez o senhor disse que gostaria de ter sido regente.

C.L.-S.: Já que não era compositor! O fenômeno da criação musical sempre me fascinou. Que, em sua imensa maioria, homens e mulheres sejam sensíveis à música, que se emocionem com ela, que pensem compreendê-la; e que apenas uma ínfima minoria seja capaz de criá-la, é um problema que me persegue. (Porque esta situação não existe em outros campos. Criança ou adolescente, todos tentamos a poesia; e quanto às artes plásticas, lembre-se da publicidade: "Se você sabe escrever, sabe desenhar".) Criança, sonhava em pertencer a essa minoria. Tomava lições de violino com um músico do Opéra que se improvisava como professor e cuja mulher era pianista. Eu compunha peças para nosso modesto trio, que eles faziam a gentileza de executar. Acho, Deus me perdoe, que naquela época comecei a compor uma ópera. Não passou do prelúdio.

D.E.: E bem rousseauísta!

C.L.-S.: Com a leve diferença de que Rousseau era capaz disso,e eu não.

D.E.: A música tem um grande significado em sua vida?

C.L.-S.: Enorme. Ouço-a o tempo todo, trabalho com música. Isso pode atrair sobre mim a reprovação dos melômanos, que me acusarão de fazer da música um ruído de fundo. As coisas são mais complicadas, e eu teria dificuldade em explicar a relação entre meu trabalho e a música, a não ser, talvez, através de uma comparação. Por que o nu

tem um lugar tão destacado na pintura? Poderíamos pensar que é por causa da beleza intrínseca de um corpo. O motivo me parece outro. Mesmo o pintor mais tacanho, habituado a usar modelos, não pode deixar de sentir, à vista de um belo corpo, uma certa excitação erótica. Essa leve ereção estimula-o e aguça-lhe a percepção; ele pinta melhor. Consciente ou inconscientemente, o artista busca esse estado de graça. Minha relação com a música é da mesma ordem: penso melhor quando a ouço. Uma relação de contraponto estabelece-se entre a articulação do discurso musical e o fio da minha reflexão. Ora andam juntos, ora separam-se, e finalmente se reencontram. Quantas vezes não percebi — mas só depois — que, escutando uma obra, eu deixava de ouvi-la enquanto uma idéia nascia! Após essa separação temporária que o torna autônomo, meu pensamento engrena-se novamente na obra, como se o discurso mental, por um momento, tivesse se revezado com o discurso musical, mas permanecendo em cumplicidade com ele.

D.E.: O senhor vai com freqüência a concertos?

C.L.-S.: Quando adolescente, ia aos concertos Colonne ou Pasdeloup toda semana, e a outros também. Agora não, porque me tornei claustrófobo e a perspectiva de ficar preso numa fila de poltronas me apavora. Ouço rádio.

D.E.: O senhor não gosta de discos?

C.L.-S.: Estes provocam um outro tipo de ansiedade: não mais espacial, mas temporal. A idéia de que giram ao meu lado, de que se aproximam do fim, de que é preciso levantar para mudar de disco...

D.E.: Mas vejo às suas costas um estojo com a *Tetralogia.*

C.L.-S.: Dois até: Bõhm e Furtwangler. Ouço-os raramente.

D.E.: O senhor adora a ópera. Porque se emociona com as vozes?

C.L.-S.: Pelas vozes, e mais ainda pela sua combinação e sua aliança. Há nas óperas algumas passagens que me confundem e me arrebatam: o quarteto do primeiro ato de

Fidêlio, o sexteto de *Lúcia di Lammermoor,* o quinteto dos *Mestres cantores*, o trio final de *Cavaleiro da rosa.*

D.E.: Há cantores de ópera que o senhor gosta de ouvir em especial?

C.L.-S.: Claro: a gente se ajoelha diante de Elisabeth Schwartzkopf.

D.E.: E não diante de Callas?

C.L.-S.: De .Callas também. Principalmente quando ela canta Bellini, Donizetti e Puccini. No meu círculo familiar, rebaixávamos Puccini: verista, rebuscado, vulgar, etc. Só mais tarde compreendi sua originalidade melódica (como Richard Strauss: ouvem-se três compassos, sabe-se que é ele) e a finura, a sutileza de sua orquestração. Em compensação, Verdi me enfada. Acho-o pomposo e decorativo.

D.E.: Para o senhor, a música pára em Debussy, se é que consigo datar corretamente o momento em que se recusa a prosseguir?

C.L.-S.: Você parou cedo demais. Adolescente, eu idolatrava Stravinski, todo. Hoje eu seria mais seletivo; mas *Petrouchka*, *Les Noces, Octeto para instrumentos de sopro* continuam a parecer-me obras-primas da música. A música que vem depois de Stravinski pode interessar-me, fazer-me refletir, às vezes posso até ser agradavelmente acariciado pelo sabor dos timbres. Mas não me diz nada.

EPÍLOGO

D.E.: Ao dar a uma coletânea de artigos o título *O olhar remoto*, o senhor tinha a intenção de manifestar seu distanciamento da sociedade em que vivemos?

C.L.-S: É um título que tomei de empréstimo ao japonês, que me ocorreu ao ler Zeami, o criador do *nô*. Ele diz que para ser bom ator é preciso ver-se a si mesmo da mesma forma que os espectadores nos observam, e usa a expressão olhar remoto. Achei que ele interpretava muito bem a atitude do etnólogo ao observar sua própria sociedade, não como a vê como membro dela, mas como a veriam outros observadores postados longe dela no tempo e no espaço.

D.E.: Muitas vezes o senhor afirma: sou um homem do século XIX. Que significa isso?

C.L.-S.: A idéia não é minha. Há alguns anos um jovem colega americano dedicou-me um livro[55] que me coloca na tradição dos simbolistas e de outros autores do século XIX. Sinto que é um século em que eu não estaria muito deslocado se uma fada, com sua varinha mágica, a ele me transportasse sem fazer-me perder minha consciência de homem do século XX. Lá eu encontraria o germe de nossas grandes invenções, sem que esses progressos constituíssem, quanto ao essencial, remédios para seus próprios inconvenientes.

Não atribuamos demasiada importância a esses devaneios gratuitos. Não se volta ao passado. Como Stendhal escreveu em algum lugar, podemos desejar ardentemente a ressurreição da Grécia; mas conseguiremos algo semelhante, dizia ele, nos Estados Unidos da América (entendamos: um país modernizado) e não no século de Péricles. O que mais admiramos nos tempos antigos — a literatura, a arte — não é o que fazia a felicidade dos homens. A partir do momento em que conhecem outra coisa, eles se apressam a mudar: uma prova, os países ditos em desenvolvimento.

No sentido inverso, sinto-me profundamente perturbado pela idéia de que aos artesãos, no reinado de Luís XV, devemos as mais delicadas criações do gênio francês em matéria de artes decorativas, embora talvez tivessem sido criações dos que se acotovelavam para divertir-se com o suplício de Damiens. O caso parece-me exemplar, porque está mais próximo de nós, mas não é, e de longe, o único em que alguma incompatibilidade parece existir entre os refinamentos da arte e a crueldade dos costumes. Você admitirá que nisso existem coisas que devemos perguntar-nos sobre o homem. É o papel da antropologia, dirá você. Infelizmente — ou devemos dizer felizmente? — a antropologia não tem resposta para tudo.

NOTAS

1. LÉVI-STRAUSS, Claude, *Tristes trópicos,*
2. MALINOWSKI, Bronislaw, *Journal d' ethnographe*
3. LÉVI-STRAUSS, Claude, *Totemismo hoje*
4. DE BEAUVOIR, Simone, *Memórias de uma moça bem comportada*
5. "Discours de Claude Lévi-Strauss", in *Discours de réception de Fernand Braudel à l'Académie française et réponse de Maurice Druon,* Paris, Arthaud, 1985, pp. 91-99.
6. Quanto à narrativa das expedições entre os índios, o leitor deve reportar-se a *Tristes trópicos.*
7. "New York post et préfiguratif', em *Olhar remoto,*
8. "La vie familiale et sociale des Indiens Nambikwara", em *Journal de Ia Societé des Américanistes,* Paris, Balland, 1987.
9. ERNST, Jimmy, *UÉcart absolu,* Paris, Balland, 1987.
10. JAKOBSON, Roman, *Six Leçons sur le son et le sens.* Prefácio de Claude Lévi-Strauss, Paris, Éd/de Minuit, 1976.
11. LÉVI-STRAUSS, Claude, *As estruturas elementares do parentesco,*
12. *Les Temps modernes* nº 49, novembro de 1949.
13. LÉVI-STRAUSS, Claude,
14. *Olhar remoto*
15. LÉVI-STRAUSS, Claude, *Race et histoire,* Paris, UNESCO, 1952 (reedição Folio-essais, 1987).
16. HAUDRICOURT, André-Georges e DIBIÉ, Pascal, *Les Pieds sur terre,* Paris, Éd. Métailié, 1987.

17. LEROI-GOURHAN, André, *Les racines du monde.* Entrevistas com Claude-Henri Rocquet, Paris, Belfond, 1982, p. 109.

18. LÉVI-STRAUS, Claude, *Antropologia estrutural.*

19. *Antropologia estrutural,* op. cit., cap. XVI.

20. La Sociologie au XX Siècle, sob a direção de G. GURVITCH e W.E. MOORE, Paris, PUF, 1947.

21. GURVITCH, G., "Le concept de structure sociale", *Cahiers internationaux de Sociologie,* vol. 19, ano 2,1955.

22. MAUSS, Marcel, *Sociologie et anthropologie.* Com uma introdução de Claude Lévi-Strauss e prefácio de Georges Gurvitch, Paris, PUF, 1950.

23. REVEL, Jean-François, *Paurquoi des philosophesl,* Paris, Éd. Mliard, 1957.

24. *Totemismo, hoje, op. cit.*

25. LÉVI-STRAUSS, Claude, *O pensamento selvagem,*

26. No final de um volume intitulado *Claude Lévi-Strauss* publicado na coleção *Idées-Gallimard,* 1979.

27. ROUDINESCO, Élisabeth, *La Bataille de cent ans,* tomo II, Paris, Seuil, 1986.

28. *Paroles données*

29. ARON, Raymond, *Mémoires,* Paris, Éd. Julliard, 1983, p. 494.

30. *Le Nouvel Observateur,* 21 de outubro de 1983, pp. 96-97.

31. *Discours de réception d´Alain Peyrefitte et réponse de Claude Lévi-Strauss,* Paris, Gallimard, 1977, p. 57.

32. "Diogène couché", in *Les Temps modernes n*-195, Paris, 1955.

33. DUMÉZIL, Georges, *Le Nouvel Observateur,* 7 de setembro de 1984, pp. 74-76.

34. LÉVI-STRAUSS, Claude, *Do mel às comas,*

35. PAUILLON, Jean, "L'oeuvre de Claude Lévi-Strauss", *in Les Temps Modernes,* Paris, nª 126, julho de 1956. Reimpresso em: LÉVI-STRAUSS, Claude, *Race et histoire,* op. cit. (1987).

36. LÉVI-STRAUSL Claude, "Le dédoublement de Ia représentation dans les arts de 1'Asie et de rAmérique", in *Renaissance,* New York, vol. II-III, 1944-1945. Republicado em Antropologia estrutural, cap. XIII. Febvre Lucien, "Emprunts, ou fonds commun d'humanités?", in *Annales,* Paris, 1951, pp. 380-381.

37. BRAUDEL, Fernand, Écrits sur l'histoire, Paris, Flammarion, Coleção "Champs". 1969, p. 58.

38. CHARBONNIER, George, *Entretiens avec Claude Lévi-Strauss,* Paris, Union Générale d'Éditions, 1961. Reeditado na coleção 10/18, Paris, Plon-Julliard, 1969.

39. "Anthropologie, histoire, idéologie", in *L´Homme,* julho-dezembro de 1975, pp. 177-188.
40. LÉVI-STRAUSS, Claude, *La Voie des masques,* Paris, Plon, 1979, pp. 145-148.
41. LÉVI-STRAUSS, Claude, "Exode sur *Exode", in UHomme,* XXVIII, 106, 1988.
42. PETITOT, Jean, "Approche morphodynamique de Ia formule canonique du mythe", *in L´Homme,* XXVIII, 106, 1988.
43. BAUDELAIRE, Charles, "Richard Wagner et *Tannhaüser* à Paris", in *Oeuvres completes,* Paris, Pléiade, pp. 1211-1214.
44. *Race et histoire,* op. cit. Republicado em *Anthropologie structurale deux,* cap. XVIII, Paris, Plon, 1973.
45. LÉVI-STRAUSS. Claude, "Raça e Cultura". Republicado em *Olhar Remoto,* cap. 1, Paris, Plon, 1983.
46. ARON, Raymond, *Mémoires,* Paris, Julliard, 1983, p. 520.
47. JACOB, François, *La Statue intérieure,* Paris, Éd. Odile Jacob, 1987.
48. LEVY, Bernard-Henri, *Le Figaro-Madame* nº 13300, 5 de junho de 1987.
49. FINKIELKRAUT, Alain, *La Défaite de lapensée,* Paris, Gallimard, 1987.
50. "Les Chats", de Charles Baudelaire, *L´Homme,* II< 1, 1962. JAKOBSON, R., *Questions de poétique,* Paris, Seuil, 1973, pp. 401-419; *Selected Writings,* III. Haia-Paris-Nova Iorque, Mouton, 1981, pp. 447-464, 783-785. DELACROIX, M. e GEERTZ, W., *"Les Chats" de Baudelaire. Une confrontation de méthodes,* Pstid, PUF, 1980.
51. Título dado em *Le Débat,* nª 10, março de 1981, a trechos de um texto que se transformou no cap. XIX de *Olhar remoto.*
52. SOULAGES, P., "Le prétendu métier perdu", *Le Débat* nª 15, de setembro-outubro de 1981.
53. CHARBONNIER, Georges, op. cit.
54. OSMOND-SMITH, D., *Plauing on Words. A guide to Luciano Berio's Sinfonia,* RMA Monographs 1, Londres, Royal Music Association, 1985.
55. BOON, James A., *From Symbolism to Structuralism. Lévi-Strauss in a Literary* Tradition, Oxford, Brasil Blackwell, 1972,